

ONU MULHERES  
2015

# INICIATIVAS DE PROGRAMAÇÃO **MODELO**



© 2015 ONU Mulheres

**Crédito das fotos**

Acima, esquerda: ONU Mulheres/  
Acima, direita: UN Trust Fund/  
Abaixo, esquerda: ONU Mulheres/  
Abaixo, centro: UN Photo/  
Abaixo, direita: ONU Mulheres/

# INTRODUÇÃO

A ONU Mulheres desenvolveu doze Iniciativas de Programação Modelo (cuja sigla em inglês é FPI, Flagship Programming Initiatives) para aprofundar a atuação dos seus programas e alcançar resultados transformadores em termos de igualdade de gêneros e empoderamento feminino. Essas iniciativas são programas expansíveis e de alto impacto que irão promover a maior parte do crescimento da ONU Mulheres. Elas aprimoram e complementam, ao invés de substituir, o atual trabalho de programação da ONU Mulheres.

As FPIs adotam uma abordagem baseada em direitos humanos, fortalecendo a voz de mulheres e meninas com o intuito de remover obstáculos estruturais contra a igualdade de gêneros e o empoderamento feminino. As FPIs são orientadas por tratados internacionais de direitos humanos e contribuem para o alcance dos resultados e objetivos contidos no Plano Estratégico da ONU Mulheres. Cada FPI é baseada em uma abrangente teoria de mudança (TOC em inglês), que articula as ligações casuais e as ações necessárias por parte de parceiros nacionais, organizações da sociedade civil, ONU, programas oficiais de assistência ao desenvolvimento e parceiros privados para conquistar mudanças transformadoras nas vidas de mulheres e meninas.

O papel da ONU Mulheres em cada uma dessas parcerias será específico ao contexto. Em alguns países, a ONU Mulheres se concentrará em criar uma aliança para mudança, enquanto em outros exercerá um papel operacional mais abrangente. Adicionalmente, as FPIs respondem à agenda expandida de Pequim + 20 e à necessidade de a ONU Mulheres estar voltada, da melhor forma possível, a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A finalidade principal é assegurar que a ONU Mulheres estará adequadamente capacitada para a agenda de desenvolvimento pós-2015.

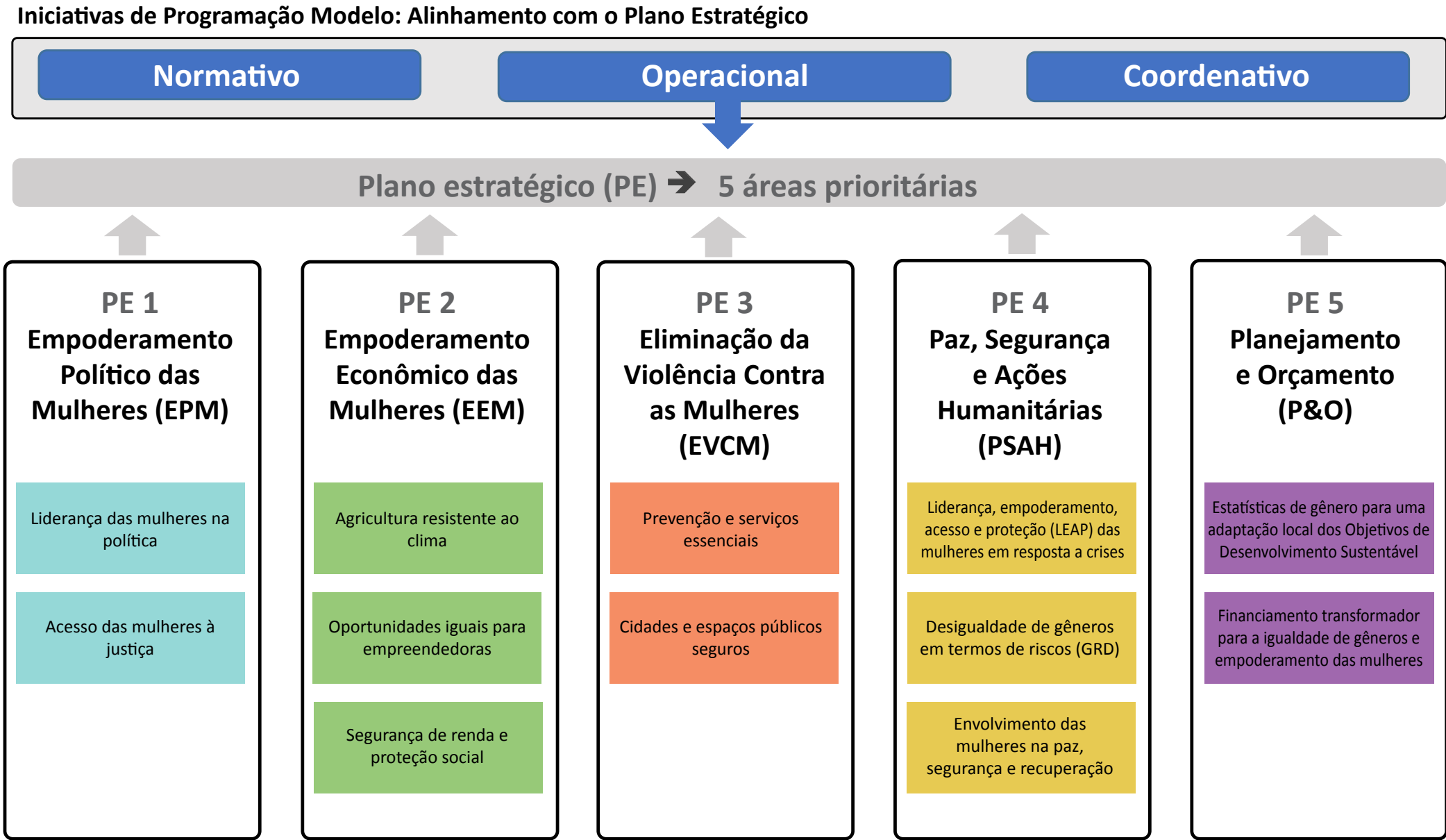
Aqui “adequadamente” significa que as FPIs permitirão que a ONU Mulheres:

- promova as economias de escala inerentes associadas a operações;
- tenha uma presença global através de presenças nacionais diferenciadas, mas consistentes;
- mobilize recursos de alta qualidade e descentralizados para complementar e otimizar o impacto dos seus recursos centrais; e
- monitore e documente os impactos de desenvolvimento de uma maneira consistente e transparente.

Ser “capacitada” significa que as FPIs permitirão que a ONU Mulheres:

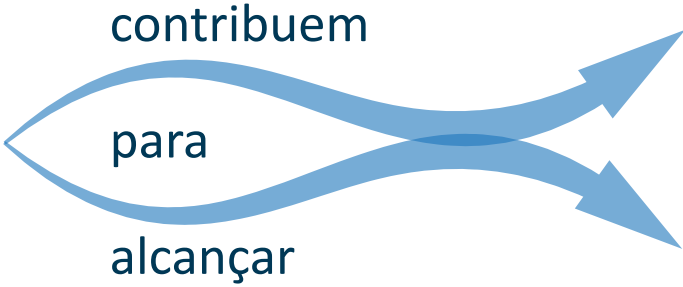
- alinhe-se integralmente e promova o seu mandato composto específico (normativo, coordenativo e operacional) dentro da iniciativa da ONU “Delivery as One”;
- operacionalize uma abordagem de direitos humanos ao desenvolvimento;
- reduza a pobreza e a desigualdade;
- promova um desenvolvimento de políticas integrado e baseado em evidências para identificar e abordar vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de uma forma sinérgica;
- opere no contínuo entre crise e desenvolvimento; e
- apoie os estados membros a lidar com desafios globais de desenvolvimento, incluindo a mudança climática.

A maioria das FPIs serão implementadas em um portfólio de projetos nacionais e/ou regionais amparados por um projeto de apoio técnico global.



12

INICIATIVAS DE PROGRAMAÇÃO MODELO



14 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



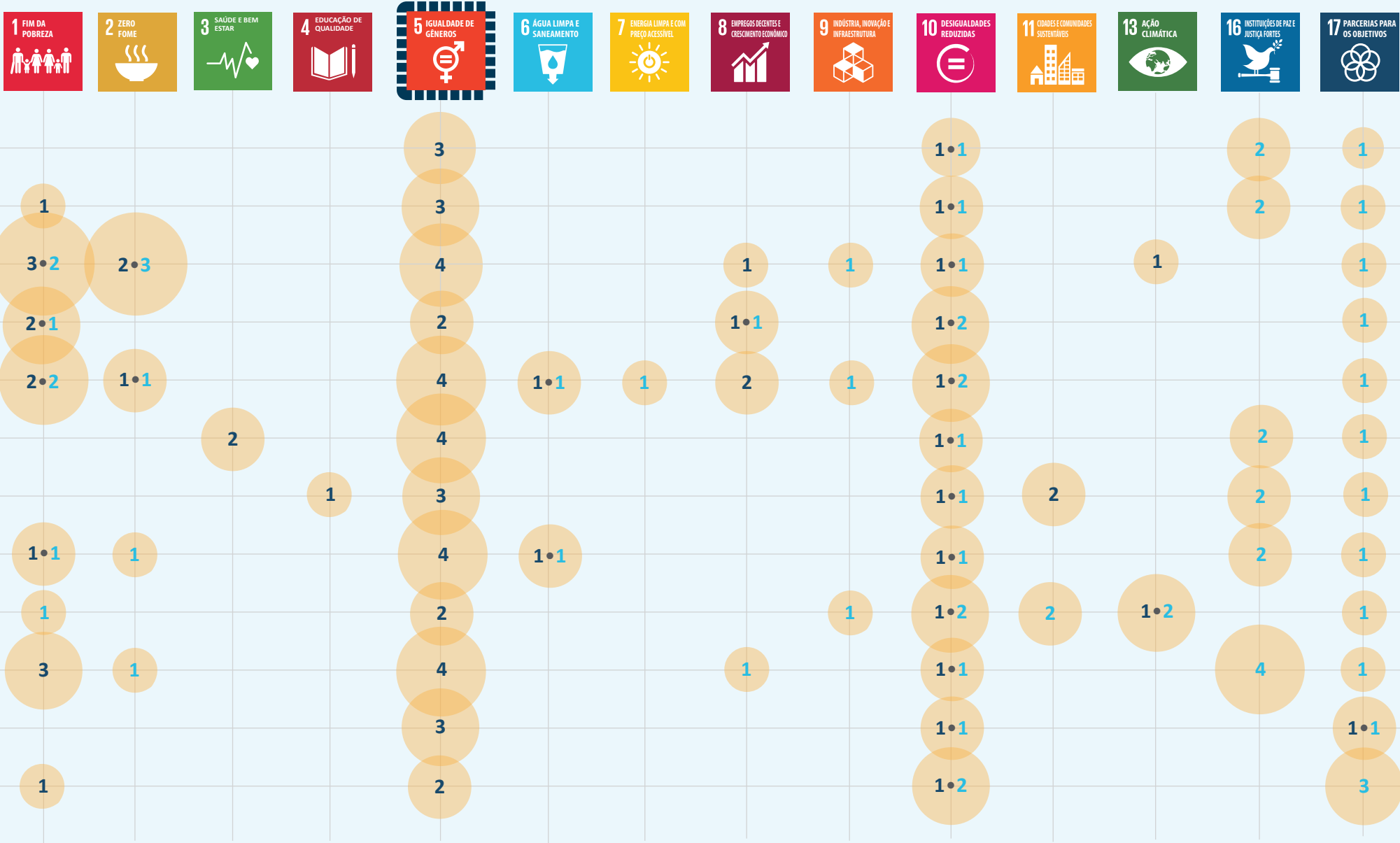
Embora a ONU Mulheres não tenha uma Iniciativa de Programação Modelo para educação e saúde reprodutiva, ela colabora com a UNESCO, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Banco Mundial em um Programa Conjunto para empoderar meninas e jovens por meio da educação; e como parte do H4+, cria um ambiente favorável para que mulheres e meninas exijam os seus direitos à saúde sexual, reprodutiva, maternal, neonatal e de crianças e adolescentes.



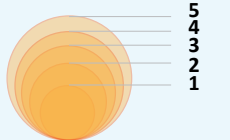
OBJETIVOS GLOBAIS de Desenvolvimento Sustentável

EPM<sup>1</sup>  
EEM<sup>1</sup>  
EVCM<sup>1</sup>  
PSAH<sup>1</sup>  
P&O<sup>1</sup>

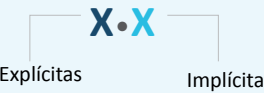
- Liderança das mulheres na política
- Acessos das mulheres à justiça
- Agricultura resistente ao clima
- Oportunidades iguais para empreendedoras
- Segurança de renda e proteção social
- Prevenção e serviços essenciais
- Cidades e espaços públicos seguros
- Liderança, empoderamento, acesso e proteção (LEAP) das mulheres em resposta a crises
- Desigualdade de gêneros em termos de riscos (GRD)
- Envolvimento das mulheres na paz, segurança e recuperação
- Estatísticas de gênero para uma adaptação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Financiamento transformador para a igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres



Número total de metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por Programação Modelo



Discriminação por número de metas “explícitas” (que fazem referência direta às mulheres) e “implícitas” (que fazem referência indireta às mulheres)



Cada Iniciativa de Programação Modelo pode apoiar várias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dada a natureza indivisível dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, espera-se que as Iniciativas de Programação Modelo tenham um impacto indireto em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1 EPM: Empoderamento Político das Mulheres; EEM: Empoderamento Econômico das Mulheres; EVCM: Eliminação da Violência contra as Mulheres; PSAH: Paz, Segurança e Ações Humanitárias; P&O: Planejamento e Orçamento



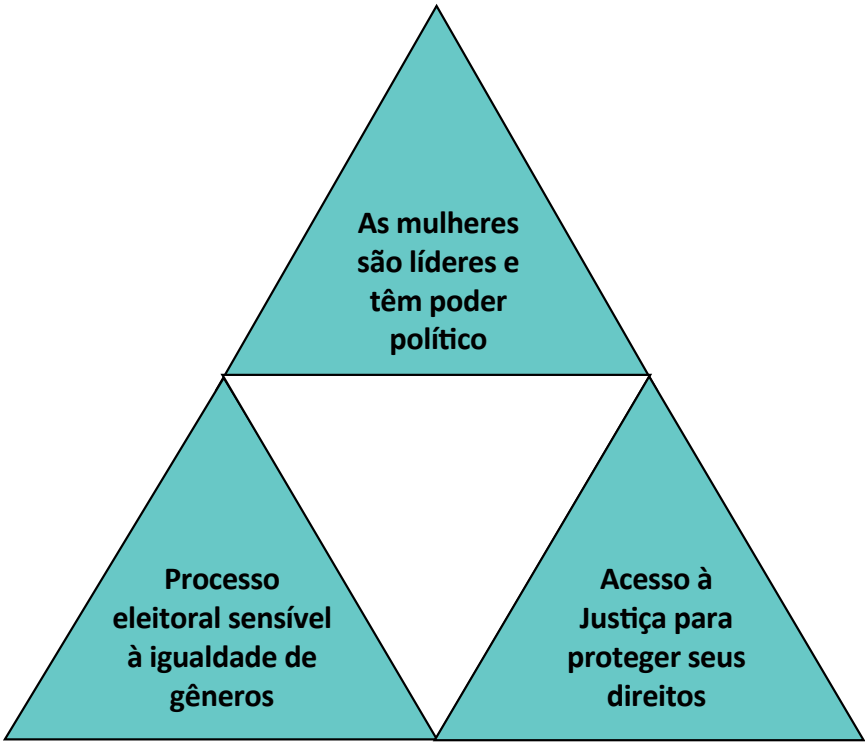
---

Área de Impacto 1 do Plano Estratégico da ONU Mulheres: Empoderamento Político das Mulheres	4
Área de Impacto 2 do Plano Estratégico da ONU Mulheres: Empoderamento Econômico das Mulheres	9
Área de Impacto 3 do Plano Estratégico da ONU Mulheres: Eliminação da Violência Contra as Mulheres	16
Área de Impacto 4 do Plano Estratégico da ONU Mulheres: Paz, Segurança e Ações Humanitárias	21
Área de Impacto 5 do Plano Estratégico da ONU Mulheres: Planejamento e Orçamento	28

# Área de Impacto 1 do Plano Estratégico da ONU Mulheres:

## Empoderamento Político das Mulheres (EPM)

O objetivo 1 do Plano Estratégico da ONU Mulheres é que “as mulheres liderem e participem de processos de decisão em todos os níveis”. As duas Iniciativas de Programação Modelo (FPI) sob esta área de impacto se reforçam mutuamente a fim de contribuir para assegurar que os direitos humanos das mulheres, conforme as definições contidas em várias convenções, incluindo a CEDAW, sejam mantidos universalmente e que as mulheres tenham o poder necessário para determinar as suas próprias vidas.



A tabela abaixo ilustra a contribuição das Iniciativas de Programação Modelo sob a Área de Impacto 1 em relação aos objetivos específicos definidos no Plano Estratégico.

PLANO ESTRATÉGICO	PROGRAMAÇÃO MODELO	
	<i>Liderança das mulheres na política</i>	<i>Acesso das mulheres à justiça</i>
<b>Objetivo 1.1:</b> Constituições, quadros legais e políticas para fortalecer o direito de as mulheres participarem da tomada de decisão nos níveis nacional e local são reformados/adotados e implementados.	Objetivo 1. Estruturas e mecanismos eleitorais promovem o equilíbrio entre gêneros nas eleições.	Objetivo 1. A legislação, políticas judiciais e orçamentos relacionados à justiça são sensíveis à questão da igualdade de gêneros.
<b>Objetivo 1.2:</b> Medidas sensíveis à igualdade de gêneros (mecanismos, processos e serviços) promovem a liderança e a participação das mulheres na política.	Objetivo 4. As mulheres são promovidas como líderes em instituições políticas sensíveis à igualdade de gêneros.	Objetivo 2.Melhor desempenho e prestação de contas das instituições de justiça em relação às mulheres.
<b>Objetivo 1.3:</b> Defensores da igualdade de gêneros influenciam constituições, quadros legais e políticas para aumentar a liderança e a participação das mulheres na política.	Objetivo 2. É formado um quadro de líderes políticas interessadas, diversificadas e capazes.  Objetivo 3. As mulheres são vistas como líderes legítimas e eficientes, da mesma forma que líderes do sexo masculino.	Objetivo 3. As mulheres são capacitadas para acessar e participar da execução da justiça formal e informal.

I. CONTEXTO

Avaliação

As mulheres são consideravelmente sub-representadas nos processos políticos e eleitorais, seja como eleitoras, candidatas, representantes eleitas ou administradoras eleitorais. Em fevereiro de 2015, apenas 22% de todos os parlamentares nacionais e 15,8% de todos os presidentes parlamentares eram mulheres.<sup>1</sup> As mulheres também estão amplamente excluídas das posições mais altas no processo de decisão dos governos executivos. Em janeiro de 2015, apenas 6,6% de todos os chefes de estado eram mulheres; 7,3% de todos os chefes de governo eram mulheres; e as mulheres representavam 17% de todos os ministros, ou seja, apenas um pequeno aumento dos 14,2% que elas representavam há quase uma década, em 2005. Esse nível de participação política fica muito atrás da meta de 30% estabelecida em 1990 <sup>2</sup> e do “equilíbrio entre gêneros” estabelecido na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim.<sup>3</sup> Além desses índices preocupantes, existe uma lacuna de conhecimento em uma variedade de outras áreas de participação política das mulheres, incluindo como candidatas, eleitoras e representantes eleitas localmente, onde uma linha de base global ainda não existe.<sup>4</sup>

Essa sub-representação política ocorre apesar do direito das mulheres de participarem de forma igualitária dos governos democráticos e das suas habilidades comprovadas como líderes e agentes de mudança. O direito das mulheres de participarem, expressarem-se, reunirem-se e serem eleitas está estipulado em vários instrumentos de direitos humanos, incluindo a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Plataforma de Ação de Pequim, bem como vários instrumentos regionais. Esses acordos internacionais e regionais foram, em muitos casos, refletidos nacionalmente: as mulheres têm o direito de exercer cargos de autoridade política, conforme o disposto na grande maioria das constituições nacionais e 189 Estados Membros das Nações Unidas são signatários da CEDAW. Anos de experiência e pesquisa também indicam que a inclusão das mulheres fortalece os processos políticos.<sup>5</sup> As mulheres mostram consistentemente liderança política trabalhando em vários partidos e comissões parlamentares de mulheres, até mesmo nos ambientes políticos mais combativos, defendendo questões relacionadas à igualdade de gêneros, tais como a eliminação da violência baseada em gênero, licença-maternidade e paternidade e creches, aposentadorias, leis de igualdade de gêneros e reformas eleitorais.<sup>6</sup>

1. ONU Mulheres-IPU *Map of Women in Politics*: 2015.  
2. ResoluçãoECOSOC, E/RES/1990/15.  
3. Área crítica G, “Mulheres, Poder e Tomada de Decisões”.  
4. Relatório da Secretaria Geral sobre Pequim +20  
5. ONU Mulheres “In Brief: Women’s Leadership and Political Participation”.

Análise

A sub-representação política das mulheres é devida ao efeito combinado de impedimentos institucionais e estruturais, bem como obstáculos culturais e de atitude que sugerem que as mulheres não devem exercer papéis na vida pública.

Os impedimentos estruturais se manifestam em: partidos políticos que resistem à inclusão de mulheres e não aceitam a sua nomeação para posições vencedoras; certos tipos de sistemas eleitorais que, por exemplo, elegem uma pessoa por distrito e reduzem a chance de as mulheres concorrerem com os homens de igual para igual; a falta de acesso das candidatas a recursos financeiros para realizar campanhas eleitorais; e dificuldades práticas que impedem a participação das mulheres, tais como a falta de acesso a documentos de identidade ou a alta incidência de violência, que impossibilitam as mulheres de se registrarem, se nomearem ou votarem. Além disso, os eleitorados e as organizações da imprensa perpetuam os estereótipos negativos baseados nas diferenças de gênero ao invés de divulgar exemplos positivos ou os benefícios da participação das mulheres para todos. Adicionalmente, as instituições políticas, abrangendo partidos políticos, parlamentos, órgão de gestão eleitoral, estão impregnadas de normas, práticas e políticas que discriminam as mulheres, dificultando que sejam promovidas mudanças, inclusive em termos de políticas.

Obstáculos culturais e de atitude também enfraquecem a voz das mulheres e o seu poder político. Além das aptidões limitadas das mulheres e meninas (no que diz respeito à saúde, educação e bens), as normas sociais referentes aos papéis dos gêneros limitam a participação das mulheres. Essas normas fazem com que elas sejam amplamente responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidado das crianças, mesmo quando trabalham fora de casa, bem como reduzem a sua mobilidade e capacidade de networking, corroboram a desigualdade por meio da violência baseada em gênero e da restrição das escolhas das mulheres, e perpetuam a discriminação legal.<sup>7</sup> Essas mesmas normas limitam a representação das mulheres na política e no governo. Elas desvalorizam as importantes contribuições que as mulheres podem fazer nos processos de decisão e no estabelecimento da direção da política nacional, dificultando, portanto, o desenvolvimento democrático como um todo.

6. IPU, 2008, *Equality in Politics: A Survey of Men and Women in Parliaments*  
7. World Bank Group 2014 *Voice and Agency: Empowering women and girls for shared prosperity*.

Ação

Aumentar o empoderamento e a liderança política das mulheres requer ações provenientes de fontes diversas. As pesquisas mostram que uma maior participação política e liderança das mulheres resulta de uma combinação de fatores, incluindo a remoção de obstáculos legais e logísticos, a implementação de estruturas de apoio, a promoção da liderança das mulheres por meio de reformas partidárias, o apoio de organizações da sociedade civil e uma mudança positiva nas normas de gênero aceitas pela sociedade em geral.<sup>8</sup> Tomar medidas para assegurar uma liderança integral e efetiva das mulheres em todos os níveis do processo de decisão requer uma estratégia fundada em quatro pilares:

**(1) Apoiar o desenvolvimento e a implementação de quadros legais e mecanismos administrativos robustos** que facilitem a participação das mulheres. Isso inclui reformas relevantes de constituições, leis de igualdade de gêneros ou estatutos partidários, e ações políticas, tais como o estabelecimento de metas numéricas para mulheres em posições de liderança com medidas especiais temporárias e reformas dos estatutos partidários.

**(2) Expandir a oferta de mulheres qualificadas e capazes** para que participem de eleições, incluindo programas de iniciação que fortaleçam a confiança das mulheres e a sua capacidade de liderança, aprimorando as suas estratégias e técnicas de campanha e promovendo conexões com organizações da sociedade civil solidárias.

**(3) Transformar as normas de gênero para que as mulheres sejam aceitas como líderes legítimos e efetivos**, incluindo o desenvolvimento de campanhas para conscientizar a imprensa e o eleitorado sobre a necessidade da presença de mulheres em todos os níveis da vida pública.

**(4) Apoiar a liderança das mulheres em instituições políticas sensíveis à igualdade de gêneros, incluindo parlamentos**, partidos políticos e comitês de gestão eleitoral para atrair, promover e manter mulheres líderes e destacar a contribuição construtiva que elas trazem ao processo de decisão.

8. Relatório da Secretaria Geral sobre Mulheres e Participação Política, 2013. *Measures taken and progress achieved in the promotion of women and political participation*, A/68/184.

II. TERMOS DE MUDANÇA: Empoderamento e Liderança Política das Mulheres

Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	Liderança das mulheres nos processos de decisão política Indicadores-chave: % de mulheres nos governos locais; % de mulheres nos parlamentos nacionais			
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) as estruturas e mecanismos eleitorais promovem o equilíbrio entre os gêneros nas eleições; se (2) é formado um conjunto de mulheres líderes políticas engajado, diversificado e capaz; se (3) as mulheres são vistas como líderes políticos tão legítimos quanto os homens; e se (4) as mulheres são promovidas como líderes em instituições políticas sensíveis à igualdade de gêneros, então (5) as mulheres serão empoderadas politicamente e terão os seus direitos realizados, pois (6) as mulheres exercerão poder e liderança política.			
Consequências	1. Estruturas e mecanismos eleitorais promovem o equilíbrio de gêneros nas eleições. Indicadores-chave: % dos países com estruturas eleitorais que promovem o equilíbrio entre os gêneros.	2. É formado um conjunto de mulheres líderes políticas engajado, diversificado e capaz. Indicadores-chave: % de mulheres que constantemente realizam várias formas de ação política.	3. As mulheres são vistas como líderes políticos tão legítimos quanto os homens. Indicadores-chave: % da população que acredita que as mulheres são líderes políticos credíveis.	4. As mulheres são promovidas como líderes em instituições políticas sensíveis à igualdade de gêneros. Indicadores-chave: % de mulheres que detém o cargo de presidente do parlamento.
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) a participação das mulheres é possível por meio de políticas, quadros legais, mecanismos eleitorais e processos seletivos, e se a violência contra a mulher é mitigada, então (2) as mulheres serão candidatas em eleições, pois (3) o ambiente de concorrência será mais justo.	Se (1) mulheres de diferentes grupos têm uma maior capacidade de buscar cargos de liderança e têm as competências necessárias para mobilizar recursos, então (2) mais mulheres serão nomeadas como candidatas políticas, pois (3) haverá um número suficiente de mulheres capacitadas para participarem de um processo de seleção.	Se (1) as comunidades, a sociedade civil, a imprensa e os líderes políticos apoiam o papel das mulheres na vida pública, então (2) o número de mulheres irá aumentar, pois (3) serão eliminadas as atitudes discriminatórias e as mulheres serão aceitas como líderes políticos legítimos.	Se (1) mulheres eleitas são empoderadas por reformas institucionais e (2) a liderança de mulheres é promovida, então (3) as mulheres irão incentivar mais mulheres a serem líderes, pois (3) servirão de exemplo.
Resultados	<p><b>1.1 Um quadro legislativo fortalecido permite a participação e a liderança das mulheres.</b> (reformas constitucionais, quadros eleitorais – eleitores, candidatos, membros de partidos; promoção da igualdade/paridade de gêneros; valores-limites para financiamentos políticos e gastos com campanhas; quotas alinhadas a sanções legisladas e impostas; criminalização da violência).</p> <p><b>1.2 Reforma das políticas e procedimentos dos partidos políticos para incluírem mulheres</b> (campanhas voltadas a gatekeepers para que selecionem mulheres; reformas voluntárias dos estatutos partidários; mulheres nomeadas para posições com possibilidade de vitória; códigos de conduta; prestação de contas das mulheres em posições de liderança).</p> <p><b>1.3 Mitigação da violência contra as mulheres nas eleições</b> (treinamento das forças de segurança; coleta de dados; mecanismos de monitoria de organizações da sociedade civil e iniciativas de mulheres pela liderança política, como o “Women’s Situation Room”).</p> <p><b>1.4 Os mecanismos eleitorais aumentam a participação política e a liderança das mulheres</b> (órgãos de gestão eleitoral garantem que as mulheres podem se inscrever e votar; as mulheres têm acesso a documentos de identidade; medidas colocadas em prática para incentivar a participação nas eleições; esforço de alcance de eleitores; mulheres liderando na gestão eleitoral).</p>	<p><b>2.1 Maior capacidade técnica entre as mulheres para participarem de eleições políticas</b> (formação das mulheres que aspiram a carreiras políticas; discursos públicos, envolvimento das jurisdições; treinamento em liderança transformadora, incluindo mulheres jovens e marginalizadas).</p> <p><b>2.2 Aumento da capacidade de as mulheres realizarem campanhas competitivas, inovadoras e com recursos suficientes</b> (desenvolvimento das capacidades das candidatas em termos das suas mensagens de campanha, alcance de eleitores e uso de tecnologia da informação e redes sociais nas suas campanhas; acesso a redes de angariação de financiamentos para mulheres).</p> <p><b>2.3 Criação e manutenção de redes diversificadas de apoio a mulheres líderes</b> (por exemplo, trabalhando com redes de profissionais, redes de organizações da sociedade civil, redes de mídia social, partidos políticos, grupos de jovens).</p>	<p><b>3.1 Aumento do entendimento comunitário e cívico sobre a igualdade de gêneros e o direito de as mulheres terem participação política</b> (provisão de iniciativas de alcance; diálogos comunitários; defensores de mulheres e da igualdade de gêneros articulando as demandas).</p> <p><b>3.2 A imprensa retrata positivamente mulheres líderes e promove a igualdade de gêneros como uma meta social</b> (conscientização da imprensa, campanhas específicas, código de conduta da imprensa, redes sociais).</p> <p><b>3.3. Líderes políticos promovem abertamente a igualdade de gêneros e a liderança das mulheres</b> (partes envolvidas, tais como líderes tradicionais e líderes partidários apoiam publicamente as mulheres; declarações públicas; homens líderes políticos apoiam a campanha HeForShe).</p>	<p><b>4.1 As mulheres eleitas usam habilidades de liderança</b> (mentores; formação de mulheres recém-eleitas; fóruns para mulheres líderes; assembleias de mulheres; experiência em redação legislativa; treinamento de liderança; aprendizado entre colegas).</p> <p><b>4.2 As instituições são receptivas a mulheres líderes</b> (políticas sensíveis às necessidades da família; cuidados dos filhos; horários de trabalho; regras não-escritas sobre debate/decoro; prestação de contas em relação aos compromissos com a igualdade de gêneros).</p> <p><b>4.3 As instituições políticas promovem e monitoram uma cultura livre de violência</b> (os partidos políticos adotam códigos de conduta; os parlamentos reformam os posicionamentos (por exemplo, para evitar abusos).</p> <p><b>4.4 As mulheres servem como exemplos para inspirar uma nova geração de líderes</b> (impacto de bons exemplos, promoção de bons exemplos por meio de políticas iKNOW, retenção de mulheres líderes; alcance de mulheres mais jovens e de grupos marginalizados).</p>
Premissas chave	<ul style="list-style-type: none"><li>• Há vontade política para adotar reformas.</li><li>• Já existe algum nível de conhecimento técnico entre os principais stakeholders nacionais.</li><li>• A provisão de apoio técnico resultará em quadros legais reformados.</li><li>• Os procedimentos de nomeação dos partidos políticos discriminam mulheres.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Um grupo selecionado de mulheres estão dispostas a entrarem na política e liderarem.</li><li>• A maioria das mulheres está fora das redes capitalistas.</li><li>• Os partidos políticos nomearão candidatas treinadas e capacitadas.</li><li>• Os stakeholders nacionais e doadores estão dispostos a apoiar redes de mulheres e defensores da igualdade de gêneros.</li><li>• A capacidade de as mulheres realizarem campanhas inovadoras e bem organizadas pode ser fortalecida.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A imprensa influencia a percepção do público.</li><li>• A falta de conhecimento sobre a igualdade de gêneros resulta em comportamentos discriminatórios.</li><li>• A conscientização sobre a discriminação de gêneros levará a uma transformação das atitudes.</li><li>• Bons exemplos têm uma influência positiva nas comunidades.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As instituições são historicamente masculinas, mas abertas a mudanças.</li><li>• As líderes recém-eleitas precisam desenvolver as suas habilidades e competências.</li><li>• A criação de fóruns para mulheres ajuda a estabelecer um ambiente apoiador.</li><li>• As mulheres estão interessadas em apoiar outras mulheres.</li></ul>
Riscos e obstáculos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Agitações políticas interrompem processos parlamentares e legislativos.</li><li>• A igualdade de gêneros não é considerada uma prioridade para a administração eleitoral.</li><li>• A legislação não é imposta/refletida na prática.</li><li>• Os parceiros nacionais têm capacidades limitadas para a aplicação do conhecimento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Os partidos nomeiam mulheres, mas os eleitores não votam nelas.</li><li>• Os candidatos masculinos conseguem angariar mais fundos do que as mulheres.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mentalidades altamente arraigadas impossíveis de serem mudadas.</li><li>• Os homens se beneficiam do status quo e o perpetuam.</li><li>• O combate a atitudes discriminatórias é insuficiente sem mudanças estruturais adicionais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade limitada dos parceiros para colocar em prática sistemas para o planejamento e a elaboração de políticas sensíveis à igualdade de gêneros.</li><li>• A reforma institucional é lenta.</li></ul>



## I. CONTEXTO

### Avaliação

Globalmente, há grandes lacunas no acesso à justiça, particularmente em sistemas legais que operam com base em regras formais e informais.<sup>1</sup> Por exemplo, na Jordânia, nos últimos cinco anos, o número de disputas jurídicas iniciadas por homens foi três vezes maior do que o número de disputas iniciadas por mulheres. Das famílias que relataram uma disputa jurídica, 92% são encabeçadas por homens e 8% por mulheres.<sup>2</sup> Nas Ilhas Salomão 67,9% de mulheres com mais de 30 anos de idade indicaram em uma Pesquisa de Famílias de 2013 que não estavam satisfeitas com a resposta recebida da polícia quando denunciaram casos de violência.<sup>3</sup>

Há um desequilíbrio inerente entre os gêneros no setor formal de justiça, notavelmente em casos de justiça familiar. Mais de 30 Estados têm reservas em relação ao Artigo 16 da CEDAW, que se refere à igualdade no casamento e relações familiares. Em 50 países, a idade mínima legal para se casar é menor para mulheres do que para homens, sendo que 60 países limitam a capacidade de as mulheres que se casam com homens estrangeiros de passar a sua cidadania para os seus cônjuges ou filhos.<sup>4</sup> Em alguns ambientes jurídicos, o testemunho de uma mulher não recebe o mesmo peso do que o testemunho de um homem. O desequilíbrio entre gêneros também fica evidente na impunidade e na indiferença perante a violência contra a mulher.

A capacidade do sistema formal de justiça é muito limitada. Por exemplo, atualmente, Bangladesh tem 2,8 milhões de casos atrasados em diferentes tribunais formais. Leva 5 anos para um caso ser decidido na justiça formal e 28 dias nos tribunais locais em vilarejos.<sup>5</sup> Na Índia, o Tribunal Superior de Nova Deli está tão atrasado com o seu trabalho que poderia levar 466 anos para processar todos os casos pendentes.<sup>6</sup> No estado do Delta na Nigéria, os usuários do Tribunal disseram que, em média, têm que comparecer a audiências 9 vezes por caso.<sup>7</sup> No Gana, a proporção de juizes e magistrados por cidadão na região mais pobre de Upper East é 1:171.913, em comparação a 1:33.416 na capital Acra.<sup>8</sup>

Com pouco ou nenhum acesso ao sistema formal de justiça do seu país, a maioria das mulheres mais pobres do mundo têm pouca opção, a não ser depender de mecanismos informais tradicionais e religiosos que tendem a resolver as disputas mais rapidamente. Embora esses mecanismos resolvam mais de 80% das disputas, são limitados nos seus esforços em promover princípios de igualdade de gêneros.<sup>9</sup>

1. ONU Mulheres, 2012.  
2. Banco Mundial, 2011, 2013.  
3. ONU Mulheres, 2014.  
4. Estatísticas da ONU, UNHCR, 2015.  
5. PNUD, 2014.

### Análise

É menos provável que as mulheres acessem a justiça do que os homens devido aos maiores níveis de analfabetismo e uma falta geral de conhecimento dos seus direitos e instituições relacionadas. O Setor de Ordem, Lei e Justiça de Uganda observa, por exemplo, que essa conscientização limitada entre as mulheres restringe as suas demandas por justiça.<sup>10</sup>

A acessibilidade das mulheres pode ser influenciada por fatores geográficos, físicos, linguísticos e financeiros. Os custos indiretos do acesso à justiça como, por exemplo, exigências de tempo e custos de oportunidade associados a atrasos, são tão proibitivos quanto os custos diretos, tais como taxas e gastos com testemunhas.

As políticas e o planejamento da justiça também tendem a ser cegos à questão dos gêneros. Uma avaliação recente revelou que a grande maioria dos processos políticos de planejamento do setor de política nacional dos países em desenvolvimento e de renda média não envolvem mulheres ou refletem bem os obstáculos estruturais que impendem o seu acesso à justiça.<sup>11</sup> Consequentemente, isso afeta a capacidade de os governos fazerem planos orçamentais eficazes para lidar com necessidades críticas do setor de justiça formal e informal, por exemplo, a expansão geográfica dos serviços, uma redução da proporção de funcionário de justiça por cidadão, o treinamento de funcionários em relação aos direitos das mulheres, a criação de instalações especializadas, uma melhor provisão de auxílio jurídico e isenção de taxas, e capacidades de gestão de dados para monitorar os índices de casos processados, que levam a uma condenação e que não chegam a passar pela justiça.

Além disso, normas sociais, práticas e atitudes discriminatórias têm o potencial de restringir o acesso das mulheres à justiça como, por exemplo, as regras patrilineares de herança de Papua Nova Guiné excluem filhas<sup>12</sup>; na República Democrática do Congo, as mulheres não têm competência legal para assinar um contrato, registrar um negócio ou abrir uma conta bancária e em 9 países (por exemplo, Cisjordânia e Gaza) elas precisam da permissão dos seus maridos para sair de casa.<sup>13</sup> A percepção, tanto entre homens quanto mulheres, de que atos de violência são aceitáveis também é abundante. No Egito, cerca de um terço das mulheres casadas entre 15 e 49 anos de idade concordam que bater na esposa é justificável em situações tais como quando ela sai de casa sem informar o marido, negligencia os filhos, discute com o marido ou queima a comida.<sup>14</sup>

6. Ministério da Justiça, Índia, 2014.  
7. ONU Mulheres, 2012.  
8. Serviço Judicial de Gana, 2012.  
9. ONU Mulheres, PNUD, UNICEF, 2012.  
10. Governo de Uganda, 2012-2017

### Ação

Para lidar com esses obstáculos estruturais, o modelo irá fornecer apoio aos países em três áreas abrangentes:

Em primeiro lugar, haverá uma reforma sustentável da justiça por meio de um ambiente sensível e propício à igualdade de gêneros (em leis, políticas e no universo fiscal). A revisão de leis irá incluir não apenas a promulgação de novas leis, mas também a análise contínua dos impedimentos para a implementação das leis que já estão em vigor. Uma análise da situação nacional sobre os obstáculos estruturais ao acesso das mulheres à justiça irá informar a concepção e a implementação das políticas. Uma abordagem unificada dos orçamentos e do seu monitoramento será promovida por meio de um conjunto de indicadores estabelecidos para tratar da igualdade de gêneros. A participação dos stakeholders relevantes será central em todos os estágios do planejamento, implementação, monitoramento e estabelecimento de orçamentos no setor judicial.

O fortalecimento das capacidades dos atores de justiça formal e informal será voltado à eliminação de desequilíbrios institucionais e culturais e à melhoria da prestação de contas. Usando uma abordagem dupla, o modelo irá fornecer: (1) auxílio técnico para criar um currículo de treinamento para instituições de justiça nacionais para assegurar um impacto que abranja todo o sistema, (2) apoio a parceiros, por exemplo, organizações da sociedade civil, para que implementem programas de treinamento voltados a instituições de justiça para que lidem com as necessidades estratégicas de mulheres pobres como, por exemplo, delegacias comunitárias e tribunais formais e informais que lidem com casos de violência, pequenas causas comerciais e questões de situação pessoal, tais como casamentos, divórcios, a guarda de filhos, pensões alimentícias e heranças. O treinamento será acompanhado de técnicas simples de coleta de dados que irão permitir que essas instituições monitorem regularmente os índices de casos processados, que levam a uma condenação e que não chegam a passar pela justiça.

Aumentar a demanda por justiça para as mulheres e a sua visibilidade na administração da justiça irá formar o terceiro componente: o uso da campanha HeForShe e outras oportunidades de promoção. Isso irá apoiar intervenções de base, tais como o envolvimento com governantes tradicionais e religiosos, a conscientização sobre direitos comunitários e os serviços para-legais e para-judiciais comunitários.

11. ONU Mulheres, 2015.  
12. ONU Mulheres, PNUD, UNICEF, 2012.  
13. Cisjordânia, 2013.  
14. Pesquisa sobre demografia e saúde do Egito, 2014.

II. TERMOS DE MUDANÇA: Acesso das mulheres à justiça

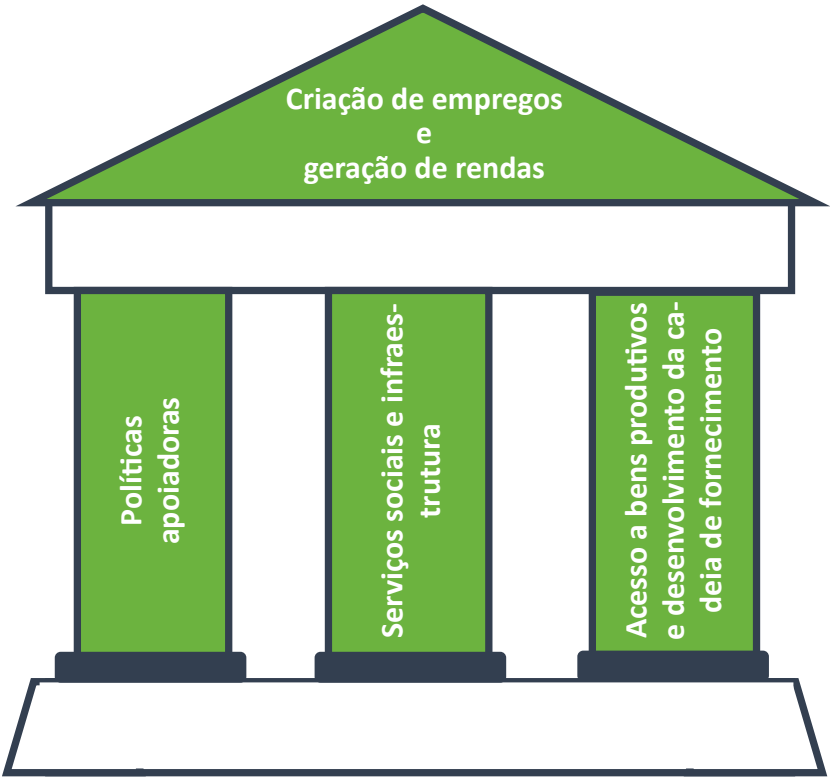
Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	<b>As mulheres têm acesso a mecanismos de justiça e compensações justas com base em padrões relevantes de igualdade de gêneros.</b> <b>Indicadores-chave: Indicador do objetivo de desenvolvimento sustentável SDG (16,3):</b> % de vítimas de violência nos 12 meses anteriores que relataram a sua vitimização a autoridades competentes ou outros mecanismos de resolução de conflitos oficialmente reconhecidos (também chamado de índice de relato de crimes) (proxy).		
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) a legislação, as políticas judiciais e os orçamentos associados à justiça são sensíveis à igualdade de gêneros; (2) as instituições judiciais melhoram o seu desempenho e a sua prestação de contas para o benefício das mulheres; e (3) as mulheres são empoderadas para acessar e participar do sistema de justiça formal e informal; então (4) as mulheres terão acesso a mecanismos de justiça e compensações justas com base em padrões relevantes de igualdade de gêneros, (5) pois terão sistemas e competências para lidar com a discriminação com base em gênero e outros obstáculos ao seu acesso.		
Consequências	<b>1. A legislação, as políticas judiciais e os orçamentos associados à justiça são sensíveis à igualdade de gêneros e respondem à impunidade da violação dos direitos das mulheres</b> (% de revisões constitucionais que adotam disposições autônomas sobre direitos humanos; % de países que reformam leis que discriminam nacionalidades; % de juízes e policiais para cada cidadão; distância média até o tribunal mais próximo; acesso a auxílio jurídico por sexo e renda; % de países que oferecem isenções das taxas de tribunais para pessoas indigentes).	<b>2. Aumento da capacidade do setor de justiça de impor os direitos das mulheres</b> (treinamento compulsório para funcionários da justiça – policiais/juízes/procuradores – sobre os direitos das mulheres; % de funcionários atuais que recebem treinamento contínuo e coaching sobre direitos humanos; existência de procedimentos de reclamação; % de pessoas que expressam confiança no sistema de justiça por sexo; número anual de casos de estupro que não chegam a ser tratados pelo sistema judicial; % de processamento de disputas de família ou terras anualmente).	<b>3. As mulheres são empoderadas para acessar e participar do sistema de justiça formal e informal</b> (% da população que conhece os seus direitos por sexo; % da população com acesso à imprensa – impressa, televisão e rádio – por sexo; % de juízes e policiais do sexo feminino).
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) as leis discriminatórias existentes são abolidas, novas leis são adotadas para promover os direitos das mulheres, incluindo para casos de violência contra mulheres, e as políticas e orçamentos judiciais abordam as lacunas de competência entre os responsáveis por deveres e os detentores de direitos, então (2) a legislação nacional, as políticas judiciais e os orçamentos são sensíveis à igualdade de gêneros, pois (3) há um compromisso político e recursos financeiros que são dedicados à melhoria do acesso das mulheres à justiça.	Se (1) as capacidades dos responsáveis por deveres são fortalecidas, se as suas atitudes em relação às mulheres estão em conformidade com padrões de igualdade de gêneros, e se mecanismos estão em vigor para monitorar a execução e a qualidade dos serviços de justiça para mulheres, então (2) irá melhorar o desempenho e a prestação de contas das instituições para o benefício das mulheres, pois (3) o investimento nos responsáveis por deveres é fundamental para melhorar a qualidade dos serviços de justiça para as mulheres.	Se (1) as mulheres conhecem os seus direitos como usuárias em potencial do sistema de justiça e são aceitas como atores do sistema de justiça, então (2) as mulheres serão capazes de reivindicar os seus direitos, pois (3) as evidências mostram que a conscientização sobre direitos e a participação ativa de mulheres no setor de justiça aumenta o acesso delas e proporciona resultados de justiça mais justos.
Resultados	<b>1.1 São reformadas constituições e legislações que discriminem gêneros</b> (apoio técnico aos ministérios da justiça, comissões de reformas de leis e organizações societárias para realizarem a reforma constitucional e de leis discriminatórias substantivas e procedurais nos países afetados).  <b>1.2 As políticas de justiça identificam e lidam com lacunas e obstáculos para o acesso das mulheres à justiça e respondem à impunidade dos casos de violência contra mulheres, incluindo assassinatos relacionados a gênero</b> (análise de risco de gêneros referente ao acesso das mulheres à justiça, recomendações para abordar obstáculos de gênero integradas à concepção, implementação e monitoramento das políticas de justiça, incluindo revisões a médio prazo e anuais; preparação e disseminação dos relatórios de situação WA2J e realização das suas recomendações).  <b>1.3 Os orçamentos nacionais e subnacionais abordam as lacunas nas competências dos responsáveis por deveres e detentores de direitos na implementação e aproveitamento das reformas judiciais</b> (os orçamentos lidam com limitações no acesso geográfico, físico, financeiro e linguístico de mulheres marginalizadas e excluídas; tribunais e delegacias especializadas e estabelecimento de mecanismos para a agilização de processos; auxílio jurídico e isenções de taxas judiciais, e outros mecanismos para o aumento da capacitação dos responsáveis por deveres e detentores de direitos).	<b>2.1 Funcionários do setor de justiça (técnicos, administrativos e operacionais) respondem às necessidades práticas e estratégicas das mulheres</b> (desenvolver, adotar e disseminar indicadores de desempenho para integrar e aplicar padrões de igualdade de gêneros em atividades operacionais e políticas de recursos humanos; educação e treinamento sobre os direitos das mulheres; currículos personalizados, formação compulsória e treinamento contínuo para atores da justiça, coordenação com outros setores, por exemplo, educação e saúde; cooperação Sul-Sul).  <b>2.2 São abordadas as atitudes e comportamentos discriminatórios em relação às mulheres no setor de justiça</b> (entendimento das origens das atitudes e comportamentos discriminatórios, conscientização, aprendizagem entre colegas, seleção de “defensores” no nível sênior do setor de justiça para promover atitudes sensíveis à igualdade de gêneros).  <b>2.3 As mulheres estão satisfeitas com os processos e resultados dos serviços de justiça</b> (sistemas de feedback e reclamações; mecanismos, por exemplo, funções de monitoramento de instituições como Instituições Nacionais de Direitos Humanos e Ombudsman; monitoramento da qualidade dos serviços de justiça na cadeia de justiça por sexo; disponibilidade de dados administrativos referentes às denúncias que não entram no sistema de justiça; tempo de espera para o processamento dos casos e satisfação; introdução de módulos sobre o acesso das mulheres à justiça em pesquisas domiciliares e de usuários).	<b>3.1 Maior conscientização dos direitos das mulheres entre mulheres e comunidades</b> (programas de conscientização de comunidades; serviços para-legais oferecidos por organizações da sociedade civil nas comunidades e nos níveis nacionais e subnacionais; tradução das leis relevantes em diferentes idiomas; envolvimento com a imprensa, incluindo rádios comunitárias e mensagens SMS por meio da colaboração com órgãos de telecomunicação privados e públicos).  <b>3.2 Reforma das normas tradicionais e religiosas discriminatórias no que diz respeito a questões de condição pessoal – casamentos, divórcios, guarda de filhos, pensão alimentícia e herança</b> (no contexto da campanha HeForShe, envolvimento de líderes religiosos e tradicionais masculinos e femininos para identificar e reformar as normas que forem inconsistentes com os padrões de igualdade de gêneros, número de reservas ao Artigo 16 da CEDAW).  <b>3.3 Uma maior participação e representação das mulheres em todos os níveis do setor de justiça</b> (esforços de defesa das mulheres em instituições acadêmicas, órgãos de contratação judicial e de segurança e instituições de treinamento para aumentar a captação e o recrutamento de mulheres).
Premissas chave	- Vontade política para abolir leis discriminatórias e lidar com os obstáculos contra o equilíbrio entre os gêneros no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas judiciais. - As lacunas e os obstáculos chave para o acesso das mulheres à justiça são físicos, geográficos, linguísticos e financeiros. - Os Ministérios das Finanças irão aceitar linhas adequadas de financiamento.	- Governos e parceiros nacionais estarão dispostos a: investir no desenvolvimento das competências dos funcionários do setor de justiça; lidar com a corrupção nos serviços de justiça; integrar questões de justiça nos sistemas nacionais de coleta de dados; lidar com a discriminação enfrentada por diferentes categoriais de mulheres.	- As mulheres têm acesso a informações por meio de diferentes canais de mídia. - As mulheres estão dispostas a reivindicar os seus direitos assim que adquirirem os conhecimentos necessários. - Instituições acadêmicas relevantes tomam medidas afirmativas para apoiar a matrícula de mulheres. - Haverá um conjunto significativo de mulheres interessadas em se candidatar para fazerem parte de grupos relevantes do setor de justiça - Líderes tradicionais e religiosos masculinos e femininos apoiam os direitos das mulheres.
Riscos e obstáculos	- Competência e vontade política limitada ou nula em termos da implementação de reformas legais, políticas e fiscais nos níveis locais e nacional.	- Qualquer mudança de atitudes e comportamentos entre os funcionários do setor de justiça é difícil de acontecer e monitorar. - Normas e práticas sociais limitam a capacidade de as mulheres fazerem reclamações.	- Normas, atitudes e crenças tradicionais e religiosas, tanto entre homens quanto mulheres, em relação a mulheres e meninas limitam o seu acesso e participação. - As mulheres podem não ter acesso ao sistema de justiça por causa da sua situação de pobreza, analfabetismo e falta de tempo.

# Área de Impacto 2 do Plano Estratégico da ONU Mulheres:

## Empoderamento Econômico das Mulheres (EEM)

O objetivo 2 do Plano Estratégico da ONU Mulheres é que “as mulheres, especialmente as mais pobres e excluídas, sejam empoderadas economicamente e se beneficiem do desenvolvimento”. As três Iniciativas de Programação Modelo (FPI) sob esta área de impacto trabalham em sinergia com a criação de empregos e a geração de renda para mulheres em ocupações informais, vulneráveis e desprotegidas, para que tenham empregos formais decentes e sustentáveis, bem como oportunidades de negócios.



A tabela abaixo ilustra a contribuição das Iniciativas de Programação Modelo sob a Área de Impacto 2 em relação aos objetivos específicos definidos no Plano Estratégico.

PLANO ESTRATÉGICO	PROGRAMAÇÃO MODELO		
	<i>Acesso das mulheres a terras e outros bens produtivos para uma agricultura resistente às alterações climáticas.</i>	<i>Estimulando oportunidades econômicas para mulheres empreendedoras.</i>	<i>Melhorando a segurança de renda das mulheres.</i>
<b>Objetivo 2.1:</b> Planos, legislações, políticas, estratégias e orçamentos e mecanismos judiciais nacionais são adotados e implementados para fortalecer o empoderamento econômico das mulheres.	Objetivo 1. Aumento da posse segura de terras por mulheres.	Objetivo 1. As licitações públicas são sensíveis à igualdade de gêneros.	Objetivo 2. Empregos decentes para mulheres são promovidos por meio de ações coletivas, da revisão de leis trabalhistas e do fortalecimento de políticas governamentais e empresariais.
<b>Objetivo 2.2:</b> A subsistência sustentável das mulheres é reforçada por serviços sensíveis à igualdade de gêneros e pelo acesso e controle de meios de produção e recursos.	Objetivo 2. Aumento da produtividade de mulheres agricultoras de pequeno porte em um clima em mudança e redução da carga física do trabalho agrícola. Objetivo 3. Remoção de obstáculos de financiamento e aumento da capacidade de as mulheres investirem em agricultura resistente às alterações climáticas. Objetivo 4. Promoção de oportunidades para mulheres agricultoras de pequeno porte para que progridam na cadeia de valor.	Objetivo 2. Fortalecimento da capacidade de associações de mulheres e de mulheres empreendedoras.	Objetivo 4. Melhoria no acesso das mulheres à proteção social, incluindo pisos mínimos que garantam uma segurança de renda básica ao longo de suas vidas.
<b>Objetivo 2.3:</b> Defensores da igualdade de gêneros influenciam políticas econômicas e estratégias para a erradicação da pobreza para promover o empoderamento econômico das mulheres e o seu desenvolvimento sustentável.		Objetivo 2: Investimentos internacionais públicos e privados criam novas oportunidades econômicas para empreendimentos comerciais liderados por mulheres. Objetivo 3: As corporações implementam os seus compromissos com os Princípios de Empoderamento das Mulheres.	Objetivo 1. Políticas macroeconômicas apoiam oportunidades de emprego para mulheres e criam um ambiente fiscal propício a investimentos públicos. Objetivo 3. Os trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não remunerados são reconhecidos, reduzidos e redistribuídos por meio de investimentos em infraestrutura e serviços públicos.

I. CONTEXTO

Avaliação

As mulheres compõem cerca de 43% da mão-de-obra agrícola nos países em desenvolvimento e exercem um papel fundamental na segurança alimentar e nutricional, bem como na melhoria da subsistência rural, na geração de renda e no bem-estar em geral, ao mesmo tempo que realizam a maior parte dos trabalhos de cuidado/assistência não remunerados.

No entanto, embora sejam as maiores produtoras de alimentos em vários países em desenvolvimento, as mulheres na agricultura, em todas as regiões, têm menos acesso a terras do que os homens. Em apenas 37% dos 161 países analisados as mulheres e os homens têm direitos iguais em termos de propriedade, uso e controle de terras.<sup>1</sup> O acesso das mulheres a outros recursos produtivos também é restrito (incluindo energia, água, pasto, florestas, insumos agrícolas, crédito, poupança, serviços de extensão agrícola, informação, tecnologia e mercados), limitando os seus direitos, potencial e bem-estar, bem como as suas capacidades em assegurar uma resiliência às alterações climáticas.

O papel das mulheres agricultoras é predominante no que diz respeito a enfrentar os impactos da mudança climática, desastres naturais e situações pós-conflito. Quando precisam ser encontradas fontes alternativas de alimentos e renda, por exemplo, durante períodos de seca, enchentes ou outros eventos hídricos extremos ou crônicos, o peso do trabalho extra normalmente recai sobre as mulheres, exacerbando a sua carga de trabalhos de cuidado/assistência não remunerados. A falta de infraestrutura, tecnologia e serviços financeiros adequados restringe ainda mais a sua capacidade de se adaptar a obstáculos e oportunidades agrícolas em constante mudança, em um clima também em constante mudança. Conforme enfrentam os desafios da mudança climática, as mulheres agricultoras estão sob o risco de ficarem presas em um espiral negativo devido ao investimento público e privado insuficiente para a construção de resiliência comunitária e produtiva.<sup>2</sup>

Fechar a lacuna de gêneros na agricultura no contexto da mudança climática seria benéfico para as mulheres e aumentaria o bem-estar e a resiliência da sociedade como um todo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2011), se as mulheres tivessem o mesmo acesso a recursos produtivos que os homens, elas poderiam aumentar a produção das suas terras em 20-30%. Esse aumento poderia expandir a produção agrícola total em países em desenvolvimento em 2,5-4%, o que, por sua vez, poderia reduzir o número de pessoas com fome no mundo em 12-17%.

Análise

A falta de segurança na posse de terras entre as mulheres está historicamente relacionada a quadro legais e normas culturais e sociais inadequadas ou discriminatórias, tais como a preferência dada a homens nos processos de herança, o privilégio dos homens no casamento e os chamados direitos fundiários secundários concedidos aos homens da família. Quando a lei assegura que homens e mulheres têm o mesmo direito à posse, uso e controle de terras, práticas habituais, tradicionais e religiosas discriminam as mulheres e solapam a implementação integral dos códigos legais nacionais. Este é o caso na maioria dos países na base de dados SIGI da OECD.

A insegurança na propriedade de terras também está ligada a outros obstáculos, tais como a falta de registros civis, garantias e segurança em áreas propensas a conflitos, o que, por sua vez, prejudica o acesso das mulheres a outros recursos produtivos. O acesso limitado a serviços financeiros, tecnológicos e de extensão agrícola também é um obstáculo significativo no desenvolvimento da capacidade de as mulheres agricultoras se adaptarem às mudanças causadas pelo clima no setor agrícola.

A maioria das políticas e investimentos agrícolas ainda não considera as diferenças na disponibilidade de recursos agrícolas para homens e mulheres, bem como nos seus papéis, cargas laborais e os obstáculos que enfrentam, e como essas diferenças de gênero podem ser relevantes para as intervenções propostas. Muitas vezes, presume-se que as intervenções para facilitar o acesso a financiamentos, tecnologias ou mercados terão o mesmo impacto para mulheres e homens; no entanto, um conjunto cada vez maior de evidências mostra que é muito mais provável que isso não aconteça.

Além disso, os responsáveis pela elaboração de políticas, os profissionais de desenvolvimento e o setor privado normalmente não têm acesso a informações e análises essenciais sobre a diversidade das mulheres na agricultura, incluindo os seus ambientes rurais, para que possam tomar decisões sensíveis à questão da igualdade de gêneros no setor ou tomar medidas para melhorar a resiliência. O perfil das mulheres que vivem nas áreas rurais varia muito de acordo com local, idade, etnia, cultura e classe social, bem como os seus contextos agrícolas em um clima em rápida mudança.

Ação

A lacuna de gêneros na agricultura pode ser reduzida e a resiliência climática das mulheres agricultoras pode ser fortalecida por meio de investimentos e intervenções públicas e privadas que sejam decisivas e bem informadas. As reformas voltadas a eliminar obstáculos estruturais e a promover direitos iguais e um acesso igualitário a terras e recursos produtivos podem garantir que as mulheres estejam mais bem preparadas para lidar com os desafios e para aproveitarem as oportunidades que surgem com o aumento da variabilidade climática e as mudanças estruturais concomitantes na agricultura.

Áreas prioritárias para ação política incluem:

(i) eliminar quadros discriminatórios formais e informais (estatutários e consuetudinários) para fortalecer os direitos fundiários e a segurança de propriedade de terras entre as mulheres;

(ii) assegurar um acesso igualitário a outros recursos e bens produtivos, tais como insumos agrícolas, serviços de extensão, informações sobre o clima e o tempo, ferramentas e tecnologias para reduzir a carga laboral;

(iii) eliminar obstáculos financeiros para permitir que as mulheres gerenciem mais eficientemente o clima em mudança por meio de investimentos em agricultura resistente às alterações climáticas; e

(iv) facilitar a participação das mulheres em cadeias de valor e mercados agrícolas justos/ecológicos flexíveis e eficientes.

O apoio das mulheres na agricultura para que participem de forma integral e igualitária do processo de decisão em todos os níveis será necessário para o desenvolvimento de intervenções políticas adequadas; para o emprego de ferramentas, tecnologias, infraestrutura e instituições mais eficazes para implementar medidas para desenvolver resiliência; e para o alcance de uma gestão sustentável de recursos para gerar cadeias de valor ecológicas e resistentes. Ao mesmo tempo, será essencial melhorar a disponibilidade de dados desagregados por sexo e indicadores sensíveis à igualdade de gêneros sobre o acesso e o controle de terras e recursos, bens e renda, produção agrícola, uso das terras, liderança e participação para monitorar o progresso das tentativas de fechar a lacuna entre os gêneros na agricultura e o desenvolvimento de resiliência.

1. Índice de Gêneros e Instituições Sociais da OECD (SIGI), 2014.  
2. Nações Unidas,World Survey on the Role of Women in Development: Gender Equality and Sustainable Development, 2014 (A/69/156).



II. TERMOS DE MUDANÇA: **Acesso das mulheres a terras e recursos produtivos para uma agricultura resistente às alterações climáticas**

Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	<b>As mulheres agricultoras usufruem de empoderamento e resiliência em um clima em mudança.</b> <b>Indicadores-chave:</b> proporção de mulheres entre proprietários de terras agrícolas por idade e local; quadro legal inclui medidas especiais para garantir os direitos iguais das mulheres no que diz respeito à propriedade e controle de terras. Os quadros normativos orientadores incluem a CEDAW (artigo 14); Plataforma de Ação de Pequim; objetivos de desenvolvimento sustentável; CSW56; disposições de gênero da UNFCCC e UNCCD.			
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) as mulheres agricultoras têm direitos fundiários e a posse segura de terras; se (2) têm um acesso igualitário a recursos produtivos, serviços e tecnologias para uma agricultura sustentável; se (3) obtêm a capacidade financeira de investir; e se (4) participam integralmente de cadeias de valor e mercados ecológicos, então (5) as mulheres agricultoras usufruem de empoderamento e resiliência em um clima em mudança, pois (6) as causas e os vetores das lacunas de gênero na agricultura foram eliminados.			
Consequências	<b>1. Aumento da segurança da posse de terras entre as mulheres.</b> Indicadores-chave: proporção de mulheres entre os proprietários de terras rurais por idade e local, quadro legal inclui medidas especiais para garantir os direitos iguais das mulheres no que diz respeito à propriedade e controle de terras. <b>2. Aumento da produtividade de mulheres agricultoras de pequeno porte em um clima em mudança e diminuição da carga do trabalho agrícola.</b> Indicadores-chave: valor da produção por unidade de trabalho por sexo; tempo médio gasto diariamente no trabalho agrícola por sexo. <b>3. Eliminação dos obstáculos financeiros e aumento da capacidade das mulheres de investir em uma agricultura resistente às alterações climáticas.</b> Indicadores-chave: mudança percentual nos empréstimos concedidos a mulheres agricultoras de pequeno porte; mudança percentual no número de mulheres que usa serviços financeiros. <b>4. Promoção de oportunidades para agricultoras subirem na cadeia de valor.</b> Indicadores-chave: % da participação das mulheres em cooperativas; % de mulheres agricultoras com acesso a serviços de extensão.			
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) os obstáculos que impedem direitos e acesso igualitários das mulheres a terras são eliminados e se um quadro legal propício, apoiado por competências técnicas fortes, está em vigor, então (2) a segurança da posse da terra entre as mulheres irá aumentar, pois (3) a discriminação contra as mulheres no que diz respeito à propriedade, controle e uso de terras terá sido eliminada.	Se (1) as mulheres têm acesso a ativos produtivos, tecnologias e habilidades resistentes às alterações climáticas, e isso é apoiado por normas e práticas sociais propícias; então (2) a produtividade das mulheres irá aumentar e a sua carga laboral irá diminuir; pois (3) um maior acesso a ativos produtivos melhora a produtividade ao mesmo tempo que reduz a intensidade do trabalho em sistemas agrícolas sustentáveis.	Se (1) as mulheres têm acesso a financiamentos acessíveis e seguros, serviços e produtos financeiros adequados, habilidades comerciais e seguros; então (2) as mulheres terão uma maior capacidade de investir em agricultura resistente às alterações climáticas, pois (3) serão eliminados os principais obstáculos financeiros para as mulheres rurais.	Se (1) a capacidade de participação efetiva e decisão das mulheres agricultoras é fortalecida; e se elas têm acesso a uma infraestrutura local e são incluídas em cadeias de fornecimento agrícolas ecológicas; então (2) as mulheres terão oportunidades de subir na cadeia de valor; pois (3) terão um acesso igualitário aos mercados.
Resultados	<b>1.1 Eliminação dos obstáculos sociais, consuetudinários e políticos que impedem que as mulheres tenham direitos fundiários e acesso a terras igualitários</b> (avaliar as causas; envolvimento/iniciativas de defesa com as comunidades, líderes tradicionais e religiosos, organizações da sociedade civil, organizações de mulheres e governos; aumentar a conscientização pública). <b>1.2 Reforma dos quadros estatutários e consuetudinários, leis e políticas que fundamentam uma posse de terras discriminatória entre os gêneros</b> (avaliação com base em gêneros dos direitos fundiários e de propriedade; aprendizado e assistência técnica por meio de cooperações sul-sul; iniciativas de promoção com autoridades políticas e tradicionais e comunidades). <b>1.3 Capacidade fortalecida das instituições de registro de terras para melhorar os sistemas e facilitar o acesso</b> (aprimorar o mapeamento de terras e sistemas de registro; aumentar o acesso das mulheres a documentos civis e procedimentos de solicitação).	<b>2.1 Melhor acesso a ativos, ferramentas e tecnologias produtivas, que economizam tempo e são resistentes às alterações climáticas</b> (aumentar a proporção de mulheres que têm acesso a tecnologias adequadas, máquinas, fertilizantes, sementes aprimoradas, controle de pestes etc. para uma agricultura sustentável). <b>2.2 Melhor acesso a serviços de extensão agrícola resistentes às alterações climáticas para mulheres e famílias</b> (desenvolvimento de competências para mulheres agricultoras em relação ao uso de novas tecnologias e aplicação de conhecimentos locais e indígenas; aumentar a proporção de agentes de extensão femininas bem treinadas). <b>2.3 Reconhecimento do papel das mulheres na agricultura e promoção de atitudes/práticas favoráveis em relação ao uso de tecnologias pelas mulheres</b> (avaliar as causas das atitudes/práticas negativas; estratégias de promoção e campanhas na imprensa; conscientização de agricultores homens e mulheres e suas famílias, funcionários de extensão e responsáveis por políticas; comunicação com líderes comunitários e religiosos).	<b>3.1 Melhoria dos incentivos regulatórios e econômicos para as instituições financeiras públicas e privadas para que ofereçam crédito para mulheres agricultoras</b> (por exemplo, empréstimos direcionados, empréstimos diretos, mecanismos de reforço de crédito; desenvolvimento de competências e conscientização das instituições financeiras para que modifiquem os seus sistemas de empréstimo baseados na discriminação de gêneros). <b>3.2 Desenvolvimento de serviços financeiros intermediários para mulheres agricultoras localmente</b> (por exemplo, microfinanciamento, grupos de poupança e empréstimo, serviços de telefonia celular, financiamento de aluguel/leasing, seguro contra o clima, apoio à abertura de agências locais de bancos nacionais, treinamento sensível à igualdade de gêneros para intermediários financeiros). <b>3.3 Um acesso maior e especializado a treinamentos, aprendizados entre colegas e desenvolvimento de competências</b> (desenvolvimento das competências das mulheres agricultoras em termos das suas habilidades financeiras e comerciais em horários que levem em conta os seus trabalhos não remunerados de cuidado/assistência e domésticos; treinamentos combinados com auxílio jurídico para ajudar as mulheres a abrirem e a usarem contas bancárias).	<b>4.1 Aumentar a capacidade das mulheres agricultoras e de cooperativas de mulheres</b> (apoiar o estabelecimento de cooperativas de mulheres; facilitar treinamentos; aumentar o acesso a máquinas e tecnologias para ir além da produção e incluir a agregação, o processamento e a distribuição; aumentar a voz e a representação das mulheres em órgãos de tomada de decisão em todos os níveis). <b>4.2 Desenvolvimento da infraestrutura local para melhorar o acesso a mercados, reduzir o trabalho e economizar tempo para as mulheres agricultoras</b> (estradas rurais e transporte sustentável; instalações de armazenamento após a colheita; locais de processamento cooperativos; controle de qualidade; etc.). <b>4.3 Maior inclusão de mulheres agricultoras de pequeno porte em cadeias de valor agrícolas ecológicas nos níveis nacional, inter-regional e internacional</b> (promover o comércio justo, conectar empresas privadas com mulheres agricultoras e cooperativas de pequeno porte; acesso preferencial, quotas/metass; isenção fiscal para mulheres agricultoras e cooperativas de pequeno porte).
Premissas chave	- A inexistência de direitos fundiários e de propriedade é uma das causas estruturais da desigualdade de gêneros. - A posse de terras segura pode ser individual ou coletiva em sistemas fundiários e de gestão de recursos diversificados. - Os direitos fundiários, hídricos e silvícolas são conectados. - A demonstração da segurança ou propriedade da posse de terra é um critério importante para que as mulheres acessem financiamentos.	- Existe uma lacuna de gêneros em termos de tecnologias, ferramentas e práticas agrícolas. - Novas tecnologias e ferramentas irão economizar o tempo das mulheres e serão menos intensas fisicamente. - As mulheres agricultoras têm acesso a energia (tópico abrangido por outra programação modelo).	- Lacuna de gêneros no acesso a financiamentos e seguros acessíveis. - As mulheres têm uma posição dentro de casa mais fraca em termos de negociação, reduzindo a sua capacidade e/ou disposição para economizar e investir.	- Lacuna de gêneros no acesso das mulheres a mercados e cadeias de valor (agregação, processamento, distribuição, tomada de decisão). - Maior acesso a mercados e uma melhor posição na cadeia de valor irão aumentar os rendimentos. - Mulheres agricultoras têm acesso a tecnologias de comunicação e tecnologia.
Riscos e obstáculos	- As atitudes sociais e culturais e a vontade política não podem ser mudadas em direção a direitos fundiários iguais. - Os direitos iguais nas leis e políticas não são refletidos na prática.	- Aceitação social incerta de novas tecnologias e práticas. - O trabalho não remunerado de cuidado/assistência e doméstico reduz o tempo disponível para aprender a usar novas tecnologias - Os homens não gostam que as mulheres tenham acesso a novas tecnologias se não tiverem acesso às mesmas. - As políticas macroeconômicas não apoiam uma agricultura sustentável e resistente às alterações climáticas.	- As atitudes sociais e culturais e a vontade política não podem ser mudadas em direção ao aumento do acesso igualitário das mulheres a financiamentos. - As políticas macroeconômicas não apoiam microfinanciamentos e serviços financeiros para a população pobre. - As instituições financeiras locais são pouco capitalizadas.	- Obstáculos sociais/culturais/políticos /comerciais impedem que as mulheres subam na cadeia de valor e tenham acesso preferencial a mercados. - O setor privado não está disposto a pagar um pouco mais por produtos provenientes de agricultoras de pequeno porte ou a se envolver com novas distribuidoras. - As políticas macroeconômicas não apoiam mulheres agricultoras nas cadeias de valor nacionais/globais.

Descrição do modelo

Estimulando oportunidades iguais para mulheres empreendedoras por meio de políticas afirmativas para licitações/aquisições, investimentos e cadeias de fornecimento

I. CONTEXTO

Avaliação

Os direitos das mulheres a oportunidades e igualdade econômica e a sua importância fundamental para um desenvolvimento sustentável estão definidos em uma série de quadros normativos multilaterais, incluindo a CEDAW, a Plataforma de Ação de Pequim e a proposta de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG). Corporações também estão assumindo a responsabilidade por ações dentro das suas alçadas por meio dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP) promulgados pela ONU Mulheres e pelo Pacto Global das Nações Unidas. Dinheiro nas mãos das mulheres incentiva o desenvolvimento, pois elas gastam mais com as suas famílias, na saúde e na educação dos seus filhos, contribuindo para quebrar com a cadeia de pobreza de geração para geração.

Empresas de pequeno e médio porte formam a espinha dorsal do empoderamento econômico, sendo responsáveis por 90% dos negócios e mais de 50% dos empregos mundialmente. São vetores importantes na criação de empregos e no crescimento econômico em países em desenvolvimento, especialmente após a crise financeira global.<sup>1</sup>

No entanto, as mulheres atualmente não usufruem de oportunidades comerciais igualitárias. Por exemplo, a taxa de participação em empreendimentos é 4 vezes maior entre os homens do que entre as mulheres no Oriente Médio, no Norte da África e na Ásia Central.<sup>2</sup> Além disso, embora estime-se que as empresas de pequeno e médio porte com propriedade integral ou parcial de mulheres representem de 31% a 38% do total de empresas de pequeno e médio porte nos países em desenvolvimento, a participação das mulheres fica concentrada nas firmas menores.<sup>3</sup> Elas compõem de 32% a 39% do segmento de firmas menores, em comparação com 17-21% de firmas de médio porte. Além disso, uma parcela desproporcional de empreendimentos de mulheres não consegue crescer. As mulheres empreendedoras também estão mais propensas a trabalharem no setor informal, principalmente em serviços de menor valor agregado.<sup>4</sup>

Entretanto, as mulheres empreendedoras nos países desenvolvidos demonstram a sua capacidade de abrir e desenvolver negócios mais rapidamente do que as suas contrapartes masculinas. Nos Estados Unidos, as firmas de mulheres estão crescendo em um índice mais do que duas vezes maior do que o índice de crescimento de todas as outras firmas, e isso tem ocorrido há quase três décadas.<sup>5</sup>

Análise

As mulheres empreendedoras enfrentam obstáculos estruturais enormes, que limitam o seu crescimento e desenvolvimento. Esses obstáculos incluem a falta de acesso a ativos produtivos, financiamentos e tecnologias de comunicação e informação; competências comerciais e de gestão insuficientes; e oportunidades limitadas de acessar mercados e redes de distribuição. As políticas de aquisição e investimento raramente consideram a igualdade de gêneros como um critério de seleção, afetando negativamente a capacidade de os negócios liderados por mulheres venderem para grande compradores. Normas sociais discriminatórias também resultam em responsabilidades desproporcionais em termos de trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não remunerados.

Como resultado desses obstáculos estruturais, as mulheres empreendedoras e donas de negócios não têm sido capazes de se beneficiar dos gastos governamentais e de recursos internacionais. Como uma indústria de vários trilhões de dólares, responsável por 15-30% do PIB em vários países, o setor de licitação pública representa uma parte considerável da demanda global de bens e serviços.<sup>6</sup> No entanto, os negócios de mulheres acessam apenas 1% das licitações públicas.<sup>7</sup>

Há também uma escassez de dados das entidades licitadoras, instituições financeiras internacionais e corporações para analisar o impacto das suas decisões em termos de gênero. O fato de os negócios pertencentes a mulheres serem menores e mais dispersos faz com que seja mais caro para as entidades licitadoras identificarem fornecedoras do sexo feminino. Esses custos de transação mais alto significam que há pouco incentivo para as entidades licitadoras investirem e comprarem bens de mulheres empreendedoras. Além disso, relações de poder assimétricas entre compradores e fornecedores ao longo das cadeias de valor globais marginalizam os negócios de pequeno porte, que muitas vezes são desproporcionalmente liderados por mulheres.<sup>8</sup>

Da mesma forma, embora os negócios de mulheres tenham sido alvo de intervenções de microfinanciamento, existe uma escassez de atividades que apoiem “o meio de campo ausente” ou empresas de pequeno e médio porte com alto potencial de crescimento. Por exemplo, apenas cerca de 14-19% dos empréstimos da IFC são concedidos a clientes que são empresas de pequeno e médio porte lideradas por mulheres, apesar da evidência de que o seu desempenho é tão bom quanto o das empresas pertencentes a homens.<sup>9</sup>

As mulheres empreendedoras também enfrentam uma falta de acesso a informações e redes para que possam responder às chamadas de licitação. Isso reforça um ciclo negativo e impede que elas acessem mercados para desenvolver a sua capacidade de fornecimento.

Ação

Lidar com os obstáculos estruturais enfrentados por mulheres empreendedoras irá exigir o envolvimento contínuo dos setores. Licitações, investimentos e políticas de cadeia de valor afirmativas têm o potencial de criar oportunidades econômicas para as mulheres por meio da criação de incentivos para investir e comprar de negócios pertencentes a mulheres. Portanto, as ações nessa área irão exigir:

**i. Licitações públicas sensíveis à igualdade de gêneros.** As políticas de licitação podem estimular a demanda de bens e serviços produzidos por empreendimentos liderados por mulheres por meio do estabelecimento de metas e quotas específicas para a compra de bens e serviços provenientes de empresas de mulheres. Essa prática já acontece no Quênia, onde as entidades licitadoras têm que atribuir pelo menos 30% do seu orçamento de licitação a bens, serviços e obras de microempresas e pequenas empresas encabeçadas por jovens, mulheres e pessoas com deficiências.

**ii. Geração de investimento internacional público e privado.** As instituições financeiras internacionais podem tomar as suas decisões de investimento incorporando requisitos para mutuários que promovam consequências econômicas positivas para as mulheres. Isso começa com a condução de avaliações dos impactos de gênero para analisar as oportunidades para o empreendimento e emprego de mulheres e com a criação de critérios de relatório e coleta de dados para que os mutuários sejam responsáveis por criarem empreendimentos encabeçados por mulheres.

**iii. Licitações privadas sensíveis à igualdade de gêneros.** Ao implementar os Princípios de Empoderamento das Mulheres, ao adotar políticas de aquisição que sejam sensíveis à igualdade de gêneros e ao promover a diversidade de fornecedores e a coleta de dados sobre a cadeia de valor desagregados por sexo, as empresas podem ser transparentes e criar oportunidades para as mulheres.

**iv. Fortalecimento da capacidade de os negócios encabeçados por mulheres se beneficiarem das licitações.** Isso inclui o desenvolvimento de competências dos negócios liderados por mulheres para que pressionem mudanças nas políticas de licitação/aquisição e de investimentos e responsabilizem governos e corporações pela sua implementação. Também deve incluir o fortalecimento da sua capacidade de responder a chamadas de licitação, incluindo um maior aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação. Setorialmente, a capacidade dos negócios liderados por mulheres deve ser fortalecida para que subam na cadeia de valor (FPI de agricultura e energia).

Esta Iniciativa de Programação Modelo funcionará em conjunto com trabalhos contínuos de estabelecimento das políticas de licitação das Nações Unidas e com a FPI para a melhoria da segurança de renda das mulheres, que lida com os principais obstáculos estruturais que impedem o empoderamento econômico das mulheres. A coleta de dados também será priorizada para estabelecer uma base de evidências e preencher a atual lacuna de informações.

1. SIFC (2012) IFC and Small and Medium Enterprises, Issue brief

2. Kofi Annan (2015) [http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/277d1680486a831abec2fff995bd23db/AM11IFC+IssueBrief\\_SME.pdf?MOD=AJPERES](http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/277d1680486a831abec2fff995bd23db/AM11IFC+IssueBrief_SME.pdf?MOD=AJPERES)

2. The Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2012 Report on Women and Entrepreneurship, Babson College, and London Business School.

3. IFC (2011). Strengthening access to finance for women-owned SMEs in developing

4. IFC (2011).

5. IFC (2011).

6. The Commonwealth Secretariat (2014). “Gender, Trade and Public Procurement Policy”

7. Valikai, K. October 2013. “Why bringing women-owned business into the supply chain makes business sense”. Accessed June 2015.<https://www.devex.com/news/why-bringing-women-owned-business-into-the-supply-chain-makes-business-sense-82015>

8. USAID (2015). “Public Private Partnership in Global Value Chains: Can they Actually Benefit the Poor?”

9. IFC (2014). Women-Owned SMEs: A Business Opportunity for Financial Institutions”

II. TERMOS DE MUDANÇA: **Estimulando oportunidades iguais para mulheres empreendedoras por meio de políticas afirmativas para licitações/aquisições, investimentos e cadeias de fornecimento**

*Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.*

Objetivo	<b>Mulheres empreendedoras têm oportunidades econômicas iguais.</b> <b>Indicadores-chave:</b> % de mulheres empreendedoras que declaram um aumento de renda; % de mudança no número de empresas encabeçadas por mulheres. Quadros normativos orientadores incluem: Plataforma de Ação de Pequim (IIV, F.); CEDAW; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Princípios de Empoderamento das Mulheres.			
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) as políticas e práticas de licitação/aquisição domésticas e internacionais, públicas e privadas, são sensíveis à igualdade de gêneros; e se (2) a capacidade das mulheres empreendedoras e o seu acesso a financiamentos e infraestrutura local são fortalecidos para responder ao aumento da demanda; então (3) a lacuna de gêneros em termos de oportunidades econômicas será reduzida; pois (4) as mulheres empreendedoras terão acesso a uma proporção mais justa do mercado.			
Consequências	<b>1. As licitações públicas são sensíveis à igualdade de gêneros</b> (número de políticas públicas de licitação voltadas a empresas encabeçadas por mulheres; % de mudança nas procurações públicas voltadas a empresas encabeçadas por mulheres; % de mudança nas procurações públicas voltadas a empresas encabeçadas por mulheres imigrantes, negras, indígenas, deficientes ou de outros grupos vulneráveis).	<b>2. Investimentos internacionais públicos e privados criam novas oportunidades econômicas para empresas lideradas por mulheres</b> (% de aumento no número de empréstimos de bancos de desenvolvimento que geram contratos de negócio para empresas lideradas por mulheres).	<b>3. As corporações implementam os seus compromissos com os Princípios de Empoderamento das Mulheres</b> (% de aumento da contratação de empresas encabeçadas por mulheres).	<b>4. Fortalecimento da capacidade de empresas lideradas por mulheres e mulheres empreendedoras se beneficiarem de licitações/aquisições</b> (% de mudança nas propostas feitas por empresas lideradas por mulheres).
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) as associações de mulheres estão envolvidas de uma forma significativa na revisão das políticas de licitação pública; se as políticas de licitação pública são reformadas a favor das empresas lideradas por mulheres; e se o setor público é responsabilizado pela implementação dessas políticas; então (2) as empresas lideradas por mulheres irão se beneficiar das licitações públicas domésticas; pois (3) um ambiente mais justo terá sido criado para as empresas lideradas por mulheres concorrerem a contratos públicos.	Se (1) os investidores internacionais públicos e privados transformam as suas práticas para serem igualitárias em termos de gênero com base em avaliações do impacto de gênero, e se eles exigem dos seus mutuários critérios de empréstimo que sejam sensíveis à igualdade de gêneros; então (2) os investimentos internacionais públicos e privados irão criar novas oportunidades econômicas para as empresas lideradas por mulheres; pois (3) o desequilíbrio entre os gêneros terá sido abordado.	Se (1) as corporações implementam os seus compromissos com os Princípios de Empoderamento das Mulheres; então (2) as empresas lideradas por mulheres estarão cada vez mais ativas no mercado de trabalho; pois (3) terá sido criado um ambiente mais equilibrado entre os gêneros para que as empresas lideradas por mulheres possam competir.	Se (1) foram fortalecidos a voz, o poder e a capacidade de associações de mulheres e empresas lideradas por mulheres, bem como a sua participação no setor de licitações; então (2) as empresas lideradas por mulheres serão capazes de crescer e de aproveitar novas oportunidades econômicas; pois (3) os principais obstáculos à sua capacidade como fornecedores foram eliminados.
Resultados	<b>1.1 Maior conscientização, envolvimento e defesa de políticas de licitação pública favoráveis a empresas lideradas por mulheres</b> (desenvolvimento de competências para que associações de mulheres participem e defendam disposições de licitação pública favoráveis para negócios encabeçados por mulheres; conscientização e lobby com o governo local e nacional).  <b>1.2 As licitações públicas e as suas leis e políticas associadas são revistas e reformadas e são disseminadas informações a favor de empresas lideradas por mulheres</b> (auditorias de gênero das políticas existentes; aquisições direcionadas e quotas para empresas lideradas por mulheres; simplificação dos processos de licitação; uma melhor disseminação das informações para empresas lideradas por mulheres).  <b>1.3 O setor público é responsável por disposições sensíveis à igualdade de gêneros nas políticas de licitação pública</b> (coleta de dados e sistemas de monitoramento; conscientização de parlamentares e conselhos locais sobre o impacto da sua omissão; desenvolvimento das competências das associações de mulheres para que exijam a prestação de contas por parte dos governos).	<b>2.1 Maior envolvimento com bancos de desenvolvimento e investidores privados para obter mais empréstimos e investimentos sensíveis à questão da igualdade de gêneros</b> (desenvolvimento das competências de associações de mulheres para que possam se envolver na defesa de empréstimos sensíveis à igualdade de gêneros, incluindo provisões de licitação para empresas lideradas por mulheres; conscientização e lobby com o governo local e nacional).  <b>2.2 Propostas de investimento baseadas em avaliações dos impactos de gênero</b> (consultas com associações de mulheres; sujeitar propostas de investimento a avaliações dos impactos de gênero; fazer recomendações para a geração de investimentos, incluindo por meio de disposições voltadas à participação de empresas lideradas por mulheres).  <b>2.3 Uma estrutura de prestação de contas incorporada aos contratos de empréstimo</b> (desenvolver exigências de divulgação que obrigam os mutuários a divulgar aos credores a conformidade com os critérios de investimento sensível à igualdade de gêneros, incluindo disposições referentes a licitações; incorporar essas exigências aos contratos de empréstimo; lobby por transparência para facilitar a supervisão da sociedade civil).	<b>3.1 Criar uma liderança corporativa sênior a favor de políticas de licitação que sejam sensíveis à questão da igualdade de gêneros</b> (campanhas de defesa enfatizando os benefícios comerciais e de desenvolvimento; criação de uma equipe sênior para promover políticas e práticas de licitação sensíveis à igualdade de gêneros; identificar esquemas de defensores e mentores/protegidos – Empoderamento Econômico de Mulheres 1).  <b>3.2 Revisão e reforma das políticas empresariais de aquisição voltadas a funcionárias do sexo feminino e empresas lideradas por mulheres</b> (auditoria de gênero das políticas empresariais; recomendação para as corporações adotarem políticas e práticas voltadas a aquisições de negócios liderados por mulheres - Empoderamento Econômico de Mulheres 5).  <b>3.3 As corporações divulgam publicamente a implementação de políticas de aquisição sensíveis à igualdade de gêneros</b> (coleta de dados e sistemas de monitoramento; relatórios regulares disponibilizados publicamente no site Empowerwomen.org - Empoderamento Econômico de Mulheres 7) .	<b>4.1 Desenvolvimento das competências de associações de mulheres e mulheres empreendedoras para que pressionem e responsabilizem governos e corporações a implementarem políticas e práticas de licitação/aquisição sensíveis à questão da igualdade de gêneros</b> (treinamento das mulheres sobre licitações e investimentos sensíveis à igualdade de gêneros e análises de impacto; ligação de mulheres com responsáveis por políticas e corporações; iniciativas de defesa).  <b>4.2 Aumento da capacidade das associações de mulheres e mulheres empreendedoras de responder às chamadas de licitação</b> (criação de associações de mulheres; cursos de treinamento/desenvolvimento de habilidades sobre participação competitiva em ofertas de licitação, processos de licitação, gestão financeira, uso de tecnologias de informação e comunicação para desenvolver os seus negócios, registro de negócios; aproveitar o site EmpowerWomen.org para o aprendizado entre colegas, etc.).  <b>4.3 Desenvolvimento das competências de associações de mulheres e mulheres empreendedoras de acordo com cada setor para que subam na cadeia de valor</b> (ver os Termos de Mudança sobre Energia e Agricultura).
Premissas chave	- Vontade política e normas sociais apoiam a promoção do empoderamento econômico das mulheres. - Estão em vigor políticas de imigração e trabalhistas que são sensíveis à igualdade de gêneros. - Disponibilidade de recursos públicos.	- A comunidade de investidores quer transformar as suas práticas para que sejam mais igualitárias em termos de gênero. - Recomendações de avaliações dos impactos de gênero serão incluídas nas propostas de investimento.	- As corporações estão comprometidas a implementar os Princípios de Empoderamento das Mulheres. - As normas sociais favorecem mulheres como empreendedoras e donas de negócios .	- Mulheres empreendedoras e negócios liderados por mulheres querem tirar proveito de oportunidades de licitação como um modelo para acessar mercados e crescer. - Mulheres empreendedoras têm tempo para expandir os seus negócios apesar das suas responsabilidades domésticas e funções de cuidado/assistência não remuneradas. - Disponibilidade de serviços de cuidados de crianças acessíveis. - Acesso à tecnologia da comunicação e informação.
Riscos e obstáculos	- Os negócios liderados por mulheres têm a capacidade de atender às demandas das licitações públicas. - Políticas de licitação sensíveis à questão da igualdade de gêneros não são transparentes e não foram integralmente implementadas.	- A imposição de provisões sensíveis à igualdade de gêneros sobre os mutuários pode ser difícil.	- Reação negativa dos homens donos de negócios dentro da cadeia de fornecimento corporativo. - Relações de longo prazo entre corporações e donos de negócios do sexo masculino são difíceis de mudar. - Cultura que valoriza grandes volumes, preços baixos e termos de pagamento prolongados.	- Obstáculos sociais, culturais e políticos limitam o empreendedorismo das mulheres.



# Descrição do modelo    Geração de renda e segurança por meio de empregos decentes e proteção social para as mulheres

## I. CONTEXTO

### Avaliação

O acesso das mulheres a renda, por meio de oportunidades de emprego decentes e proteção social, é a base do empoderamento econômico das mulheres e da igualdade de gêneros. O acesso a um rendimento pessoal pode ajudar as mulheres a fortalecerem sua autoestima e seu poder de negociação em casa e nas suas comunidades, bem como retardam casamentos e gravidezes precoces e reduzem a probabilidade de elas ficarem expostas à violência doméstica. O acesso das mulheres a rendimentos traz benefícios que abrangem as suas famílias e comunidades, pois as pesquisas mostram que elas reinvestem os seus rendimentos na educação e na saúde dos seus filhos<sup>1</sup>.

No entanto, o acesso das mulheres a empregos decentes é menor do que o dos homens. As mulheres, especialmente as jovens, estão mais propensas ao desemprego do que os homens. Por exemplo, no Oriente Médio e no Norte da África, 51% de mulheres jovens entre 15 e 24 anos de idade estavam desempregadas em 2013, em comparação a 23% de homens jovens.<sup>2</sup> Globalmente, há uma lacuna de 27% entre a participação feminina e masculina na força de trabalho<sup>3</sup>. Em comparação com os homens<sup>4</sup>, uma maior proporção do trabalho remunerado das mulheres é no setor informal. Em algumas regiões em desenvolvimento, 75% do emprego de mulheres é informal e desprotegido<sup>5</sup>. Em alguns países, incluindo Índia, Camarões e Mali, praticamente todo o emprego de mulheres é informal.<sup>6</sup> Nos países da OCDE, enquanto as mulheres constituem 44% das pessoas empregadas, dois terços estão sob contratos involuntários temporários<sup>7</sup>. As mulheres estão sobre-representadas em ocupações de baixa remuneração e exercem cargos hierarquicamente mais baixos. Por exemplo, nos EUA, apenas 36% de médicos e cirurgiões são mulheres, em comparação a 90% de enfermeiros registrados<sup>8</sup>. Essa segregação profissional persistente, que é uma realidade em todos os países e regiões, é um importante vetor da lacuna de gênero em termos de remuneração, que chega a 24% globalmente.<sup>9</sup>

Evidências provenientes de uma vasta gama de países mostram que medidas de proteção social podem ser usadas como instrumentos políticos chave para lidar com os riscos associados à insegurança no trabalho, bem como para reduzir a pobreza e as desigualdades de classe e gênero e acelerar o desenvolvimento econômico.<sup>10</sup> Além disso, a provisão de proteção social adequada não necessariamente compete com outras prioridades econômicas e pode potencialmente expandir o portfólio de recursos, contribuindo para um crescimento mais forte e sustentável.<sup>11</sup>

No entanto, estima-se que 73% da população mundial ainda não tem nenhum acesso ou tem acesso parcial a proteção social, incluindo subsídio infantil, seguro-desemprego, licença-maternidade e aposentadoria.<sup>12</sup> Sem uma renda segura, seja proveniente dos seus próprios rendimentos ou transferências sociais, as mulheres e as suas famílias estão sob o risco de caírem na pobreza, esgotarem recursos em resposta a crises e se envolverem na venda desesperada do seu trabalho para satisfazer necessidades imediatas de subsistência.

### Análise

Existe um déficit global de empregos decentes. A falta de trabalho decente reflete os efeitos negativos das políticas macroeconômicas, que tipicamente favorecem um conjunto restrito de objetivos, tais como a redução da inflação até níveis extremamente baixos, ao invés da criação de um espaço fiscal que promova empregos decentes. Além disso, as políticas macroeconômicas são normalmente consideradas neutras em termos de gênero. No entanto, os seus efeitos em cada setor afetam homens e mulheres de maneiras diferentes. As recentes políticas de austeridade levam a cortes em serviços sociais, tais como saúde e cuidados de crianças e idosos, que resultam em trabalho de cuidado/assistência e doméstico não remunerado, algo que é desproporcionalmente realizado por mulheres e meninas. Apesar das implicações consideráveis, há pouca conscientização sobre o impacto das políticas macroeconômicas na igualdade de gêneros e nos direitos das mulheres.

Além do impacto das políticas macroeconômicas, normas sociais discriminatórias e estereótipos referentes aos papéis dos gêneros e diferenças em aptidão, bem como o estigma de algumas tarefas feminizadas, prejudicam ainda mais as oportunidades de emprego das mulheres. Globalmente, as mulheres realizam uma parcela duas vezes e meia maior de trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não-remunerados do que os homens, reduzindo o seu tempo disponível para educação, trabalhos pagos e outras atividades<sup>13</sup>. A ausência de transferências e serviços para apoiar e reduzir o trabalho de cuidado/assistência não-remunerado das mulheres, por meio de, por exemplo, benefícios para crianças e famílias e investimentos em água e saneamento e serviços de cuidados infantis, faz com que as mulheres muitas vezes sejam forçadas a aceitar trabalhos mal pagos, de meio período, informais e em casa, como uma forma de reconciliar essas funções não-remuneradas e um trabalho remunerado.

Políticas de proteção social são financeiramente possíveis, mesmo para os países com menor renda. Estima-se que pensões sociais universais, que podem ajudar a assegurar que mulheres e homens possam usufruir de uma aposentadoria segura e digna, custariam por volta de 1% do PIB na maioria dos países da África Subsaariana.

No entanto, a falta de compromisso político, bem como a presença de instituições fracas, sistemas administrativos inadequados e ministérios diretos pouco articulados, resultam em uma provisão limitada de proteção social e criam lacunas na sua cobertura. O estabelecimento de uma base de evidências forte para a implementação de proteção social sensível à igualdade de gêneros, aumentando a participação da sociedade civil na concepção e supervisão da proteção social e fortalecendo os governos no que diz respeito à sua execução, será essencial para assegurar políticas adequadas e sensíveis à questão da igualdade de gêneros.

### Ação

Gerar renda e melhorar a segurança da renda das mulheres por meio da expansão de oportunidades de trabalho decentes e da disponibilidade de proteção social sensível à igualdade de gêneros requer ações em quatro aspectos:

**(1) Criação de um consenso político para políticas macroeconômicas que apoiem a criação de oportunidades de emprego para as mulheres.** Esta ação irá requerer o desenvolvimento de competências e a conscientização em relação às implicações em termos de gênero das políticas macroeconômicas, incluindo políticas comerciais, monetárias e fiscais. Também será fortalecida a capacidade da sociedade civil de avaliar os impactos de gênero das políticas, de se envolver com os responsáveis pela elaboração de políticas e de exigir prestação de contas no tocante a políticas macroeconômicas que sejam sensíveis à questão da igualdade de gêneros.

**(2) Promoção de trabalhos decentes para as mulheres por meio de ações coletivas, revisão das leis trabalhistas e o fortalecimento das políticas governamentais e empresariais.** Esta ação irá requerer o apoio à organização das mulheres nos mercados de trabalho e de produtos para melhorar os termos e condições de emprego e troca. Adicionalmente, há a necessidade de apoiar auditorias de gênero das leis e políticas trabalhistas existentes para assegurar que as leis e os compromissos empresariais lidem com as desigualdades de gênero existentes em termos de contratação, demissão, treinamento e promoção, bem como pagamentos igualitários e condições de trabalho que respeitem a vida em família.

**(3) Reconhecimento, redução e redistribuição dos trabalhos de cuidado/assistência não remunerados por meio do investimento em infraestrutura e serviços públicos.** Esta ação irá requerer esforços específicos de pesquisa e promoção para quantificar e valorizar o trabalho de cuidado/assistência não pago realizado pelas mulheres, incluindo o apoio para pesquisa de uso de tempo integrado e residenciais. Organizações de mulheres e organizações da sociedade civil também devem ser fortalecidas para serem capazes de se envolver em diálogos políticos sobre transferências sociais e investimentos em proteção social e serviços públicos para reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado/assistência não remunerado. A capacidade do governo de fornecer infraestrutura e serviços sensíveis à igualdade de gêneros também será fortalecida.

**(4) Aumento do acesso das mulheres à proteção social, incluindo pisos mínimo de proteção social que garantam uma segurança de renda básica ao longo de todo o ciclo de vida.** Esta ação irá requerer identificar e lidar com os obstáculos que limitam o acesso das mulheres à proteção social e apoiar organizações de mulheres a participarem dos processos de tomada de decisão que orientam a concepção, avaliação e financiamento da proteção social e de investimentos em serviços. Instituições governamentais também terão que ser fortalecidas para gerir mais eficazmente sistemas de proteção social integrados e sensíveis à igualdade de gêneros.

1. Banco Mundial, 2012, World Development Report: Gender Equality and Development, p.5  
2 UN Women (2015) “Progress of the World’s Women 201-2016: Transforming Economies, Realizing Rightht”, New York, p.72  
3. Ibid, Figura 2.1, p.76  
4. Ibid, p.103  
5. Ibid, p.102  
6. Ibid, p.105

7. Ibid, p.104  
8. Ibid, p.90  
9. Ibid, p.98  
10. Ibid, p.130-131  
11. Ibid e J. Stiglitz (2009) “The global crisis, social protection and jobs” in International Labour Review, Vol.148, número 1-2.  
12. OIT 2014. World Social Protection Report. Organização Internacional do Trabalho, Genebra.

13. Na África e na Ásia, as mulheres são responsáveis por aproximadamente 80% do total de tempo dedicado a trabalhos não-remunerados dentro de casa. Embora as cargas de tempo variem, as mulheres parecem trabalhar mais horas na soma de trabalhos remunerados e não-remunerados, sendo que a maior diferença entre homens e mulheres acontece na África e na América Latina. Sarah Gammage (2015) “Labour Market Institutions and Gender Inequality” in Janine Berg (ed.) Labour Market Institutions: An ILO Primer, Genebra.



II. TERMOS DE MUDANÇA: **Geração de renda e segurança por meio de empregos decentes e proteção social para as mulheres**

*Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.*

Objetivo	<b>Aumento das oportunidades de geração de renda e da segurança de renda das mulheres.</b> <b>Indicadores-chave:</b> % de mulheres em empregos decentes; % de aumento na segurança de renda das mulheres (aumento da média e redução da variação); % de aumento na cobertura da proteção social para mulheres).			
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) as políticas macroeconômicas são concebidas com o intuito de expandir as oportunidades de emprego para as mulheres e criar espaço para investimentos públicos sensíveis à igualdade de gêneros em serviços e proteção social; se (2) um trabalho decente para mulheres é promovido por meio de ações coletivas, governo e políticas empresariais; se (3) trabalhos domésticos e cuidado/assistência não remunerados são reduzidos e redistribuídos com o apoio de infraestrutura e serviços públicos; e se (4) o acesso das mulheres à proteção social é fortalecido; então (5) a geração e a segurança de renda para as mulheres irá melhorar; pois (6) os principais obstáculos estruturais terão sido abordados.			
Consequências	<b>1. Geração de consenso político para políticas macroeconômicas que apoiam oportunidades de empregos e criam espaço fiscal para investimentos públicos</b> (ver Termos de Mudança sobre Financiamentos Transformadores para Políticas Fiscais).	<b>2. Promoção de trabalho decente para mulheres por meio de ações coletivas, revisão das leis trabalhistas e o fortalecimento das políticas públicas e privadas.</b>	<b>3. Os trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não-remunerados são reconhecidos, reduzidos e redistribuídos por meio de investimentos em infraestrutura e serviços públicos.</b>	<b>4. Melhoria do acesso das mulheres à proteção social, incluindo pisos mínimos que garantam uma segurança de renda básica ao longo de todo o ciclo de vida.</b>
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) aumenta a conscientização sobre as implicações das decisões macroeconômicas em termos de gênero; se (2) as organizações da sociedade civil têm a capacidade de avaliar o impacto das políticas macroeconômicas e se envolvem com o governo na elaboração de políticas; então (3) um consenso político pode ser criado para políticas macroeconômicas que apoiem oportunidades de emprego para mulheres e criem um espaço fiscal para investimento político; pois (4) uma base de evidências e um espaço de diálogo terão sido criados.	Se (1) auditorias de gênero das leis e políticas de gênero existentes identificam as principais lacunas e desequilíbrios; se (2) a capacidade de as organizações de mulheres negociarem coletivamente é fortalecida; e (3) as políticas governamentais e empresariais são melhoradas em setores-chave para promover melhores condições de trabalho para as mulheres; então (4) um trabalho decente para as mulheres é promovido; pois (5) um quadro institucional e político propício é colocado em prática.	Se (1) os trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não-remunerados são reconhecidos como um obstáculo para o acesso das mulheres a empregos decentes; se (2) as organizações de mulheres estão empoderadas para participar de diálogos e processos de decisão sobre investimentos públicos; se (3) modalidades adequadas de financiamento são identificadas e aproveitadas; e se (4) os governos têm as competências necessárias; então (5) os trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não-remunerados serão reduzidos e redistribuídos por meio de investimentos sensíveis à questão da igualdade de gêneros em infraestruturas e serviços de cuidado/assistência que economizem o tempo das mulheres; pois (6) os obstáculos políticos, sociais e financeiros terão sido abordados.	Se (1) os obstáculos que impedem o acesso das mulheres à proteção social são adequadamente identificados; (2) se as organizações de mulheres estão empoderadas para participar de diálogos e processos de decisão sobre proteção social; se (3) modalidades de financiamento voltadas a uma proteção social sensível à igualdade de gêneros são identificadas e aproveitadas; e (4) se o governo tem as competências necessárias; então (5) o acesso das mulheres à proteção social, incluindo pisos mínimos que garantam uma segurança de renda básica ao longo de todo o ciclo de vida pode ser melhorado; pois (6) os obstáculos políticos e financeiros terão sido abordados.
Resultados	<b>1.1 Aumento da conscientização sobre as implicações de gênero das principais decisões macroeconômicas, incluindo políticas comerciais, monetárias e fiscais</b> (aumentar a disponibilidade de dados e evidências por meio da produção de pesquisas e conhecimentos; iniciativas de defesa).  <b>1.2 Aumento da capacidade das organizações da sociedade civil e do governo de avaliar os impactos das políticas macroeconômicas</b> (por exemplo, treinamento técnico em avaliações de impacto, debates e diálogos públicos, iniciativas de defesa).  <b>1.3 Fortalecimento da capacidade da sociedade civil de se envolver em diálogos com o governo e ministérios na elaboração de políticas macroeconômicas e de exigir a prestação de contas</b> (disseminação de informações sobre questões de políticas, debates e diálogos públicos, iniciativas de defesa).	<b>2.1 Condução de auditorias de gênero das leis e políticas trabalhistas existentes</b> (identificar lacunas e desequilíbrios, incluindo aspectos da contratação, treinamento, promoção no emprego, saúde e segurança, remuneração igualitária, assédios sexuais, quotas e metas, condições de trabalho que levem em conta a família e proteção social).  <b>2.2 Fortalecimento da capacidade de as organizações de mulheres negociarem coletivamente nos mercados de produtos e de trabalho</b> (por exemplo, desenvolvimento de competências para sindicatos e associações de mulheres em termos de negociações coletivas, contabilidade básica, habilidades na negociação de contratos, iniciativas de defesa/promoção com os principais ministérios para estabelecer um quadro legal propício).  <b>2.3 Melhoria para as mulheres nas regulamentações governamentais e políticas empresariais em setores e ocupações chave para promover melhores condições de trabalho e salários mais altos</b> (por exemplo, legislação de salário mínimo, incluindo a sua imposição na prática, para trabalhadores domésticos).	<b>3.1 Os trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não remunerados são reconhecidos como um obstáculo ao acesso das mulheres a um emprego decente</b> (por exemplo, apoio para pesquisas sobre o uso do tempo e iniciativas relacionadas de defesa feminista).  <b>3.2 As organizações de mulheres são empoderadas para participar de diálogos e processos de decisão sobre investimentos públicos</b> (por exemplo, treinamentos e desenvolvimento de competências para organizações de mulheres).  <b>3.3 Identificação e aproveitamento de modalidades de financiamento para investimentos sensíveis à igualdade de gêneros</b> (serviços e infraestrutura) que reduzam e redistribuam os trabalhos de cuidado/assistência e domésticos não remunerados (por exemplo, serviços de cuidados das crianças, água, saneamento, eletricidade. Ver os Termos de Mudança sobre Financiamento Transformador).  <b>3.4 Fortalecimento da capacidade dos governos locais e nacional de fornecer infraestrutura e serviços públicos sensíveis à questão da igualdade de gêneros.</b>	<b>4.1 Os obstáculos para o acesso das mulheres a esquemas essenciais de proteção social e respostas potenciais são adequadamente identificados</b> (por exemplo, apoio a pesquisas de gênero, produção de conhecimento e iniciativas de defesa do acesso das mulheres a aposentadorias ou participação em programas de obras públicas).  <b>4.2 As organizações de mulheres são empoderadas para participar de mobilizações, diálogos e processos de decisão no que diz respeito à proteção social sensível à igualdade de gêneros</b> (por exemplo, treinamentos e desenvolvimento de capacidades para organizações de mulheres; apoio à avaliação participativa dos programas de proteção social existentes; apoio a projetos-piloto para mostrar a eficácia de programas de proteção social sensíveis à igualdade de gêneros inovadores).  <b>4.3 A capacidade das instituições governamentais são fortalecidas e coordenadas para uma gestão mais eficaz dos sistemas de proteção social</b> (por exemplo, identificação de beneficiários, execução de serviços e infraestrutura; transferência de fundos de uma maneira transparente e segura, etc.).
Premissas chave	- As organizações de mulheres e as organizações da sociedade civil querem se envolver na política macroeconômica. - Existe vontade política para colocar a igualdade de gêneros e a justiça social no centro da política macroeconômica. - Analistas políticos querem se envolver na produção de conhecimentos e avaliações.	- Existe uma vontade política para expandir os compromissos de empregos decentes. - Estão disponíveis dados para monitorar e avaliar políticas e programas. - As mulheres e os sindicatos trabalhistas são organizados e engajados.	- Existe uma vontade política e normas sociais propícias que reconhecem a importância dos trabalhos de cuidado/assistência não remunerados. - Recursos estão disponíveis para financiar investimentos em proteção social e infraestrutura.	- Se estiverem disponíveis, as mulheres usarão os esquemas de proteção social - Um espaço fiscal adequado é criado para o investimento público.
Riscos e obstáculos	- Uma política macroeconômica ortodoxa continua a ser dominante. - A credibilidade da análise política é fraca. - O diálogo social não ganha força.	- A imposição de leis não-discriminatórias é difícil. - A angariação de recursos adequados para financiar políticas trabalhistas e sensíveis às necessidades da família é um processo lento.	- Apesar do maior investimento, as mulheres ainda são responsáveis por uma parte desproporcional do cuidado de crianças e idosos.	- Os resultados serão difíceis de monitorar a curto prazo, portanto, o apoio pode esvaecer.

# Área de Impacto 3 do Plano Estratégico da ONU Mulheres:

## Eliminação da violência contra as mulheres (EVCN)

O objetivo 3 do Plano Estratégico da ONU Mulheres é que “mulheres e meninas vivam uma vida sem violência”. As duas iniciativas da programação modelo (FPI) sob esta área de impacto têm como objetivo acabar com o ciclo de violência contra as mulheres e as meninas em espaços privados e públicos. Em conjunto, estas iniciativas evitam que a violência contra as mulheres aconteça, em primeira instância, e que não se repita posteriormente, bem como atendem às várias necessidades das sobreviventes e lidam com a impunidade e os impactos a longo prazo, por meio da prestação de serviços essenciais de qualidade.



A tabela abaixo ilustra a contribuição das Iniciativas de Programação Modelo sob a Área de Impacto 3 em relação aos objetivos específicos definidos no Plano Estratégico.

PLANO ESTRATÉGICO	PROGRAMAÇÃO MODELO	
	<i>Prevenção e acesso aos serviços</i>	<i>Cidades e espaços públicos seguros</i>
<b>Objetivo 3.1</b> Leis, políticas e estratégias adotadas e implementadas de acordo com padrões internacionais e fundamentadas nas opiniões de mulheres que sobreviveram à violência, para evitar e responder à violência contra mulheres e meninas.	Objetivo 1: Existe um ambiente legislativo e político propício segundo padrões internacionais de eliminação da violência contra mulheres e outras formas de discriminação, que é transformado em ações.	Objetivo 2. Legislações e políticas abrangentes usadas para evitar e responder à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos estão em vigor e são implementadas com eficiência.
<b>Objetivo 3.2</b> Mulheres e meninas usam serviços plurissetoriais de violência contra as mulheres de qualidade já existentes, que concentram-se em mulheres sobreviventes.	Objetivo 3: As mulheres e meninas que sofrem violência são incentivadas e têm o poder de usar serviços essenciais disponíveis, acessíveis e de qualidade para se recuperarem da violência.	Objetivo 3. Os investimentos feitos na segurança e na viabilidade econômica dos espaços públicos funcionam, incluindo investimentos na infraestrutura pública e no desenvolvimento econômico.

I. CONTEXTO

Avaliação

A violência contra as mulheres continua existindo em todos os países do mundo como uma violação difundida dos direitos humanos e um grande impedimento à igualdade de gêneros. As estimativas globais mostram que mais de uma em cada três mulheres no mundo sofrem violência física e/ou sexual cometida pelos seus parceiros ou violência sexual cometida por outras pessoas ao longo de sua vida<sup>2</sup>. Esse número é ainda maior em alguns países, na proporção de sete em cada dez mulheres. As pesquisas apontam que a violência contra as mulheres causa uma grande variedade de problemas de saúde física, mental e sexual, inclusive a morte, além de afetar famílias e comunidades inteiras<sup>3</sup>. A violência contra as mulheres também tem um impacto econômico significativo e impede que as metas de desenvolvimento globais sejam alcançadas.

Ao longo das duas últimas décadas, vimos um estímulo crescente para eliminar e evitar todas as formas de violência contra as mulheres, principalmente em virtude dos esforços contínuos feitos pelo movimento dos direitos das mulheres. Os governos têm demonstrado suas obrigações e compromissos em abordar a violência contra as mulheres por meio da elaboração de políticas e acordos jurídicos internacionais e regionais. A Recomendação Geral 19 do Comitê da CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres) afirmou que a violência contra as mulheres é uma forma de discriminação, confirmando que os Estados têm o dever de abordar a violência por meio dessa convenção. A Plataforma de Ação de Pequim (1995) identificou a violência contra as mulheres como uma das doze áreas críticas mais preocupantes que requerem ações urgentes para alcançar as metas de igualdade, desenvolvimento e paz. Os recentemente acordados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluem o fim da violência e de práticas prejudiciais contra as mulheres como uma de suas principais áreas, confirmando a necessidade de abordá-las com urgência para obter igualdade de gêneros.

Há um número cada vez maior de iniciativas sendo implementadas em vários países para evitar e abordar a violência contra as mulheres. O maior avanço se deu na adoção de leis e políticas, melhoria da justiça e respostas de atendimento às sobreviventes, além do aumento da conscientização e da coleta de dados. Embora alguns países tenham implementado serviços de atendimento, a disponibilidade e acessibilidade a eles é limitada, e sua qualidade é irregular.

1. A definição de mulheres no contexto desta programação modelo também inclui as meninas. A ONU Mulheres trabalha para garantir que as mulheres e meninas de todas as idades vivam sem violência. Contudo, no âmbito operacional, os programas da ONU Mulheres têm muito mais chance de ter um impacto mais direto na vida de meninas mais velhas (ou seja, adolescentes entre 11 e 19 anos), pois isso significa que não repetem, mas sim complementam os esforços de outras agências da ONU, como a UNICEF. O trabalho da ONU Mulheres com as meninas também depende de parcerias e acordos firmados em cada país.

Análise

Apesar do avanço, o nível de violência contra as mulheres continua preocupante e muitos desafios ainda persistem, incluindo a falta de vontade política, uma aplicação insuficiente das leis, a falta de alocação de recursos adequados para implementar leis, políticas e programas, um monitoramento e uma avaliação insuficientes do seu impacto e a falta de coordenação entre as diferentes partes interessadas.

Os serviços multissetoriais e coordenados essenciais para o atendimento adequado das vítimas sobreviventes de violência contra as mulheres (como serviços de saúde, segurança, justiça e amparo social) são quase sempre escassos ou estão disponíveis apenas em capitais e áreas urbanas, o que limita o acesso para as mulheres que precisam deles. Mesmo onde os serviços e atendimentos foram implementados, as sobreviventes não sabem que estão disponíveis e não conhecem os seus direitos em relação a esses serviços. A qualidade e a consistência variam, o que também limita a acessibilidade, principalmente para as adolescentes, mulheres com filhos, e mulheres e meninas que sofrem tipos variados e cruzados de discriminação, como é o caso das mulheres que pertencem a comunidades indígenas e grupos migratórios, que convivem com o vírus HIV e portadoras de necessidades especiais.

Contudo, o desafio mais significativo na hora de eliminar e evitar a violência continua sendo a persistência de atitudes e comportamentos de homens e mulheres na sociedade – incluindo políticos, responsáveis pela tomada de decisões, prestadores de serviços (policiais e profissionais da saúde), líderes comunitários, dentre outros – que perpetuam estereótipos negativos, discriminação e desigualdade de gêneros como as raízes da violência contra as mulheres. É por isso que abordar esse desafio – incluindo as suas causas estruturais – é crucial no trabalho de prevenção.

Apesar de algumas práticas promissoras, a prevenção da violência contra mulheres e meninas continua sendo uma área de trabalho relativamente nova sem uma quantidade significativa de dados e provas claras do que “funciona”. As iniciativas de prevenção costumam acontecer por meio de atividades de pequena escala, fragmentadas e isoladas, limitadas a eventos de conscientização, com poucos recursos e ausência de avaliação dos impactos. Além disso, a prevenção da violência contra as mulheres nem sempre faz parte de estratégias e programas abrangentes para a eliminação desse tipo de violência, que são aconselháveis como prevenção e devem fazer parte de um trabalho contínuo de combate à violência, incluindo a prestação de serviços às sobreviventes.

2. OMS, 2013  
 3. Preventing Violence (WHO), 2010  
 4. Heisse, 2011  
 5. Htun e Weldon, 2012

Ação

A atual programação modelo foi elaborada para implementar a estrutura normativa para o fim da violência contra as mulheres, incluindo as conclusões da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) 57 (2013), que salientou a necessidade de uma abordagem abrangente por meio da adoção de leis e políticas e da coleta de dados, enfatizando o papel da prevenção por meio da abordagem das raízes da violência contra as mulheres, bem como a necessidade de melhorar a acessibilidade das sobreviventes a serviços de qualidade. A principal lição que aprendemos e comprovamos é que precisamos de uma abordagem abrangente e transformadora à igualdade de gêneros e ao empoderamento das mulheres para abordar a violência contra as mulheres com eficiência, o que resultará em leis e políticas abrangentes para a eliminação da violência contra as mulheres, sua prevenção, a prestação de serviços e a coleta de dados relacionados (veja as estatísticas de gênero), mediante a incorporação de órgãos nacionais de estatística capacitados para a coleta de dados sobre a violência contra as mulheres de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>4</sup>.

A adoção de leis abrangentes para abordar a violência contra as mulheres, a desigualdade de gêneros e a discriminação (por exemplo, na lei da família e no acesso a recursos) (consequência 1) é importante para tratar a impunidade, transmitir a mensagem de intolerância à violência contra as mulheres e ajudar as mulheres a sair de um relacionamento abusivo e controlar a própria vida. Contudo, a implementação dessas leis ainda é um desafio. Portanto, é crucial que haja um fortalecimento das organizações de mulheres, incluindo por meio da capacitação, a fim de responsabilizar os governos, defender a implementação<sup>5</sup> e capacitação efetivas das instituições (setores de segurança, judiciário, saúde e educação) por meio de códigos de conduta, mecanismos de denúncia e programas de conscientização com vistas à prevenção e ao atendimento dos casos de violência contra as mulheres.

As leis e políticas podem fornecer uma estrutura abrangente para abordar a violência contra as mulheres, mas precisam ser complementadas por estratégias com financiamento adequado. A violência contra as mulheres é um fenômeno complexo, e uma estratégia de prevenção eficaz precisa incluir intervenções de reforço mútuo para facilitar uma mudança transformadora na sociedade por meio da abordagem das raízes e causas estruturais da violência. O foco disso deve ser dar mais poder e direitos às mulheres, bem como envolver a mobilização da comunidade, oferecer programas educacionais e incluir as várias partes interessadas, incluindo homens e meninos, órgãos da mídia e organizações de mulheres (consequência 2).

A prevenção da violência contra as mulheres está muito relacionada aos serviços e atendimentos prestados em caso de violência. A conscientização pode resultar em um aumento da demanda de apoio por parte das sobreviventes, embora a utilização dos serviços de apoio às vítimas pelas sobreviventes ao redor do mundo precise aumentar. Devem ser disponibilizados serviços essenciais de qualidade a todas as sobreviventes a fim de garantir apoio e proteção, evitando que essa violência aconteça novamente (consequência 3). É necessário haver um fortalecimento da conscientização dos direitos das sobreviventes e disponibilização dos serviços. A capacitação de uma vasta gama de prestadores de serviços, o desenvolvimento de protocolos e a existência de diretrizes claras para a prestação de serviços de apoio às vítimas de violência contra as mulheres, incluindo mecanismos de coordenação e prestação de contas, são aspectos essenciais do trabalho aqui proposto. A disponibilização desses serviços também transmite uma mensagem forte à comunidade de que a violência contra as mulheres é algo inaceitável.

A presente programação é fundamentada em trabalhos existentes realizados e coordenados pela ONU Mulheres juntamente com outros parceiros, incluindo os objetivos da CSW 57, fazendo uma conexão entre pesquisa e recomendações políticas, formulando diretrizes globais para a prestação de serviços e fortalecendo a compreensão e colaboração entre diferentes agências em novas áreas, como as ações de prevenção.

II. TERMOS DE MUDANÇA: **Prevenção e acesso a serviços essenciais para eliminar a violência contra mulheres e meninas**

*Pela sua natureza, os termos da mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.*

Objetivo	<b>Mulheres e meninas vivendo sem violência.</b> <b>Indicadores-chave:</b> Proporção de mulheres e meninas com parceiros acima de 15 anos vítimas de violência física e/ou sexual praticada por um parceiro atual ou ex-parceiro íntimo, nos últimos 12 anos; Proporção de mulheres e meninas acima de 15 anos vítimas de violência sexual praticada por pessoas que não são um parceiro íntimo, desde os 15 anos (consulte a estatística de gêneros da programação modelo do trabalho da ONU Mulheres com a capacitação dos Escritórios Nacionais de Estatística para a coleta de dados sobre a violência contra as mulheres).		
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) há um ambiente legislativo e político favorável alinhado às normas internacionais para a eliminação da violência contra as mulheres e outras formas de discriminação e essas leis e políticas são transformadas em ações; se (2) normas, atitudes e comportamentos sociais favoráveis forem promovidos nos âmbitos comunitário e individual a fim de evitar a violência contra as mulheres; e se (3) as mulheres vítimas de violência são incentivadas e conscientizadas a utilizar serviços essenciais de qualidade disponíveis e acessíveis e, assim, recuperarem-se da violência; então (4) haverá uma redução significativa na violência contra as mulheres, pois (5) haverá uma prevenção contra a ocorrência ou recorrência da violência, e as mulheres vítimas da violência serão incentivadas e terão recursos para recuperar e reconstruir a sua vida com ajuda e apoio adequados.		
Outcomes	<b>1. Existência de um ambiente legislativo e político favorável alinhado às normas internacionais para a eliminação da violência contra as mulheres e outras formas de discriminação e transformação dessas leis e políticas em ações.</b> Número (%) de países com leis e políticas de violência contra as mulheres em vigor que estão alinhadas com as normas internacionais sobre a violência contra as mulheres; número (%) de países com estruturas jurídicas que promovem a igualdade de gêneros e a inexistência de discriminação contra todas as mulheres e meninas.	<b>2. Normas, atitudes e comportamentos sociais favoráveis são promovidos nos âmbitos comunitário e individual para evitar a violência contra as mulheres.</b> Porcentagem de pessoas que acham que nunca é justificável que um homem bata na esposa, dividido por sexo.	<b>3. As mulheres e meninas vítimas de violência são incentivadas e conscientizadas a utilizar os serviços essenciais de qualidade disponíveis e acessíveis, recuperando-se da violência.</b> Porcentagem de mulheres e meninas vítimas de violência nos últimos doze meses que buscaram ajuda de instituições formais; porcentagem de vítimas de violência nos doze meses anteriores que denunciaram o abuso às autoridades competentes ou a outros mecanismos de resolução de conflitos reconhecidos oficialmente.
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) há um engajamento das mulheres na criação e implementação de leis para a eliminação da violência contra as mulheres, se a legislação reformada está fundamentada e é monitorada adequadamente, e se as instituições têm a capacidade de implementar estruturas legislativas e políticas; então (2) haverá um ambiente legislativo e político favorável para o fim da violência contras as mulheres e de outras formas de discriminação, e essas leis e políticas serão transformadas em ações; pois (3) está comprovado que a legislação deve ser respaldada por recursos, capacitação e monitoramento para colocá-la em prática.	Se (1) há uma mobilização da comunidade e estratégias de educação de maneira integrada com base no compartilhamento de informações, em uma abordagem alinhada com as normas internacionais e em informações comprovadas sobre a prevenção da violência contra as mulheres; então (2) as normas, atitudes e comportamentos sociais favoráveis e de prevenção da violência contra as mulheres serão promovidos nos âmbitos comunitário e individual; pois (3) está comprovado que as iniciativas de prevenção multifacetadas são benéficas umas às outras.	Se (1) os prestadores de serviços são capacitados a oferecer serviços essenciais de acordo com as normas e diretrizes globais, se esses serviços são disponibilizados e acessíveis às mulheres, e se as mulheres entendem e exercem os seus direitos a esses serviços; então (2) as mulheres vítimas da violência serão incentivadas e conscientizadas a utilizar os serviços, recuperando-se da violência; pois (3) os obstáculos para o acesso das mulheres a esses serviços terão sido superados.
Resultados	<b>1.1. Fortalecimento da voz e participação das mulheres para defender a criação e implementação de leis e políticas para a eliminação da violência contra as mulheres</b> (capacitação, conscientização e mobilização das organizações de mulheres, parlamentares, ministérios de mulheres, saúde, educação e justiça).  <b>1.2. As leis e políticas são revisadas, reformadas e respaldadas com frequência para cumprir as normas e evidências dos direitos humanos internacionais</b> (assistência técnica para a revisão e alteração das leis, alocação orçamentária adequada, e mecanismos de supervisão para monitorar as implementações).  <b>1.3. Fortalecimento da capacidade das instituições para implementar as legislações de eliminação da violência contra as mulheres e de outras formas de discriminação</b> (apoio a instituições, principalmente aos setores de segurança, judiciário, de saúde e educação para transformar as leis e políticas em ações por meio de códigos de conduta, mecanismos de denúncia, programas de conscientização etc.).	<b>2.1. Estratégias de prevenção e planos de ação de acordo com as normas dos direitos humanos internacionais desenvolvidas e implementadas pela ONU e por colaboradores nacionais de maneira coordenada</b> (desenvolvimento, publicidade e adaptação da estrutura global de prevenção da violência contra as mulheres para implementação no contexto de cada país).  <b>2.2. Mulheres, meninas, homens e meninos, nos âmbitos comunitário e individual, são mobilizados em prol de relacionamentos respeitosos e da igualdade de gêneros</b> (mobilização comunitária direcionada a homens e mulheres, meninos e meninas, e outras partes interessadas, incluindo líderes tradicionais e religiosos; foco específico em grupos de mulheres e meninas que sofrem várias formas de discriminação, uso da imprensa, teatro e outras formas de entretenimento, sensibilização pela sociedade civil, criação de grupos de pares iguais, busca por participantes “influentes”).  <b>2.3. Currículos e programas educacionais que abordem a igualdade de gêneros e a violência contra as mulheres são desenvolvidos e integrados na educação formal e informal</b> (desenvolvimento de currículos e programas educacionais que promovam a igualdade de gêneros e os direitos humanos, habilidades de comunicação para relacionamentos respeitosos e não violentos, assistência técnica aos ministérios da educação).	<b>3.1 Padrões e diretrizes globais para serviços essenciais são desenvolvidos e integrados na entrega dos serviços</b> (padrões e diretrizes para a provisão de serviços em todos os setores são desenvolvidos e disponibilizados, incluindo assegurar que as mulheres tenham acesso à gama de serviços de saúde física, mental, sexual e reprodutiva).  <b>3.2. Fortalecimento da capacitação dos prestadores de serviços (saúde, polícia, justiça e assistência social) para oferecer serviços coordenados e de qualidade, penalizar perpetradores de acordo com padrões de devida diligência e coletar e usar dados eticamente</b> (treinamento para alcançar um nível de qualidade dos serviços e áreas técnicas - incluindo igualdade de gêneros e coleta e análise de dados-, aprendizado entre colegas, intercâmbios Sul-Sul, etc.,).  <b>3.3. Melhoria na disponibilização e acessibilidade dos serviços para mulheres e meninas vítimas de violência</b> (acessibilidade geográfica, incluindo em áreas urbanas e remotas, linguística e financeira aos serviços, sobretudo por parte de mulheres vulneráveis/marginalizadas, incluindo mulheres indígenas, portadoras do vírus HIV/AIDS etc. Consulte os Termos de Mudança de Acesso à Justiça).  <b>3.4. As mulheres entendem e podem exercer os seus direitos a serviços de qualidade</b> (conscientização e esforços de sensibilização sobre leis, acesso a serviços e mecanismos de recursos por meio de organizações de mulheres, campanhas de mídia, informações públicas em instituições policiais, judiciárias, educacionais e de saúde).
Premissas chave	- Vontade política e compromisso com a eliminação da violência contras as mulheres é uma prioridade nacional.	- Uma abordagem integrada e multifacetada à prevenção efetiva para mudar normas e atitudes sociais. - Mudanças nas atitudes e crenças que resultarão em mudanças comportamentais.	- Os serviços de qualidade aumentarão a confiança das mulheres na busca por apoio e expandirão o acesso a esses serviços. - Compromisso e recursos para a coleta de dados e coordenação de serviços.
Riscos e obstáculos	- As declarações políticas não são colocadas em prática. - A legislação não é implementada devido à falta de competências e de alocações orçamentárias. - Normas e atitudes sociais prejudiciais limitam a luta das mulheres em prol de leis para a eliminação da violência contra as mulheres.	- Falta de vontade política. - Falta de recursos técnicos e financeiros. - Evidências limitadas sobre o que funciona na prevenção da violência contra as mulheres. - Normas sociais prejudiciais arraigadas resistentes à mudança.	- Disponibilização limitada de serviços governamentais e não governamentais (serviços de saúde, segurança, justiça e amparo social). - Falta de recursos técnicos e financeiros para melhorar a prestação de serviços. - Normas e medos sociais prejudiciais que impedem que as mulheres procurem os serviços de apoio.



I. CONTEXTO

Avaliação

O assédio sexual e outras formas de violência sexual contra as mulheres e meninas nos espaços públicos são um problema universal. Mulheres e meninas temem e sofrem vários tipos de violência sexual em locais públicos que vão desde comentários e contatos sexuais indesejados a estupros e assassinatos relacionados ao gênero. Isso ocorre nas ruas, ônibus e trens, próximo a escolas, em parques, banheiros públicos, áreas verdes, mercados e locais de distribuição de água e alimento, incluindo diversos cenários (urbano, periurbano, rural, conflito, pós-conflito etc.).

Em Londres, um estudo realizado em 2012 revela que 43% das moças sofreram algum tipo de assédio nas ruas no ano anterior.<sup>1</sup> Em Port Moresby, um estudo de escopo<sup>2</sup> revela que mais de 90% das mulheres e meninas sofreram alguma forma de violência sexual quando utilizavam o transporte público. Em Kigali, um estudo de base<sup>3</sup> mostra que 55% das mulheres relataram preocupações em frequentar instituições de ensino à noite.

A realidade da violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos viola os direitos e a liberdade das mulheres e meninas como cidadãs iguais. Isso reduz a capacidade das mulheres e meninas de frequentarem a escola, trabalharem e terem uma vida pública. Também limita o acesso dessas mulheres a serviços essenciais e a oportunidades de lazer e cultura, causando um impacto negativo na saúde, bem-estar e viabilidade econômica e social de cidades e países. As mulheres e meninas que vivem na pobreza ou em grupos de exclusão ou estigmatizadas socialmente (mulheres e meninas indígenas, migrantes, imigrantes, com necessidades especiais, deslocadas etc.) estão expostas a um risco maior de assédio sexual e outras formas de violência sexual contra as mulheres e são mais vulneráveis aos seus efeitos negativos.

A Plataforma de Ação de Pequim (1995) distinguiu a violência contra as mulheres como uma das doze áreas críticas de Igualdade de Gêneros e Empoderamento das Mulheres. Em 2013, a CSW 57 identificou várias formas específicas de violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos como uma área distinta de preocupação, e convocou os governos a prevenirem esses atos por meio da implementação de várias medidas e programas. Essa convocação deve ser confirmada nos indicadores propostos atualmente para monitorar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente nos termos dos objetivos 5 (igualdade de gênero) e 11 (transformar cidades e comunidades humanas em ambientes inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis).

1. Ending Violence Against Women Coalition (2012) 2. Kofi Annan (2015)  
 2. ONU Mulheres (2014) Safe Public Transport Scoping Study  
 3. ONU Mulheres (2013)

Análise

Apesar de afetar milhões de mulheres e meninas em todos os países do mundo, a violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos têm sido tolerada e encarada como uma parte “normal” da vida em sociedade. Isso se reflete em atitudes e comportamentos discriminatórios que perpetuam os estereótipos de gênero e desigualdade, agindo como um obstáculo estrutural ao reconhecimento, prevenção e reação adequada à violência sexual contra mulheres e meninas. Em decorrência disso, a violência sexual contra mulheres e meninas, principalmente o assédio sexual nos espaços públicos, continua sendo um problema bastante negligenciado.

O baixo reconhecimento da violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos é reforçado pela lacuna universal na disponibilização de dados específicos, válidos, comparáveis e coletados de forma sistemática e ética, bem como pela capacidade limitada dos governos locais, ONGs e outros stakeholders de produzi-los.

Isso contribui com um ambiente jurídico que simplesmente carece de legislação e políticas para a prevenção e reação à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos. Embora algumas iniciativas promissoras tenham sido desenvolvidas para abordar a segurança das mulheres nos espaços públicos nos últimos quarenta anos, essas ações têm uma escala e um escopo limitados. Essas iniciativas costumam ser compostas por atividades isoladas e fragmentadas (como auditorias de segurança das mulheres<sup>4</sup> e campanhas de conscientização). A falta de uma abordagem holística e multissetorial agrava a já existente falta de cooperação entre os diferentes stakeholders (autoridades locais, mulheres, homens e jovens, o setor privado, a imprensa etc.) para elaborar e implementar programas de segurança nos espaços públicos.

A capacidade limitada e a falta de medidas para fortalecer as capacidades dos principais stakeholders para evitar e reagir à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos é outro desafio crucial. <sup>5</sup>

Não é nenhuma surpresa que a falta de reconhecimento e cooperação – bem como a existência de políticas não solidárias e capacidades limitadas – tem resultado em poucos investimentos no planejamento (físico e social) da administração dos espaços públicos, no desenvolvimento urbano e em estratégias de segurança, o que gera uma infraestrutura pública que não oferece segurança para mulheres e meninas.

Em decorrência dessas deficiências, a estrutura normativa global também é limitada e não oferece a orientação necessária para a criação e o desenvolvimento de políticas e programas.

4. Women in Cities International (WICI), Red Mujer y Habitat de América Latina e Huairou Commission. (2008) The Global Assessment on Women’s Safety.Kenya:UN Habitat

Ação

Para as cidades participantes do Modelo de Cidades e Espaços Públicos Seguros, é possível alcançar uma mudança transformadora para o aumento do reconhecimento da violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos e seu impacto, e em direção ao compromisso de acabar com ela por meio de parcerias com os vários stakeholders para alcançar os quatro resultados abaixo.

**1) Identificação de intervenções relacionadas a gênero que tenham relevância e desenvolvimento local:** o desenvolvimento local é a base deste modelo. O foco é a geração de um sentido local de envolvimento por meio da criação de parcerias com os vários stakeholders e do fornecimento de uma base de evidências para que os stakeholders identifiquem possíveis soluções. O estudo de escopo é um componente essencial. Ele é projetado para fornecer dados válidos e específicos a fim de garantir uma compreensão mais aprofundada das formas locais de violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos e do contexto da sua ocorrência. As oficinas sobre os programas servem para envolver os principais stakeholders em reflexões ativas sobre as conclusões do estudo de escopo, possibilitando que sejam desenvolvidos programas com um conjunto específico de resultados de acordo com o contexto, a visão local e a responsabilidade conjunta dos stakeholders.

**2) Legislação e políticas abrangentes para evitar e reagir à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos:** a capacidade dos stakeholders locais será avaliada e aprimorada para garantir a criação de leis e políticas abrangentes que evitem e reajam à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos, bem como sua implementação eficaz, incluindo o fortalecimento da capacidade dos prestadores de serviços e instituições.

**3) Investimentos na segurança e viabilidade econômica dos espaços públicos:** incluindo infraestrutura pública e desenvolvimento econômico com atenção especial à criação de oportunidades econômicas para mulheres nos espaços públicos reformados. Isso inclui a capacitação dos governos locais para investimentos em planejamento urbano, incluindo infraestrutura pública – como mercados, transportes públicos, iluminação das vias públicas, serviços de amparo social, saneamento – que promovam a segurança e o empoderamento econômico das mulheres e meninas, o que também beneficia as comunidades em geral.

**4) Transformação social e cultural para garantir a melhoria das atitudes e comportamentos** relacionados aos direitos das mulheres e meninas de frequentar espaços públicos livres de violência sexual, incluindo por meio de atividades nos âmbitos comunitário, institucional e individual, envolvendo meninas, meninos e outros participantes influentes em atividades transformadoras em escolas e outros locais, promovendo relacionamentos respeitosos entre os gêneros, a igualdade de gêneros e a segurança nos espaços públicos etc.

5. Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção do Crime (2012)

II. TERMOS DE MUDANÇA: Cidades e espaços públicos seguros para mulheres e meninas

Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	As mulheres e meninas são empoderadas social, econômico e politicamente nos espaços públicos, que são livres de assédio sexual e outras formas de violência sexual. <b>Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:</b> Objetivo 5, alvo 2 (proxy): Proporção de mulheres e meninas vítimas de violência sexual praticada por pessoas que não são parceiros íntimos, desde os 15 anos (nos espaços públicos, locais de intervenção); Objetivo 11, alvo 7 (proxy) proposto pela ONU Mulheres: Proporção de mulheres e meninas vítimas de assédio físico ou sexual nos espaços públicos nos últimos doze anos, locais de intervenção.			
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) são identificadas intervenções relacionadas a gênero que têm relevância e participação local de modo a criar espaços públicos seguros; se (2) são criadas e implementadas políticas abrangentes para evitar e responder ao assédio sexual e outras formas de violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos; se (3) investimentos em segurança e viabilidade econômica dos espaços públicos são eficazes e acessíveis a todos; e se (4) são aprimoradas as normas sociais relacionadas aos direitos das mulheres e meninas de frequentar espaços públicos livres de violência sexual; então (5) as mulheres e meninas serão empoderadas social, econômico e politicamente nos espaços públicos; pois (6) houve uma redução dos riscos de assédio sexual e outras formas de violência sexual contra mulheres e meninas por meio de soluções locais sustentáveis.			
Consequências	<b>1. Intervenções relacionadas a gênero que tenham relevância e participação local</b> (implementação de parcerias de segurança e inclusão de mulheres nos cargos de tomada de decisão e nos mecanismos de prestação de contas; documentos do programa e estruturas de monitoramento e avaliação disponíveis e validados pelos stakeholders locais).	<b>2. Implementação efetiva de leis e políticas abrangentes para evitar e reagir à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos</b> (várias leis e políticas para evitar e reagir à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos que sejam fundamentadas em evidências locais e boas práticas vigentes no âmbito internacional).	<b>3. Investimentos na segurança e viabilidade econômica dos espaços públicos, incluindo infraestrutura pública e desenvolvimento econômico eficazes</b> (vários tipos de projetos de desenvolvimento/revitalização/desenvolvimento econômico urbano nos espaços públicos nos locais de intervenção cuja avaliação inclui segurança e viabilidade econômica contra a violência sexual contra mulheres e meninas).	<b>4. Melhoria nas atitudes e comportamentos relacionados aos direitos das mulheres e meninas de frequentar espaços públicos livres de violência sexual contra mulheres e meninas</b> (proporção de mulheres e meninas, homens e meninos que concordam que o assédio e a violência nos espaços públicos não é aceitável em nenhuma circunstância nos locais de intervenção).
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) as autoridades locais e os stakeholders comunitários conseguem participar das programações com base em dados comprovados; se há parcerias com os vários stakeholders; e se os dados sobre a violência sexual contra mulheres e meninas nesses espaços públicos são gerados no local e é feita a divulgação desse conhecimento sobre gêneros; então (2) serão identificadas soluções de gênero relevantes, sustentáveis e com participação local; (3) pois terão sido aproveitadas as evidências e os pontos de vista de todos os stakeholders.	Se (1) as autoridades locais, os grupos de mulheres e os grupos comunitários conseguem participar de uma reforma política para evitar e responder à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos; se há a implementação dos mecanismos adequados de financiamento e monitoramento; e se há um aprimoramento da capacidade dos prestadores de implementar essas políticas; então (2) as políticas para evitar e responder à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos será eficaz; pois (3) haverá o apoio e a participação locais com os recursos humanos e financeiros necessários.	Se (1) as autoridades locais, os grupos de mulheres e os grupos comunitários conseguem participar da formulação de planos de inclusão de gêneros para melhorar a segurança; se são implementados os mecanismos adequados de financiamento e monitoramento; e se há um aprimoramento da capacidade dos prestadores de serviços de executar esses planos de inclusão de gêneros; então (2) os investimentos na segurança e viabilidade econômica dos espaços públicos será eficaz; pois (3) as ações serão fundamentadas em projetos sensíveis à questão da igualdade de gêneros e isso receberá os recursos humanos e financeiros necessários.	Se (1) as mulheres, meninas, homens e meninos participam de estratégias de mobilização comunitária; se são empoderados para defender os seus próprios direitos; e se as mensagens sobre a prevenção contra a violência sexual contra mulheres e meninas são comunicadas pela educação e pela imprensa; então (2) são promovidas normas, atitudes e comportamentos sociais de transformação que evitam a violência sexual contra mulheres e meninas nos âmbitos comunitário e individual; pois (3) as evidências indicam que as iniciativas de prevenção multifacetadas reforçam umas às outras.
Resultados	<b>1.1 Aprimoramento da capacidade das autoridades locais, grupos de mulheres e grupos comunitários de desenvolver intervenções abrangentes para evitar e responder à violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos em coordenação com outros stakeholders</b> (abordagens conceituais, passos cruciais na prática de políticas e programas de cidades e espaços públicos seguros).  <b>1.2 Estabelecimento de parcerias com os vários stakeholders</b> (parcerias verticais e horizontais com órgãos chave, organizações de mulheres , autoridades locais, setor privado, imprensa, sociedade civil etc., além da realização de consultas e do desenvolvimento de consenso).  <b>1.3 Dados locais coletados e analisados para orientar a concepção participativa do programa a ser compartilhado com os vários stakeholders parceiros</b> (estudo de escopo/documento do programa com informações do diagnóstico local, referência, estruturas de gestão com base nos resultados e estrutura de monitoramento e avaliação; acesso a boas práticas, especialistas em gêneros em várias áreas – como planejamento urbano –, violência sexual contra mulheres e meninas etc.).	<b>2.1 Aprimoramento da capacidade e engajamento dos grupos de mulheres e grupos comunitários nos modelos de legislação e políticas de violência sexual contra mulheres e meninas</b> (avaliações de capacidade, treinamento para conscientização e mobilização social).  <b>2.2 Aprimoramento da capacidade e envolvimento das autoridades locais e dos prestadores de serviços nos modelos de legislação e políticas de violência sexual contra mulheres e meninas</b> (avaliações de capacidade, treinamento e apoio).  <b>2.3 Leis e políticas adotadas para evitar e responder à violência sexual contra mulheres e meninas com base em evidências locais e boas práticas internacionais acompanhadas de mecanismos de financiamento e monitoramento</b> (implementação de avaliação e adoção de leis e políticas, alocação orçamentária, financiamento e ações de monitoramento e avaliação).  <b>2.4 Fortalecimento da capacidade e engajamento dos prestadores de serviços na implementação das leis e políticas</b> (avaliações para identificar lacunas nos treinamentos oferecidos aos prestadores de serviços locais – setores de segurança, judiciário, saúde, educação).	<b>3.1 Aprimoramento da capacidade e engajamento dos grupos de mulheres e grupos comunitários em planejamentos de inclusão de gêneros no local e geração de renda</b> (avaliações de capacidade, auditorias da segurança das mulheres, treinamentos para o desenvolvimento dos planos de negócios).  <b>3.2 Aprimoramento da capacidade das autoridades e outras partes interessadas em desenvolver e implementar uma infraestrutura pública e planos de desenvolvimento econômico voltados à inclusão dos gêneros</b> (avaliações de capacidade, treinamentos para resolver as falhas de qualificação, incluindo com relação ao empoderamento econômico das mulheres nos espaços públicos).  <b>3.3 Planos de inclusão de gêneros que incluem infraestrutura pública e desenvolvimento econômico, incluindo o empoderamento econômico das mulheres nos espaços públicos e outras medidas implementadas e acompanhadas de mecanismos de financiamento e monitoramento</b> (avaliações de qualificação para identificar lacunas, alocação orçamentária, incentivos e promoção de parcerias com o setor privado, mecanismo de monitoramento e avaliação).	<b>4.1 Aprimoramento da capacidade das mulheres, meninas, homens e meninos de reconhecer a violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos como uma violação dos direitos das mulheres a fim de evitar e responder a esse tipo de situação</b> (análise das falhas de qualificação com base no entendimento das causas da violência sexual contra mulheres e meninas nos espaços públicos, o papel do espectador, treinamentos realizados por organizações de mulheres, pela sociedade civil, pelo governo etc., com um foco especial nos grupos que enfrentam múltiplas discriminações).  <b>4.2 Mulheres, meninas, homens e meninos do âmbito comunitário são mobilizados em prol de relacionamentos respeitosos, igualdade de gêneros e segurança nos espaços públicos</b> (atividades de mobilização comunitária com homens, mulheres, meninos, meninas e outros stakeholders– incluindo líderes religiosos, formadores de opinião formais e informais, imprensa e empresas locais – para estabelecer diálogos entre a comunidade e as autoridades locais, programas de espectador etc.).  <b>4.3 Desenvolvimento e integração de iniciativas de transformação na educação formal e não formal e na veiculação feita pela mídia.</b> (desenvolvimento de currículos e programas com estratégias pautadas nas artes que promovam a igualdade de gêneros e os direitos humanos, relacionamentos respeitosos e habilidades de comunicação não violentas, assistência técnica aos departamentos de artes, cultura, educação etc.).
Premissas chave	- Os stakeholders se comprometerão a trabalhar continuamente em colaboração para a prática de políticas e programas como resultado do envolvimento na construção de parcerias e em aprendizados sobre o impacto da violência sexual contra mulheres e meninas na vida e na comunidade.	- Compromisso contínuo das autoridades responsáveis em aprimorar leis e políticas e implementar estruturas para o fim da violência sexual contra mulheres e meninas. - A autoridade local e os outros parceiros estão sempre comprometidos com o aprendizado de boas práticas globais que incorporam a igualdade de gêneros e o compromisso com o fim da violência sexual contra mulheres e meninas.	- Parceiros de implementação com tempo e conhecimento variado para a conscientização e o treinamento dos stakeholders. - Garantia dos líderes do governo local de que os funcionários farão o treinamento. - A mudança dos funcionários não afetará a implementação dos programas e estratégias para evitar e responder à violência sexual contra mulheres e meninas.	- Uma abordagem integrada e multifacetada à prevenção efetiva para mudar as normas e atitudes sociais. - Homens, meninos, mulheres e meninas interessados em entender os seus direitos.
Riscos e obstáculos	- Capacidade e conhecimento obtidos, mas que não resultaram em ações transformadoras. - Praticar uma ação que não é fundamentada nos direitos das mulheres e nos direitos humanos. - Dados sobre assédio sexual e violência criaram uma publicidade negativa para a cidade, podendo afetar o nível de comprometimento dos stakeholders.	- Mudanças nas autoridades locais que possam afetar o grau de vontade e comprometimento políticos, bem como uma mudança nas partes técnicas do serviço civil. - Dependendo do contexto e do grau de descentralização do país, os governos locais podem não ter autoridade orçamentária. Isso pode dificultar os esforços de apoio ao governo local.	- Mudanças positivas e os investimentos feitos no ambiente físico, além da segurança geral das áreas de intervenção do programa, podem aumentar o valor do terreno e o custo da moradia, sobretudo no longo prazo. Isso pode provocar a elitização e uma disparidade econômica cada vez maior entre a população marginalizada e pobre e os grupos mais abastados.	- É impossível mudar as atitudes sociais e culturais e a vontade política em prol dos direitos de igualdade. - Os direitos de igualdade não são colocados em prática. - As mudanças que promovem o direito de frequentar espaços públicos para alguns grupos de mulheres podem afetar de maneira negativa e inadvertida os mesmos direitos de outros homens e mulheres desfavorecidos e sujeitos à exclusão social.

# Área de Impacto 4 do Plano Estratégico da ONU Mulheres:

## Paz, segurança e ações humanitárias (PSAH)

O objetivo 4 do Plano Estratégico da ONU Mulheres é que “paz, segurança e ações humanitárias sejam determinadas pela liderança e participação femininas”. As três Iniciativas de Programação Modelo sob esta área de impacto estão intimamente ligadas. Juntas, elas geram sinergias no contínuo entre ação humanitária e desenvolvimento, fortalecendo o poder, a liderança e a participação das mulheres na reconstrução das suas vidas em situações de crise, conflito e desastre.



A tabela abaixo ilustra a contribuição das Iniciativas de Programação Modelo sob a Área de Impacto 4 em relação aos objetivos específicos definidos no Plano Estratégico.

PLANO ESTRATÉGICO	PROGRAMAÇÃO MODELO		
	<i>Envolvimentos das mulheres nos processos de paz, segurança e recuperação</i>	<i>Liderança, empoderamento, acesso e proteção das mulheres nas respostas a crises</i>	<i>Lidando com a desigualdade de gêneros em termos de riscos</i>
<b>Objetivo 4.1</b> Compromissos com mulheres, paz e segurança e estruturas de prestação de contas são adotados e implementados em situações de conflito e pós-conflito.	Objetivo 1. É criado um ambiente favorável à implementação de compromissos de paz, segurança e mulheres.		
<b>Objetivo 4.2</b> Conversas de paz, recuperação, resolução de conflitos e processos de planejamento de construção da paz e processos de justiça transicional incluem disposições referentes aos direitos das mulheres, sua participação e proteção.	Objetivo 2. Prevenção de conflitos: as mulheres participam e estão envolvidas nos processo de tomada de decisão e respostas relacionadas à prevenção contra conflitos. Objetivo 3. Resolução de conflitos: Aumento da representação e liderança das mulheres em negociações de paz formais e informais. Objetivo 4. Proteção: A segurança, a saúde física e mental e a proteção de mulheres e meninas são asseguradas e os seus direitos humanos respeitados.		Objetivo 1. São avaliadas as dimensões de gênero do risco de desastre, particularmente em termos da vulnerabilidade, capacidade e exposição a perigos das mulheres. Objetivo 4: Fortalecimento da capacidade de as mulheres se prevenirem, prepararem e recuperarem de perigos naturais decorrentes da mudança climática.
<b>Objetivo 4.3</b> Compromissos com a igualdade de gêneros adotados e implementados em ações humanitárias que incluem redução do risco de desastre e preparação, resposta e recuperação rápida.	Objetivo 5. Construção da paz e recuperação: A recuperação socioeconômica e a participação política de mulheres e meninas são promovidas em situações pós-conflito.	Objetivo 1: O planejamento, estruturas e programas humanitários/de resposta a crises são inclusivos e sensíveis à igualdade de gêneros; Objetivo 2: Promoção da proteção e de oportunidades econômicas para mulheres que tenham sido deslocadas pela ocorrência repentina de emergências em acomodações temporárias e comunidades anfitriãs; Objetivo 3: São promovidos mecanismos de defesa positivos para mulheres e meninas marginalizadas afetadas por crises cujo início é lento e demorado.	Objetivo 2: Compromissos com a igualdade de gêneros são adotados e implementados nas ações humanitárias, incluindo a redução do risco de desastre, a preparação contra esses riscos, esforços de resposta e recuperação rápida.
<b>Objetivo 5.1</b> Adoção e implementação de estratégias nacionais de desenvolvimento e outros planos setoriais nacionais com compromissos específicos com o avanço da igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres.			Objetivo 3: A lacuna de recursos para os esforços de prevenção, preparação e recuperação sensíveis à igualdade de gêneros é abordada.

# Descrição do modelo Liderança, empoderamento, acesso e proteção (LEAP) das mulheres em resposta a crises

## I. CONTEXTO

### Avaliação

Um total de 59,5 milhões de pessoas foram deslocadas em 2014 em virtude de violência ou perseguição, ao passo que cerca de 107,3 milhões de pessoas foram afetadas por desastres causados por ameaças naturais.<sup>1</sup> Das 80 milhões de pessoas que precisaram de assistência humanitária, mais de 75% eram mulheres e crianças.<sup>2</sup> Além de serem as mais afetadas, as mulheres e meninas adolescentes também são as principais cuidadoras e entre as primeiras a prestar auxílio nesses tipos de situação, mantendo suas famílias e comunidades unidas.

A Política de Gêneros do Comitê Permanente Interagências (IASC) enfatiza a importância da assistência humanitária no atendimento das necessidades das mulheres mais vulneráveis. O oferecimento de sustento e proteção às mulheres nos cenários de deslocamento também tem um efeito cascata no bem-estar das famílias e comunidades. De acordo com pesquisas, a participação ativa das mulheres na vida econômica faz com que os esforços para promoção e recuperação da paz sejam mais sustentáveis.<sup>3</sup>

Contudo, embora seja difícil avaliar os números precisos sobre o quanto a assistência humanitária atende igualmente às necessidades das mulheres e dos homens e até que ponto geram resultados relacionados ao gênero devido ao volume limitado de indicadores de gênero relatados, os dados coletados mostram um desequilíbrio de gêneros e uma carência de investimento na igualdade de gêneros. De acordo com o Relatório da Assistência Humanitária Global (2015), a proporção de projetos humanitários que fazem uma contribuição “importante” ou “principal” para a igualdade de gêneros apresentou uma queda de 24% em 2012 para menos de 20% em 2014. Em 2012, houve a alocação de apenas 3% (US\$ 257 milhões) dos US\$ 8,4 bilhões totais em financiamento humanitário para programas voltados à igualdade de gêneros.

Ao mesmo tempo, as crises estão se prolongando mais. A média de tempo durante o qual as pessoas ao redor do mundo permaneceram deslocadas devido a crises aumentou de 17 para 25 anos.<sup>4</sup> Contudo, a ajuda em crises prolongadas tende a depender de soluções de curto prazo para problemas de longo prazo e oferece poucas opções para que as mulheres reconstruam suas vidas e tenham o poder de sustentar os seus lares.

### Análise

O objetivo da assistência humanitária é, acima de tudo, salvar a vida dos mais necessitados. Tudo isso está fundamentado nos princípios de Humanidade, Neutralidade, Independência e Imparcialidade.<sup>5</sup> Contudo, a prestação de uma assistência sem distinção de gênero é muito raramente neutra, pois há sempre novas barreiras estruturais e emergentes sendo enfrentadas pelas mulheres, podendo até resultar em uma discriminação involuntária das mulheres.

Uma vez que a assistência humanitária sempre lida com questões urgentes de vida ou morte, as necessidades e os direitos das mulheres geralmente acabam sendo ignorados. Não são empregados tempo e ênfase suficientes nas avaliações e análises de gênero. Isso impossibilita que a ação humanitária entenda e reaja de forma adequada às necessidades e vulnerabilidades específicas das mulheres e meninas.

Contudo, mulheres e meninas deslocadas e vulneráveis que vivem em acampamentos e comunidades de acolhimento enfrentam uma série de desafios distintos e problemas específicos de proteção. São eles: maior risco de violência sexual baseada em gênero, mobilidade limitada de acesso à assistência e aos serviços humanitários devido à falta de segurança física, responsabilidade pela criação dos filhos, ou normas sociais discriminatórias. Por exemplo: a comida distribuída em filas mistas de homens e mulheres exclui as mulheres de determinadas culturas. Do mesmo modo, banheiros femininos sem luz suficiente deixam as mulheres mais vulneráveis a ataques sexuais. As mulheres que perderam os seus maridos enfrentam desafios e responsabilidades adicionais como chefes do lar e estão expostas a maiores riscos de exploração.

Nos locais onde realmente ocorrem avaliações de gênero, há uma falta de envolvimento dos grupos de mulheres devido aos obstáculos de qualificação, cultura, segurança e/ou de políticas. Geralmente, os grupos de mulheres locais desempenham um papel marginal na assistência humanitária, sobretudo na administração e na coordenação dos acampamentos. Por fim, a natureza de curto prazo e imprevisibilidade da assistência humanitária, a disponibilidade limitada de desenvolvimento financeiro e a falta de instrumentos de programação adequados para abordar os resultados das crises e os deslocamentos prolongados de modo coletivo não fortalecem as mulheres nem aumentam sua resiliência a futuros choques.

### Ação

Esta programação modelo melhora a abordagem de gênero nas ações humanitárias por meio das seguintes medidas:

**i) Garantindo que o planejamento, as estruturas e as programações de respostas humanitárias às crises sejam fundamentados na análise de gênero e em avaliações de necessidades:** Isso incluirá a disponibilização de ferramentas e orientações sobre análise de gênero e fortalecimento da participação, voz e qualificação das mulheres, da sociedade civil e dos defensores de gênero para o envolvimento efetivo em planejamentos e programações humanitárias. Isso também alavancará a coordenação da ONU Mulheres para garantir que as necessidades e prioridades das mulheres e meninas sejam totalmente integradas à assistência humanitária.

**ii) Aumentando o acesso à proteção e oportunidades econômicas para mulheres vulneráveis e deslocadas afetadas por situações de emergência inesperadas** por meio de espaços seguros/sociais e oportunidades de geração de renda. Esses espaços sociais promovem um ambiente positivo para a conscientização, o acesso a serviços multissetoriais e mecanismos de indicação, incluindo a prevenção e reação à violência sexual e baseada em gênero, a formação de grupos de apoio a mulheres e o fornecimento de serviços de cuidado infantil. Os espaços seguros também promovem o empoderamento por meio da facilitação do acesso a treinamento de qualificação, trabalho remunerado e apoio para o sustento básico.

**iii) Fechando a lacuna humanitária/de desenvolvimento em crises prolongadas e lentas por meio da promoção de mecanismos de adaptação e sustento básico contínuo para mulheres marginalizadas.** A conversão de espaços seguros/sociais em centros de empoderamento econômico envolve o fortalecimento do acesso das mulheres a bens e qualificações de produção, apoiando a sua liderança na vida comunitária e na tomada de decisões, com um foco nos obstáculos estruturais de gênero e discriminação arraigados nas normas e atitudes sociais vigentes. A criação de oportunidades econômicas às mulheres em situações de deslocamento prolongado aumenta a sua resiliência e empoderamento.

1. Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Global Trends Forced Displacement, 2014 (p.2)  
2. Comitê de Mulheres para os Refugiados: <http://womenrefugeecommission.org/about/how-we-work>

3. UN Women Research: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/7/the-effect-of-gender-equality-programming-on-humanitarian-outcomes>

4. Relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos de Pessoas em Deslocamento Interno, 2015  
5. Subsecretaria-Geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários: [https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/OOM\\_HumPrinciple\\_English.pdf](https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/OOM_HumPrinciple_English.pdf)



II. TERMOS DE MUDANÇA: Liderança, empoderamento, acesso e proteção (LEAP) das mulheres em resposta a crises

Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	As mulheres e meninas afetadas pela crise lideram, participam e se beneficiam dos esforços de assistência e reposta. Indicadores-chave: % de fundos alocados para ações sensíveis à questão da igualdade de gêneros; % de mulheres beneficiadas pelas iniciativas de resposta.		
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) o planejamento e a programação humanitários são sensíveis à igualdade de gêneros; se (2) os esforços de assistência priorizam a participação, segurança e bem-estar econômico das mulheres deslocadas por emergências inesperadas; e se (3) a resposta promove estratégias positivas de adaptação para as mulheres marginalizadas que continuam sendo afetadas por crises prolongadas; então (4) as mulheres e meninas afetadas pela crise desempenharão um papel de liderança e se beneficiarão dos esforços de assistência e resposta; pois (5) os seus direitos e necessidades estarão no cerne da assistência humanitária.		
Consequências	1. O planejamento, as estruturas e as programações de resposta humanitária a crises incluem e são sensíveis às questões de gênero (% de projetos com os marcadores de gênero 2a e 2b; % de mulheres que participam do planejamento da assistência).	2. Promoção de proteção e oportunidades econômicas para mulheres em abrigos temporários e em comunidades de acolhimento deslocadas por eventos de emergência inesperados (conflitos/epidemias/desastres) (número de mulheres que participam de estruturas de coordenação de acampamentos; % de mudança na renda das mulheres deslocadas para abrigos temporários e comunidades de acolhimento; % de mudança na violência de gênero cometida contra mulheres deslocadas para abrigos temporários e comunidades de acolhimento).	3. Promoção de mecanismos de adaptação para mulheres e meninas marginalizadas afetadas por crises prolongadas e lentas (conflitos/desastres, abrigos temporários e comunidades de acolhimento) (% de mudança na renda das mulheres marginalizadas; % de famílias lideradas por mulheres e mulheres marginalizadas com acesso a serviços de assistência).
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) as necessidades das mulheres servem como base para o planejamento e programação de ações humanitárias; e as organizações do país, da ONU e da sociedade civil têm a capacidade e oportunidade de integrar a igualdade de gêneros ao planejamento e à programação; então (2) o planejamento e a programação de ações humanitárias incluirão as questões de gênero e promoverão o empoderamento das mulheres; pois (3) de acordo com a nossa experiência, o envolvimento explícito das mulheres na criação e implementação da assistência humanitária facilita o atendimento das suas necessidades.	Se (1) as mulheres que foram deslocadas por situações de emergência inesperadas se envolvem de maneira significativa nas ações humanitária; e se têm acesso a bens de produção e financeiros, mecanismos de proteção e serviços de assistência eficazes; então (2) a sua segurança e bem-estar econômico serão promovidos; pois (3) um esforço de auxílio terá sido realizado.	Se (1) as mulheres e meninas marginalizadas afetadas por crises prolongadas e lentas têm acesso aos recursos, qualificações e parcerias necessários; e se os serviços e práticas sociais são assistenciais; então (2) as mulheres e meninas marginalizadas estarão aptas a lidar de maneira positiva com crises prolongadas e lentas; pois (3) haverá um fortalecimento da sua capacidade de absorção.
Resultados	<p>1.1. Análises e avaliações de gênero são realizadas para fundamentar o planejamento e a programação multissetorial de respostas humanitárias às crises (orientação e ferramentas sobre análise e avaliações de gênero disponibilizadas à ONU e aos governos; realização de análises/avaliações, avaliações de alocações orçamentárias; coleta de dados separados por gênero).</p> <p>1.2. Aumento da capacidade no envolvimento das associações de mulheres e questões de gênero no planejamento humanitário, estruturas de respostas e programações (mapeamento organizacional, desenvolvimento de capacidades, envolvimento com mulheres, networking e coalizão, aumento do acesso e participação das mulheres afetadas no planejamento e na programação).</p> <p>1.3. Fortalecimento dos mecanismos de coordenação nacional, da ONU e da assistência humanitária para identificar, abordar e monitorar as necessidades de mulheres e meninas (assistência técnica, treinamentos, apoio a surtos, coleta de dados separados por gênero).</p>	<p>2.1. Aumento da liderança e envolvimento de mulheres deslocadas nos esforços assistenciais e na tomada de decisão (promover oportunidades de participação e liderança para mulheres em comitês assistenciais de distribuição, monitoramento e coordenação).</p> <p>2.2. Aumento do acesso a serviços e mecanismos de proteção eficazes por meio de espaços sociais em abrigos temporários e comunidades de acolhimento (estabelecer centros em assentamentos temporários, identificar centros com governos de acolhimento, conscientização, redução do estigma sofrido pelas sobreviventes, qualificação de prestadoras de serviços para atividades multissetoriais, incluindo a prevenção e reação à violência sexual e baseada em gênero, promoção dos mecanismos de referência existentes, criação de grupos de apoio a mulheres, prestação de serviços de cuidado infantil).</p> <p>2.3. Criação de novas fontes de renda e oportunidades econômicas por meio de trabalhos remunerados e desenvolvimento de capacidades e qualificações (identificar e criar parcerias com possíveis compradores e empregadores em acampamentos ou assentamentos temporários e comunidades de acolhimento, oferecer remuneração em dinheiro pela prestação de serviços ou pelo fornecimento de produtos relevantes, transferir bens de produção para cooperativas de mulheres em acampamentos/assentamentos temporários e comunidades de acolhimento, promover treinamento vocacional com base nas necessidades de mercado identificadas, desenvolver mais qualificação comercial).</p>	<p>3.1. Aumento do acesso aos bens, qualificações e parcerias necessárias para mulheres marginalizadas (incluindo mulheres em situações de deslocamento e acolhimento) (identificar e criar parcerias com possíveis compradores ou empregadores, transferir pacotes de start-up, incluindo bens de produção e micro-finanças, treinamento vocacional com base nas necessidades de mercado identificadas, desenvolvimento de negócios e empreendimentos, qualificações financeiras e contábeis)</p> <p>3.2. Os prestadores de serviços conseguem oferecer mais serviços de assistência às mulheres e meninas marginalizadas (capacitação dos prestadores de serviços para oferecer serviços de assistência, incluindo o cuidado infantil, espaços seguros/sociais para sobreviventes de violência baseada em gênero, serviços de saúde mental e psicossociais etc. A prestação de serviços pode incluir a sociedade civil e o governo local).</p> <p>3.3. Promoção de atitudes e comportamentos positivos de homens e meninos frente à igualdade de gêneros (avaliar as raízes das atitudes e comportamentos, desenvolver estratégias de defesa de direitos iguais, conscientização, sensibilização de líderes comunitários e religiosos, capacitação de organizações da sociedade civil para envolver homens e meninos, uso da imprensa).</p>
Premissas chave	- Boa vontade política entre as autoridades do governo, a ONU e os atores internacionais para apoiar e promover o planejamento, as estruturas de resposta e as programações que incorporam a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres. - Normas e práticas sociais e culturais favoráveis.	- Os governos acolhedores permitem que as mulheres deslocadas tenham acesso imediato a programas de geração de renda e espaços sociais em acampamentos e outros assentamentos nos casos de emergência inesperada, sem a necessidade de investimento no curto prazo. - A ONU Mulheres é capaz de exercer o seu mandato de coordenação e o seu papel de convocação a fim de mobilizar prestadores de serviços.	- Os governos e as comunidades de acolhimento exigem investimentos nas comunidades em questão quando há um prolongamento da crise e não é possível que as mulheres deslocadas retornem aos seus lares. - Os prestadores de serviços apoiam o fornecimento de serviços sensíveis à igualdade de gêneros.
Riscos e obstáculos	- As recomendações de avaliações de gênero não são adotadas ou priorizadas devido a obstáculos políticos, sociais ou financeiros.	- Os programas de geração de renda não são transformados em rendas maiores devido ao desequilíbrio existente dentro dos lares. - Há um aumento da tensão entre os homens e as mulheres devido à falta de oportunidades para homens e meninos. - É impossível mudar as atitudes e os comportamentos sociais e culturais em prol do fim da violência de gênero. - A falta de segurança limita a movimentação. - Os estigmas e as barreiras culturais impedem que as sobreviventes se expressem.	- Os programas de geração de renda não são transformados em rendas maiores devido a desequilíbrios dentro dos lares e limitações dos mercados locais. - Aumento da tensão entre homens e mulheres devido à falta de oportunidades para homens e meninos. - Obstáculos sociais, culturais e políticos frente à promoção de mecanismos positivos de superação para mulheres marginalizadas. - A falta de segurança limita a movimentação. - Os estigmas e as barreiras culturais impedem que as sobreviventes se expressem.

Descrição do modelo

Lidando com a desigualdade de gêneros em termos de riscos e promovendo a resistência comunitária contra perigos naturais em um clima em mudança

I. CONTEXTO

Avaliação

Os riscos associados a desastres naturais, aumento no preço dos alimentos, pandemias, e crises prolongadas estão aumentando numa velocidade cada vez maior do que os esforços para a sua prevenção, mitigação e redução. Desde 1970, o número de pessoas expostas a enchentes e ciclones tropicais duplicou.<sup>1</sup> Na década passada, os desastres continuaram a impor um preço alto em todo o mundo com a morte de mais de 700 mil pessoas, 1,7 bilhão de pessoas afetadas e prejuízos econômicos da ordem de 1,4 trilhão de dólares.<sup>2</sup> Os efeitos crescentes das mudanças climáticas aumentam os riscos de desastre e afetam de maneira desproporcional as pessoas mais vulneráveis. O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastre (UNISDR) constatou que, nos últimos 10 anos, 87% dos desastres foram relacionados ao clima. As estimativas são de que esse número aumente.

As mulheres e meninas serão mais afetadas por esse aumento previsto em eventos climáticos extremos. As diversas discriminações enfrentadas pelas mulheres – nas áreas de educação, saúde, emprego e controle de propriedades – são os fatores subjacentes que inevitavelmente deixam as mulheres mais vulneráveis em crises e situações de pós-desastre. As pesquisas mostram que as mulheres estão mais expostas ao risco de serem afetadas por desastres e suas consequências. Em 1991, o ciclone de Bangladesh matou 140.000 pessoas. Dentro da faixa etária de 20 a 44 anos, a proporção de mortalidade feminina foi de 71 para cada 1000 mulheres, em comparação com 15 para cada 1000 homens.

No entanto, nos últimos 25 anos, o progresso na abordagem dessa drástica desigualdade em termos de riscos para os gêneros foi pequeno. Por exemplo: mais de 70% das mortes ocorridas no tsunami da Ásia em 2004 foram de mulheres. Do mesmo modo, quando o ciclone Nargis chegou ao Delta de Ayeyarwaddy em Myanmar em 2008, a taxa de mortalidade das mulheres entre 18 e 60 anos foi duas vezes maior do que a dos homens, e cerca de 87% das mulheres solteiras e 100% das mulheres casadas perderam sua principal fonte de renda.<sup>3</sup> A taxa de mortalidade das mulheres e meninas após o terremoto devastador do Nepal em 2015 foi de 55%.

Essa falta de progressos na abordagem dos fatores de risco subjacentes já foi reconhecida pela comunidade internacional e por uma nova estrutura normativa. O Quadro de Redução de Risco de Desastre de Sendai (DRR) 2015-2030 promove uma mudança de paradigma por meio de medidas de combate aos fatores de risco subjacentes dos desastres e da inclusão da questão de gênero em todas as políticas e práticas.

1. Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de desastre (2011), Relatório de Avaliação Global, p.32  
2. Care =: uma organização que atende a emergências em uma era de caos climático, reduzindo os riscos e promovendo resiliência para as pessoas mais pobres e vulneráveis.  
3. Climate Change Connections:Women at the Forefront UNFPA, WEDO 2009, [www.preventionweb.net/files/12053\\_climateconnections1overview1.pdf](http://www.preventionweb.net/files/12053_climateconnections1overview1.pdf)

Análise

Quatro fatores principais explicam a persistência das desigualdades de gêneros nas últimas duas décadas e meia. Em primeiro lugar, ainda não há uma boa compreensão das dimensões do gênero no risco de desastre. A existência de uma capacidade técnica limitada nos âmbitos nacional e local resultou em uma falta de dados separados por gênero e idade com relação à análise de gênero dos riscos de desastre. Isso continua impedindo uma compreensão adequada, uma resposta precisa e o desenvolvimento de estratégias específicas. 62 dos 70 países relatores dentro da revisão intermediária do Quadro de Ação de Hyogo não coletaram informações sobre vulnerabilidade e capacidade separadas por gênero entre 2009 e 2011. Também não há uma coleta sistemática desses dados na análise de perdas e danos causados por desastres. Esses dados costumam ser coletados em termos de recursos produtivos, que tendem a ser detidos por homens. Os prejuízos do setor informal e da agricultura de subsistência – onde as mulheres têm uma participação significativa – não são registrados com frequência, o que gera uma avaliação insuficiente do custo do impacto e das oportunidades para mulheres.<sup>4</sup>

Em segundo lugar, outro resultado parcial disso é que damos pouca atenção política ao desenvolvimento e à implementação de políticas de gestão de riscos de desastre segundo questões de gênero. Também há uma desconexão entre as instituições que promovem a igualdade de gêneros e os mecanismos nacionais de gestão dos riscos de desastre. A ambiguidade existente com relação à responsabilidade<sup>5</sup> é outra razão que faz com que a igualdade de gêneros sejam um esforço “adicional” muito isolado dos esforços gerais de desenvolvimento. Isso mina a abordagem abrangente e multissetorial necessária para dar apoio aos mais marginalizados.

Em terceiro lugar, essa falta de compromisso político resulta na alocação inadequada de recursos para lidar com os fatores estruturais da desigualdade de gêneros que reduziriam a vulnerabilidade das mulheres e aumentariam a sua resiliência aos desastres. A limitação de financiamento público para proteção e seguros sociais é especialmente problemática.

Por fim, a falta de participação ativa das mulheres, sobretudo na gestão dos riscos de desastre do âmbito local, perpetua o status quo e impede o avanço da implementação de compromissos de igualdade de gêneros nas estruturas normativas.

4. Women, girls and disasters, a review for DFID por Sarah Bradshaw e Maureen Fordham, 2013, Angeles Arenas Ferriz (2001) The Relevance of Considering a Gender Perspective in Damage Assessment and Recovery Strategies: A Case Study in El Salvador, Central America

Ação

O Quadro de Sendai oferece uma oportunidade para abordar as causas subjacentes das desigualdades de gênero no tocante à questão do risco. Nesse sentido, são necessárias as ações a seguir:

**1. Avaliar as dimensões de gênero dos riscos de desastre em um clima em constante mudança:** (i) aumentando a participação de mulheres nas avaliações dos riscos de desastre por meio do fortalecimento de suas capacidades de compreensão dos riscos em um clima em constante mudança; (ii) garantindo que os instrumentos e ferramentas de coleta de dados sejam sensíveis à questão da igualdade de gêneros para permitir a coleta desses dados; e (iii) realizando avaliações dos riscos de desastre específicos ao gênero a fim de entender as vulnerabilidades, capacidades e exposição a riscos das mulheres.

**2. Apoio às políticas e à governança de gestão do risco de desastre para implementar uma estrutura que leve a questão do gênero em conta:** (i) desenvolvendo uma política de resposta específica que aborde a desigualdade de gêneros no risco em climas com mudanças constantes e sua devida integração na política geral de gestão dos riscos de desastre; (ii) garantindo a implementação de mecanismos de coordenação da gestão dos riscos de desastre entre os setores e vários níveis para melhorar a abordagem de gênero; e (iii) monitorando a eficácia da gestão dos riscos de desastre para reduzir os riscos específicos para gênero por meio de estruturas relevantes.

**3. Abordagem da lacuna de recursos para as atividades de prevenção, preparo e recuperação com relação à questão do gênero por meio de:** (i) aumento nas alocações orçamentárias nos âmbitos nacional e local para responder às necessidades específicas de prevenção, preparação e recuperação de gênero em setores de produção, infraestrutura social e serviços; (ii) aumento do acesso das mulheres a produtos de financiamento adequados – tais como proteção e seguros sociais – como mecanismos de transferência de risco, compartilhamento de risco etc.; e (iii) aumento do investimento do setor privado em prevenção, preparação e recuperação sensíveis à questão da igualdade de gêneros em um clima em constante mudança, incluindo planos de desenvolvimento urbano e a implementação de códigos e normas etc.

**4. Fortalecimento da capacidade das mulheres de prevenção, preparação e recuperação dos riscos naturais em um clima em constante mudança:** (i) garantindo que os sistemas de aviso e ação antecipados sejam sensíveis à questão de gênero; (ii) aumentando o envolvimento das mulheres na elaboração de planos locais de preparação para desastres por meio do apoio às suas capacidades técnicas; e (iii) garantindo que as mulheres tenham acesso e proteção igualitária em termos de infraestrutura e serviços básicos locais para se recuperarem em um clima em constante mudança.

5. Towards the post-2015 Framework for Disaster Risk Reduction:Women as a force in resilience building, gender equality in disaster risk reduction, abril de 2014, A background paper on gender inclusion in HFA2

II. TERMOS DE MUDANÇA: **Desigualdade de gêneros em termos de riscos (GRD)**

Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	<b>As desigualdades de gênero relacionadas à morte e à perda do sustento básico são mitigadas, e a resiliência das comunidades aos riscos naturais é aumentada em um clima em constante mudança.</b> <b>Indicadores-chave:</b> número de consequências, de acordo com o gênero; número de mulheres deslocadas; número de pessoas afetadas, separadas por gênero; número de mulheres preparadas. Quadro normativo orientador: Quadro de Ação de Sendai.			
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) há uma compreensão da dimensão do gênero no risco; se (2) a estrutura nacional da gestão do risco de desastre leva a igualdade de gêneros em consideração; se (3) há uma redução na lacuna de recursos para a prevenção, preparação e recuperação de desastres em termos de gênero; e se (4) há uma melhoria na capacidade das mulheres de se prevenir, preparar e recuperar de desastres; então (5) as desigualdades de gênero no que diz respeito à perda de vida e sustento básico são mitigadas e a resiliência das comunidades aos riscos naturais são melhoradas em um clima em constante mudança; pois (6) a desigualdade de gêneros relacionada a riscos é uma causa da vulnerabilidade no âmbito comunitário.			
Consequências	<b>1. Avaliação das dimensões de gênero do risco de desastre, especialmente com relação à vulnerabilidade e à capacidade de exposição das mulheres aos riscos</b> (% de mulheres envolvidas nas avaliações de riscos de desastre; número de avaliações feitas sobre riscos de desastre específicos ao gênero).	<b>2. A política e a governança nacional da gestão dos riscos de desastre leva as questões da igualdade de gêneros em consideração</b> (% de políticas de resposta a riscos de desastre específicas para cada gênero).	<b>3. Abordagem da lacuna dos recursos para prevenção, preparo e recuperação em termos de gênero</b> (% de alocações orçamentárias feitas para abordar riscos específicos a gênero; % de aumento do investimento privado em prevenção, preparo e recuperação).	<b>4. Fortalecimento da capacidade da mulher de se prevenir, preparar e recuperar de ameaças naturais em climas em mudança constante</b> (% de mulheres envolvidas na elaboração de planos de preparação; % de mudança no acesso de mulheres a serviços básicos locais).
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) as mulheres se envolvem em avaliações de risco de desastre, e se dados específicos aos gêneros são coletados usando metodologias específicas; então (2) uma compreensão abrangente dos riscos de desastre será criada com base nas questões de gênero; pois (3) as diferenças de gênero em termo de risco – sobretudo com relação à vulnerabilidade, capacidade e exposição das mulheres – terão sido levadas em consideração.	Se (1) as desigualdades de risco dos gêneros são integradas às políticas da gestão de riscos de desastre e se os mecanismos necessários de coordenação de governança dessa gestão são criados para implementá-las e monitorar os seus efeitos; então (2) um ambiente político favorável será implementado para promover respostas adequadas às desigualdades de risco específicas a gênero; pois (3) a estrutura nacional de gestão de riscos de desastre levará as questões de gênero em consideração.	Se (1) há financiamento para a prevenção, preparo e recuperação que sejam sensíveis à questão da igualdade de gêneros, e se regulamentos adequados e produtos de financiamento, seguros e incentivos são implementados; então (2) a lacuna de recursos para riscos de desastre específicos a gênero será reduzida; pois (3) as fontes públicas e privadas de financiamento terão investido na redução do risco de desastre referente a gênero.	Se (1) os sistemas de aviso antecipado e os planos de preparo para emergência respondem às desigualdades locais de gênero identificadas em termos de riscos, e se há acesso e proteção igualitários em termos de infraestrutura essencial e serviços básicos locais; então (2) as mulheres estarão mais bem preparadas e conseguirão responder e se recuperar dos desastres; pois (3) o preparo e a recuperação da comunidade ajudarão as mulheres a desenvolver uma resiliência aos desastres.
Resultados	<b>1.1. Aumento no envolvimento das mulheres nas avaliações do risco de desastre</b> (capacidade de desenvolvimento das mulheres e organizações de mulheres para entender e articular os riscos que as afetam, conectando essas mulheres às avaliações de risco de desastre nos âmbitos local e nacional).  <b>1.2. Instrumentos e ferramentas de coleta de dados relacionados ao gênero</b> (incluem a dimensão de gênero em ferramentas de coleta de dados, coleta de dados separados por gênero).  <b>1.3. Realização de avaliações de risco de desastre de acordo com o gênero em climas em constante mudança</b> (identifica os riscos de desastre específicos aos gêneros, incluindo a vulnerabilidade, capacidade e exposição das mulheres a esses riscos, identifica os riscos aos quais as mulheres estão mais expostas, identifica os riscos que terão um impacto maior para as mulheres, promove o uso do conhecimento, das práticas locais e das mulheres indígenas na gestão dos riscos de desastre).	<b>2.1. Integração de políticas de resposta específicas que abordam as desigualdades de gêneros identificadas em um clima em constante mudança nas políticas de gestão de riscos de desastre</b> (análise de gênero para garantir que os riscos de desastre específicos aos gêneros sejam abordados, identificação de respostas adicionais necessárias para abordar os riscos de desastre específicos aos gêneros, envolvimento das mulheres no desenvolvimento de políticas de resposta, capacitação de instituições nacionais e locais que elaboram políticas de gestão dos riscos de desastre).  <b>2.2. Estabelecimento de mecanismos de coordenação da gestão dos riscos de desastre entre setores e vários níveis</b> (criar e integrar políticas de gestão dos riscos de desastre em todos os setores, apoiar autoridades locais no trabalho de gestão dos riscos de desastre com a sociedade civil, comunidades, população indígena e migrantes).  <b>2.3. Monitoramento da eficácia da gestão dos riscos de desastre na redução dos riscos de desastre específicos a gênero</b> (implementação de estruturas de monitoramento levando as questões de gênero em consideração, acompanhamento do efeito das políticas de gestão dos riscos de desastre na redução dos riscos de desastre específicos aos gêneros).	<b>3.1. Aumento nas alocações de recursos nacionais e locais para abordar as ações de prevenção, preparo e recuperação de acordo com cada gênero, sobretudo na infraestrutura e nos serviços produtivos e sociais</b> (custo dos instrumentos relacionados ao gênero, marcadores de gênero, conscientização entre parlamentares).  <b>3.2. Desenvolvimento e acessibilidade das mulheres aos produtos adequados de financiamento, incluindo proteção e seguros sociais</b> (mecanismos para o aumento da capacidade, transferência de riscos e seguros, compartilhamento e retenção de riscos, índices climáticos).  <b>3.3. Aumento dos investimentos do setor privado com relação às questões de gênero nas atividades de prevenção, preparo e recuperação em climas em constante mudança</b> (garantia dos direitos de terra e propriedade; execução dos planos de uso de terra e desenvolvimento urbano; implementação de códigos, normas e sistemas de inspeção de construção).	<b>4.1. O desenvolvimento e a implementação dos sistemas de aviso e ação antecipados levam a questão do gênero em consideração</b> (garantir que os sistemas de aviso antecipado considerem os obstáculos criados pelas normas sociais, aumentar a capacidade das organizações de mulheres para desenvolver e implementar sistemas de aviso antecipados no local, disseminação das informações, novos meios de comunicação que atinjam mulheres e meninas, mapeamento dos riscos e das terras).  <b>4.2. Aumento no envolvimento das mulheres na elaboração dos planos de preparo para desastres locais</b> (capacitação técnica e logística, treinamentos de emergência, acesso a abrigos seguros, fornecedores de alimentos e outros itens, capacitação das organizações de mulheres e governos locais).  <b>4.3. Acesso e proteção igualitários em relação à infraestrutura e serviços básicos locais para facilitar a recuperação em climas em constante mudança</b> (apoio financeiro às mulheres para que tenham acesso a serviços).
Premissas chave	- A vontade política prioriza a compreensão da dimensão do gênero no risco. - Normas e práticas de apoio sociais e culturais que permitem que as mulheres se envolvam em avaliações de risco de desastre e processos de gestão dos riscos de desastre.	- Esforços mais abrangentes no aprimoramento da gestão dos riscos de desastre são contínuos. - Vontade política para alocar recursos para políticas e planos que sejam sensíveis à questão da igualdade de gêneros.	- Disponibilização dos recursos públicos domésticos para ações de prevenção, preparo e recuperação. - Existência de flexibilidade para os governos locais alocarem recursos para as suas ações de prevenção, preparo e recuperação. - Cultura de cumprimento das normas.	- Esforços mais abrangentes para melhorar o acesso das mulheres à infraestrutura e aos serviços básicos.
Riscos e obstáculos	- Respostas adequadas aos riscos específicos aos gêneros não são adotadas e implementadas devido a obstáculos políticos, sociais ou financeiros.	- Respostas adequadas aos riscos específicos aos gêneros não são adotadas e implementadas devido a obstáculos políticos, sociais ou financeiros.	- Baixa qualidade de investimentos, conscientização limitada dos investidores públicos e privados, falta de intermediação financeira local e escassez de crédito. - Cultura limitada de cumprimento de leis.	- Normas sociais prejudiciais que impedem as mulheres de participar dos sistemas de aviso antecipado. - O analfabetismo entre as mulheres limita sua capacidade de leitura das informações públicas sobre o preparo para os desastres.



I. CONTEXTO

Avaliação

A natureza evolutiva das ameaças atuais à paz e à segurança são diferentes em escala e natureza em comparação com o passado. Os números de pessoas deslocadas ao redor do mundo são maiores do que os vistos desde a Segunda Guerra Mundial, a disseminação do extremismo violento global significa que nenhuma região está livre da ameaça da violência. Um grande número de países continua constantemente passando de estabilidade momentânea para situações de conflitos.

Na década passada, pesquisas e práticas construíram um conjunto inquestionável de evidências que mostram que a participação e inclusão das mulheres faz com que a assistência humanitária seja mais eficiente, bem como fortalece os esforços de proteção dos pacificadores, melhora os esforços de prevenção contra a radicalização e disseminação do extremismo e acelera a recuperação econômica por meio dos mais diversos resultados de paz.<sup>1</sup> Também está comprovado que a participação das mulheres nos processos de pacificação e segurança resultam em uma paz mais sustentável, incluindo por meio da conclusão dos diálogos de paz e da implementação de acordos de paz.<sup>2</sup> As pesquisas também indicam uma correlação entre a inclusão e a prevenção do retorno ao conflito. Mais especificamente, os acordos de paz são 64% menos propensos a falhas quando há a participação de representantes da sociedade civil.<sup>3</sup>

O direito de participação plena das mulheres em todas as áreas de tomada de decisão sobre pacificação e segurança foi reconhecido pelo Conselho de Segurança da ONU desde a aprovação da resolução 1325 em 2000. Essa estrutura normativa cresceu desde então, com seis resoluções sucessivas reiterando a importância da liderança das mulheres, bem como as necessidades de proteção em relação à prevenção, resolução e recuperação de conflitos.<sup>4</sup> Apesar do estabelecimento de uma estrutura sólida de políticas e responsabilidades, a participação das mulheres continua mínima nos fóruns mais relevantes. Desde 2012, representantes do sexo feminino representam apenas 3% dos pacificadores, 10% da polícia da ONU<sup>5</sup> e pouco menos de 3% dos signatários de acordos de paz.<sup>6</sup> Embora crises e transições pós-conflito possam oferecer novas oportunidades para uma mudança social profunda, a contribuição das mulheres e meninas na construção e consolidação da paz costuma ser subestimada, pouco utilizada e pouco considerada, deixando inexplorada uma ferramenta poderosa para alcançar uma mudança transformadora e uma pacificação sustentável.

Análise

A pauta das mulheres, paz e segurança apresenta uma lista extensa de compromissos que teriam impactos transformadores se fossem implementados efetivamente, conforme está comprovado pela participação das mulheres. Contudo, os obstáculos à sua implementação incluem normas e atitudes sociais e culturais negativas, violência e insegurança, falta de vontade e liderança política, capacidade e conhecimento limitados e questões de financiamento.

Os **obstáculos comportamentais** estão entre os maiores obstáculos à participação plena das mulheres. Na ausência de uma estrutura sólida de prestação de contas, está comprovado que será impossível acelerar a pauta dos assuntos relacionados às mulheres, paz e segurança. Uma estrutura normativa concreta e as cada vez mais contundentes evidências dos impactos positivos da participação das mulheres na construção de sociedades inclusivas e pacificadas são fundamentos importantes. Também são necessários processos de prestação de contas, vontade política e liderança para abordar esses obstáculos comportamentais.

**Falta de segurança física.** Mesmo após o término do conflito político, as mulheres e meninas continuam enfrentando ameaças significativas à sua segurança física, incluindo violência sexual e outras formas de violência de gênero, o que impede sua capacidade de participar da recuperação de forma plena. A título de exemplo, as eleitoras do sexo feminino são quatro vezes mais propensas do que os homens a sofrerem intimidação nas eleições em estados frágeis em transição. Essa falta de segurança é exacerbada em vários contextos pelo aumento da violência extrema e o ataque específico aos direitos das mulheres à vida pública, ao seu próprio corpo, educação e representação. O acesso das mulheres à justiça como um todo é um fator importante relacionado à proteção.

**Capacidade e conhecimento.** Evidências e boas práticas mostram que o emprego direcionado de conhecimento técnico e de gênero pode catalisar resultados transformadores em fóruns de tomada de decisão sobre paz e segurança, garantindo resultados mais sensíveis à questão da igualdade de gêneros.

**Financiamento.** Os fluxos de assistência tendem a parar durante um conflito e demoram a ser retomados na transição pós-conflito quando os recursos são mais necessários do que nunca, sobretudo para gerar os benefícios imediatos da paz em áreas essenciais, tais como o acesso das mulheres à justiça e a recuperação antecipada. Dados da OCDE mostram que menos de 2% da assistência enviada às áreas de conflito são usados para atender às necessidades das mulheres.<sup>7</sup> O trabalho das mulheres na defesa e na prestação dos serviços em resposta às crises quase nunca é incentivado ou financiado por colaboradores humanitários nacionais e internacionais, apesar das provas de que geralmente elas são os únicos colaboradores que desempenham esse papel.

Ação

A lacuna no aproveitamento das capacidades das mulheres frente às metas de paz e segurança sustentáveis pode ser reduzida por meio de estruturas mais sólidas de prestação de contas, pela criação de um ambiente favorável à participação, financiamento, construção da capacidade de todos os colaboradores (incluindo mulheres e protetores), proteção contra violência e medidas para beneficiar as mulheres durante as ações de pacificação e recuperação.

• **Um ambiente favorável** para a implementação de compromissos de mulheres, paz e segurança, abordando tendências **comportamentais e culturais** por meio de estruturas de prestação de contas e a construção contínua de defesas fundamentadas em evidências, criará um ambiente propício à implementação dos compromissos. Essas estruturas, cuja implementação inclui planos de ação nacionais e os seus principais colaboradores, sobretudo organizações de mulheres, devem ser fundamentadas corretamente em instrumentos adequados de **financiamento** (incluindo o Instrumento de Aceleração Global).

• As mulheres participam e fornecem informações nos processos de resposta e decisão relacionados à prevenção dos conflitos, **contribuindo com conhecimento e fortalecendo a capacidade** das mulheres, bem como dos protetores e auxiliares envolvidos nos processos.

• É possível garantir a segurança física, mental e médica das mulheres e meninas, além de respeitar os direitos humanos delas, por meio do fortalecimento específico de mecanismos de **prestação de contas e respostas de justiça e segurança que protejam** e reafirmem os direitos das mulheres, possibilitando a sua participação plena.

• Há uma promoção da recuperação socioeconômica e da participação política das mulheres e meninas nas situações de pós-conflito, incluindo por meio do **fortalecimento da capacidade das mulheres** e do **fornecimento de conhecimento técnico** para garantir que as instituições e processos levem a questão do gênero em consideração e adotem políticas de recuperação antecipada que promovam proteção, participação e benefícios igualitários às mulheres.

1. Consulte o estudo global que será publicado em breve sobre a implementação da resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança  
2. Thania Paffenholz, Nick Ross, Steven Dixon, Anna-Lena Schluchter, Jacqui True, Making Women Count:Assessing Women’s Inclusion and Influence on the Quality and Sustainability of Peace Negotiations and Implementation (Graduate Institute of Geneva, 2015)

3. Desirée Nilsson (2014). Consulte Paffenholz, et al.  
4. A resolução 1325 (2000) foi seguida pelas resoluções 1820 (2008), 1888 (2009), 1889 (2009), 1960 (2010), 2106 (2013) e 2122 (2013)  
5. Nações Unidas, Departamento de Operações de Manutenção da Paz:  
<http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/women/womeninpk.shtml>  
6. UN Women Sourcebook on Women, Peace and Security (2012)

7. Resumo preparado pela Rede OCDE-DAC sobre a igualdade de gêneros como uma contribuição para o estudo global e a análise de alto nível da implementação da resolução 1325 (2000)



II. TERMOS DE MUDANÇA: **Envolvimento das mulheres na paz, segurança e recuperação**

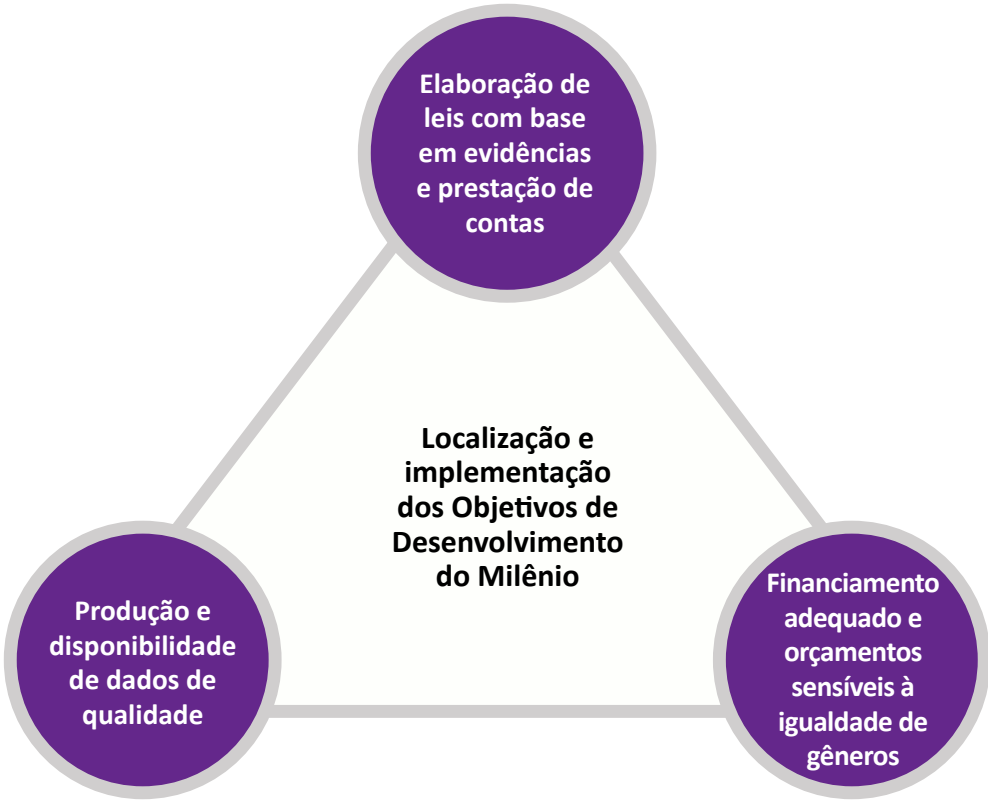
*Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança reflete intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.*

Objetivo	<b>Sociedades mais pacíficas e igualitárias em termos de gênero. Indicadores-chave:</b> % de países frágeis com um índice de igualdade de gêneros (com base em indicadores específicos dos objetivos 5 e 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) acima de X; número de países que tiveram recaídas de violência no último ano corrido. A plataforma normativa de referência inclui: a principal estrutura normativa desse caso são as resoluções do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e a segurança: S/RES/1325 (2000), S/RES/1820 (2008), S/RES/1888 (2009), S/ RES/1889 (2009), S/RES/1960 (2010), S/RES/2106 (2013), e S/RES/2122 (2013); e os direitos humanos internacionais.				
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) é criado um ambiente favorável à implementação do compromisso de mulheres, paz e segurança; e se (2) as mulheres participam dos processos de tomada de decisão com relação à prevenção, gestão e resolução dos conflitos com qualidade; e se (3) há uma garantia da segurança, saúde física e mental, e proteção econômica das mulheres e meninas, com o cumprimento dos direitos humanos e o atendimento das suas necessidades específicas no processo de recuperação e construção da paz; então (4) as sociedades terão mais paz e igualdade de gênero; pois (5) está comprovado que as mulheres geram paz e segurança, que as sociedades que promovem a inclusão têm uma chance maior de alcançar estabilidade, e que os contextos pós-conflito são uma oportunidade para abordar as barreiras subjacentes de desigualdade de gêneros.				
Consequências	<b>1. É criado um ambiente favorável para a implementação do compromisso de mulheres, paz e segurança</b> (existência dos indicadores da resolução 1325 com disponibilidade suficiente de dados para a análise das tendências; número de estados membros que fizeram uma alocação orçamentária específica para a implementação de planos de ação nacional de acordo com a resolução 1325 no último ano corrido).	<b>2. Prevenção de conflitos:</b> as mulheres têm participação e influência nos processos de tomada de decisão e nas respostas relacionadas à prevenção de conflitos (proporção de estados frágeis que incluem a análise de gênero no envio de avisos antecipados aos sistemas regionais e internacionais; proporção de estados frágeis nos quais as organizações de mulheres forneceram informações específicas para os sistemas de avisos antecipados durante o último ano corrido).	<b>3. Resolução de conflitos:</b> a representação e a liderança das mulheres aumenta nas negociações formais e informais de paz (proporção de processos ativos de paz com a mediação de mulheres e negociadoras; proporção de processos ativos de paz com especialistas em gênero).	<b>4. Proteção:</b> há uma garantia da segurança, saúde física e mental, e proteção das mulheres e meninas, e os seus direitos humanos são respeitados (proporção de mulheres de 15 a 49 anos de idade vítimas de violência sexual ou baseada em gênero, quando disponível; proporção de pessoas que disseram sentir segurança ao voltar para casa sozinhas, dividido por sexo).	<b>5. Recuperação e construção da paz:</b> a recuperação socioeconômica e a participação política das mulheres e meninas é promovida nas situações pós-conflito (proporção de recursos alocados aos programas de gênero relacionados à recuperação e construção da paz, nos quais o gênero é o aspecto mais importante; porcentagem de benefícios resultantes do emprego temporário (estimativa em termos monetários) por meio de programas de recuperação econômica antecipada recebidos por mulheres e meninas).
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) há a implementação de plataformas de garantia de qualidade para cumprir os compromissos de mulheres, paz e segurança; e se essas plataformas têm financiamento e monitoramento adequados; então (2) a implementação dos compromissos de mulheres, paz e segurança será mais eficaz; pois (3) as condições necessárias para a implementação dos compromissos de mulheres, paz e segurança terão sido atendidas.	Se (1) são promovidas atitudes favoráveis com relação à participação das mulheres na prevenção dos conflitos; se as mulheres têm poder suficiente para executar os mecanismos de prevenção de conflitos e avisos antecipados, e se esses mecanismos estão ligados a sistemas nacionais e internacionais de denúncia e reação; então (2) os esforços para evitar conflitos serão muito mais bem-sucedidos; pois (3) está comprovado que as mulheres têm acesso a fontes exclusivas de informação que podem melhorar a prevenção e a reação a conflitos.	Se (1) os mediadores e as partes envolvidas em um conflito favorecem a participação das mulheres nas negociações de paz, se há conhecimento sobre os gêneros, e se há um fortalecimento da capacidade e influência das mulheres no processo de negociação; então (2) é mais provável que os acordos de paz sejam bem-sucedidos; pois (3) está comprovado que a participação das mulheres altera toda a dinâmica de poder para garantir paz, inclusão e igualdade.	Se (1) existem mecanismos influenciados pela participação das mulheres para aumentar a sua segurança física; se os infratores de violência sexual e baseada em gênero são punidos; e se as sobreviventes têm acesso a uma reparação abrangente; então (2) mulheres e meninas estarão mais seguras, e os seus direitos humanos serão respeitados; pois (3) os serviços de segurança, justiça e apoio diminuam a probabilidade de crimes relacionados a conflitos.	Se (1) as mulheres participam e se beneficiam dos esforços de recuperação e construção da paz; e se as instituições e processos do pós-conflito são sensíveis à igualdade de gênero; então (2) as benesses da paz serão mais inclusivas; as reformas de segurança serão benéficas a todos, e a recuperação econômica acontecerá mais rapidamente; pois (3) incluir as mulheres na recuperação traz mais benefícios às comunidades e nações.
Resultados	<b>1.1</b> Os defensores da igualdade de gêneros terão os recursos e a capacidade necessários para promover uma atuação com base em fatos comprovados (apoio à construção de representação das mulheres na sociedade civil, pesquisas contínuas e fatos comprovados para fundamentar os compromissos de mulheres paz e segurança). <b>1.2.</b> O sistema da ONU conseguirá cumprir os compromissos de mulheres, paz e segurança (coordenação e implementação de estruturas de prestação de contas da ONU com relação à questão de mulheres, paz e segurança) (plano de ação com sete pilares, estruturas e indicadores de resultados estratégicos para acompanhar o progresso da resolução 1325; desenvolvimento de evidências e conhecimentos que sirvam de base para a implementação das ações de mulheres, paz e segurança no sistema da ONU). <b>1.3.</b> Os estados membros adotarão boas estruturas de prestação de contas adaptadas ao contexto local, o que também promoverá o combate de possíveis ameaças e desafios (desenvolvimento de planos de ação nacional – SMART – sobre a resolução 1325; pressão para que os estados membros assumam compromissos concretos sobre a implementação das ações de mulheres, paz e segurança, compromissos adaptados às possíveis ameaças do futuro, como a reação à violência extrema). <b>1.4.</b> Estruturas de prestação de contas que tenham financiamento, monitoramento e adaptação adequados às realidades em constante mudança (mobilização de recursos, desenvolvimento de plataformas de monitoramento e denúncia, revisões sempre que necessário).	<b>2.1.</b> São promovidas atitudes favoráveis entre as partes ligadas ao conflito e às comunidades com relação à participação das mulheres na prevenção de conflitos (conscientização sobre o importante papel exercido pelas mulheres na prevenção de conflitos). <b>2.2.</b> As mulheres participam e lideram mecanismos de avisos antecipados e prevenção de conflitos (desenvolvimento de qualificação das mulheres e das organizações de mulheres para identificar e reagir a ameaças novas e emergentes, incluindo na hora de combater a violência extrema por meio de redes de mulheres e do envolvimento com a imprensa; inclusão do gênero nos sistemas existentes de avisos antecipados, desenvolvimento de redes de mulheres para avisos antecipados, mobilização das organizações de mulheres para a criação de avisos antecipados por meio de celulares, realização de treinamentos sobre avisos antecipados para mulheres que vivem em comunidades suscetíveis à violência extrema; criação de espaços de paz). <b>2.3.</b> Os mecanismos de aviso antecipado das mulheres são conectados a sistemas nacionais e internacionais de denúncias e reações (conscientização dos atores nacionais e internacionais com relação aos mecanismos de avisos antecipados das mulheres; acesso das mulheres aos sistemas de reação e denúncia).	<b>3.1.</b> Promoção de atitudes favoráveis entre mediadores e stakeholders do conflito quando o assunto é a participação das mulheres (conscientização sobre o importante papel exercido pelas mulheres na criação e manutenção da paz e acesso a especialistas idôneos oferecidos por meio do centro Santo Domingo Centre e do e-campus, ambos da ONU Mulheres)  <b>3.2.</b> Aumento da disponibilidade de conhecimento sobre gêneros nas negociações (presença de consultores especializados em gênero no escritório de mediação; treinamento sobre gêneros para os especialistas em mediação, treinamento técnico das mulheres, desenvolvimento de redes de mediadoras).  <b>3.3.</b> Mais capacidade de liderança e influência das mulheres nas negociações formais e informais de paz (apoio a organizações de mulheres, criando plataformas para o envolvimento das mulheres e a criação de consenso).	<b>4.1.</b> Mecanismos e estruturas operacionais que sejam implementados para aumentar a segurança física e a proteção das mulheres e meninas (treinamento dos pacificadores e das forças nacionais de segurança; desenvolvimento de estratégias de implementação da 1820; novas tecnologias e ações de prevenção de violência sexual e baseada em gênero, desenvolvimento de capacidade das organizações de mulheres para identificar e denunciar casos de violência sexual e baseada em gênero, incluindo com relação à violência extrema; acesso das organizações de mulheres aos mecanismos operacionais). <b>4.2.</b> As mulheres e meninas em situações de risco e as sobreviventes de violência sexual e baseada em gênero têm acesso a uma reparação abrangente, que inclui serviços de apoio em casos de injustiça e serviços sociais de saúde física e psicológica (criação de espaços e serviços seguros, desenvolvimento de qualificação das organizações da sociedade civil para lidar com as redes de indicação; fortalecimento da implementação da justiça: treinamento de juízes e promotores, reforma jurídica sobre a violência sexual e baseada em gênero; satisfação da demanda de assistência jurídica). <b>4.3.</b> Atores internacionais, nacionais e não estatais participam do processo e são responsabilizados por violações dos direitos das mulheres e meninas, de acordo com os padrões internacionais (aplicação da justiça para Comissões de Inquérito, tribunais internacionais e nacionais de crimes de guerra, as ações do estado de direito após conflitos priorizam o acesso das mulheres à justiça).	<b>5.1.</b> As mulheres participam das ações de planejamento da recuperação e construção da paz (desenvolvimento de qualificação e envolvimento das mulheres no planejamento de recuperação e construção da paz).  <b>5.2.</b> As mulheres são beneficiadas pelos esforços de recuperação e construção da paz (envolvimento com a sociedade civil, apoio para o sustento básico, apoio por meio de serviços expandidos, identificação de parcerias com compradores e empregadores, transferências de ativos de produção, micro-finanças, treinamento vocacional, desenvolvimento de empreendedorismo, conhecimento nas áreas de gestão e finanças).  <b>5.3.</b> As instituições e os processos do pós-conflito (incluindo áreas como segurança, justiça, reconciliação e governança) são sensíveis à igualdade de gêneros (envolvimento com o contexto das mulheres, apoio à criação de estatutos e processos eleitorais; coesão social; questões de gênero, busca pela verdade em prol da transformação, da reparação e das ações de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração; políticas de gênero para policiais, treinamentos, policiais comunitários, ações de segurança relacionadas à violência extrema; quotas nos setores de segurança; descentralização e qualificação dos governos locais para oferecer serviços sociais básicos, incluindo serviços de cuidado infantil e atendimento às sobreviventes de violência sexual e baseada em gênero).
Premissas chave	- Disposição política para desenvolver plataformas de prestação de contas e punição.	- As informações que as mulheres têm sobre os avisos antecipados e a prevenção dos conflitos podem ser associadas aos sistemas de denúncias e reação nacionais e internacionais. - Implementação de segurança suficiente para as mulheres participarem dos mecanismos de prevenção dos conflitos. - É possível alterar as atitudes para favorecer a participação das mulheres nas ações.	- Atores internacionais importantes e as partes em conflito estão dispostos a incluir as mulheres nos processos de resolução dos conflitos. - Existe um nível mínimo de participação das mulheres na vida pública. - Há recursos financeiros disponíveis. - Existem mecanismos de transferência entre processos de negociação formais e informais.	- A segurança e a justiça facilitarão a participação das mulheres na construção e recuperação da paz. - Os mecanismos que servem para fortalecer a saúde física da mulher e garantir que os criminosos sejam responsabilizados evitarão violência sexual em situações de conflito. - As sobreviventes precisam de acesso a serviços de qualidade para reconstruir a sua vida.	- A participação das mulheres no setor de segurança gera mais segurança de gênero para a sociedade como um todo. - A recuperação econômica é acelerada pela inclusão específica das mulheres.
Riscos e obstáculos	- Adoção de plataformas fracas para a prestação de contas e punição. - Implementação impossibilitada devido a obstáculos sociais, políticos e financeiros.	- As autoridades não fazem nada a respeito das informações de avisos antecipados. - É impossível alcançar/proteger as mulheres que mais precisam de ajuda.	- É difícil mudar a resistência cultural à participação das mulheres no curto prazo.	- A reparação abrangente não resulta em segurança. - A execução dos mecanismos de reparação é um desafio. - Os casos de violência sexual e baseada em gênero não são denunciados.	- Estados em um período pós-conflito não estão dispostos a adotar medidas temporárias especiais para governança e eleições.

# Área de Impacto 5 do Plano Estratégico da ONU Mulheres:

## Planejamento e orçamento

O objetivo 5 do Plano Estratégico da ONU Mulheres é que “a governança e o planejamento nacionais reflitam integralmente compromissos e prioridades de igualdade de gêneros”. As duas Iniciativas de Programação Modelo sob esta área de impacto funcionam juntas para fornecer a base de evidências e o financiamento transformador necessários para assegurar a prestação de contas e a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



A tabela abaixo ilustra a contribuição das Iniciativas de Programação Modelo sob a Área de Impacto 5 em relação aos objetivos específicos definidos no Plano Estratégico.

PLANO ESTRATÉGICO	PROGRAMAÇÃO MODELO	
	<i>Financiamento transformador</i>	<i>Melhor produção e uso de dados para a adaptação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</i>
<b>Objetivo 5.1</b> Adoção e implementação de estratégias nacionais de desenvolvimento e outros planos nacionais plurissetoriais com compromissos específicos com o avanço da igualdade de gêneros e com a aprovação e execução do empoderamento das mulheres.	Objetivo 1. Consenso político alcançado para lidar com a lacuna de financiamento em termos de igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres.  Objetivo 2. As leis fiscais, políticas e planos de ação nacionais priorizam orçamentos e distribuições orçamentais para esforços em direção à igualdade de gêneros e ao empoderamento das mulheres.	Objetivo 1. Ambiente político favorável para assegurar a adaptação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de uma forma sensível à igualdade de gêneros, bem como a sua monitoria efetiva.  Objetivo 2: Estão disponíveis estatísticas de gênero que sejam de qualidade, comparáveis e regulares, para lidar com lacunas de dados nacionais e cumprir os compromissos de políticas e relatórios à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da CEDAW e da Plataforma de Ação de Pequim.
<b>Objetivo 5.2</b> Mecanismos são colocados em prática para aumentar a prestação de contas dos governos nacionais em termos de igualdade de gêneros e para monitorar a implementação dos compromissos de igualdade de gêneros.	Objetivo 4: Aumento da prestação de contas referentes a gastos alinhados a resultados.	Objetivo 3: As estatísticas de gênero estão disponíveis a todos os usuários (incluindo governos, sociedade civil, universidades e setor privado) e podem ser analisadas para orientar pesquisas, iniciativas de defesa de direitos iguais, políticas e programas, bem como promovem a prestação de contas.

Descrição do modelo

Melhoria da produção e uso de estatísticas de gênero para uma adaptação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável baseada em evidências

I. CONTEXTO

Avaliação

Dados e estatísticas são ferramentas importantes na elaboração de políticas para garantir a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres, avaliando o seu impacto e assegurando a prestação de contas. Internacionalmente, foram feitos vários avanços significativos em termos dos padrões normativos e técnicos usados para as estatísticas de gênero.

Em 1995, a Plataforma de Ação de Pequim incluiu a defesa da “geração e disseminação de dados e informações desagregadas por sexo para fins de planejamento e avaliação”.<sup>1</sup> Mais recentemente, em 2013, a Comissão Estatística da ONU endossou um conjunto mínimo de indicadores de gênero para servirem como orientação para a coleta de dados, e após o pedido da Secretaria Geral, foi também adotado um conjunto de indicadores sobre a violência contra a mulher.<sup>2</sup> Vários dos indicadores propostos para o monitoramento das metas de gênero dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dão prosseguimento a esses avanços.

No entanto, apesar desses desenvolvimentos, há diversas lacunas de dados em várias áreas da igualdade de gêneros. Dos 52 indicadores de resultado contidos no conjunto mínimo, apenas 35 possuem padrões de medição internacionalmente aceitos e têm os seus dados coletados regularmente pelos países (denominados abaixo como indicadores da Faixa I). Entre os 17 indicadores restantes, vários possuem padrões aceitos, mas a coleta de dados pelos países é irregular (Faixa II), enquanto outros não possuem padrões aceitos e os países não coletam dados regularmente (Faixa III).<sup>3</sup>

Na agenda pós-2015, a adaptação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será fundamental para assegurar a sua implementação nacionalmente. Assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é muito provável que as metas que não são monitoradas devido à falta de dados recebam menos prioridade.<sup>4</sup> Devido a essa necessidade de monitoramento, a urgência de produzir dados mais abundantes e eficazes, incluindo indicadores de gênero, nunca foi tão grande. Isso irá fortalecer a importância e a demanda por estatísticas de qualidade por parte dos governos nacionais.

Sem um bom apoio técnico e financeiro para enfrentar esses desafios, continuarão a existir lacunas consideráveis na nossa capacidade de monitorar adequadamente a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1. Nações Unidas, 1995. Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, adotadas na Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, 27 de outubro de 1995.  
2. Nações Unidas, 2013. Relatório da Secretaria Geral sobre Estatísticas de Gênero, preparado para 44a sessão da Comissão Estatística da ONU.

Análise

Os desafios impostos pelas estatísticas de gênero estão relacionados com pelo menos três problemas interligados, mas distintos: (1) ambiente político e jurídico fraco devido à falta de vontade política e entendimento da importância de estatísticas de gênero de boa qualidade; (2) desafios técnicos dos sistemas nacionais de estatística, particularmente no que diz respeito a áreas sensíveis, difíceis metodologicamente ou emergentes; (3) uma combinação entre a capacidade limitada de disseminação de dados dos sistemas nacionais de estatística e a habilidade limitada de governos e outros stakeholders de usar estatísticas de gênero para orientar pesquisas, iniciativas de defesa de direitos iguais, políticas e programas.

**1. Ambiente político e jurídico fraco.** A falta de vontade política e a pouca conscientização sobre a importância de dados sobre a igualdade de gêneros são obstáculos cruciais ao progresso.<sup>5</sup> Como mostram as revisões mais recentes, em vários países, a produção de estatísticas de gênero não está especificada em leis e políticas de estatística, o que muitas vezes resulta em uma falta de priorização do setor na distribuição do orçamento. Dos 126 países com dados, apenas 15% possuem uma legislação específica que exige que o sistema nacional de estatística conduza pesquisas especializadas em gênero; 37% contam com um órgão coordenador para estatísticas de gênero; e apenas 13% possuem um orçamento regular dedicado a isso.<sup>6</sup>

**2. Desafios técnicos dos sistemas nacionais de estatística limitam a produção de estatísticas de gênero.** Devido a obstáculos financeiros e técnicos, na maioria dos países em desenvolvimento, a produção de estatísticas de gênero ainda é muito limitada e as lacunas nos dados são generalizadas.<sup>7</sup> Isso é particularmente relevante em áreas sensíveis, tais como violência contra as mulheres, quando as necessidades técnicas e financeiras são significativas (por exemplo, uso do tempo), ou em áreas emergentes onde é necessário um alto grau de trabalho metodológico para desenvolver padrões aceitos internacionalmente (por exemplo, propriedade de bens).

**3. Falta de acesso a dados e capacidade limitada dos responsáveis por políticas e outros usuários para analisar esses dados e orientar a elaboração de políticas.** As lacunas nas estatísticas de gênero são exacerbadas pela pouca capacidade de disseminação por parte dos sistemas nacionais de estatística e o fracasso em desenvolver as competências dos responsáveis por políticas e outros stakeholders para usarem os dados. Há evidências fortes de um ciclo vicioso em que o baixo uso de dados para orientar políticas e iniciativas de defesa leva a uma baixa demanda, que, por sua vez, reduz o incentivo para a sua produção.<sup>8</sup>

3. Indicadores sobre a violência contra as mulheres e uso de tempo cairiam, por exemplo, sob a Faixa II, enquanto os indicadores sobre a propriedade de bens e o empreendedorismo cairiam sob a Faixa III. A ONU Mulheres e a Divisão de Estatística da ONU, por meio da iniciativa EDGE, estão desenvolvendo e testando padrões internacionais para medir a propriedade de bens e o empreendedorismo.

4. Fukuda-Parr e Yamin, 2013. The Power of Numbers: A critical review of MDG targets for human development and human rights. Development 56, 58-65 (março de 2013).

Ação

Melhorar a disponibilidade, acessibilidade e uso de estatísticas de gênero para orientar políticas, iniciativas de defesa e a prestação de contas referentes ao compromisso com a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres requer ações em três frentes: (1) colocar em prática um ambiente político favorável para assegurar uma implementação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que seja sensível à igualdade de gêneros, bem como uma monitoria eficaz; (2) eliminar os obstáculos técnicos para assegurar que estatísticas de gênero de qualidade, comparáveis e regulares sejam produzidas pelo sistema nacional de estatística para monitorar as políticas nacionais e satisfazer os compromissos de políticas e relatório à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e (3) assegurar que os dados produzidos estejam amplamente disponíveis e possam ser usados eficazmente por diferentes atores com competência suficiente para analisá-los para que orientem iniciativas de defesa, pesquisas, políticas e programas.

**1. Ambiente político favorável a uma implementação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que seja sensível à igualdade de gêneros, bem como uma monitoria eficaz.** Uma avaliação será conduzida para examinar o quadro legal, políticas e práticas nacionais que governam a produção de estatísticas de gênero. Os obstáculos legais, institucionais e financeiros serão abordados e parcerias serão colocadas em prática para assegurar que planos para a produção de estatísticas de gênero para monitorar localmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sejam desenvolvidos e financiados. Um plano nacional participativo é desenvolvido com a contribuição de atores locais para adaptar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável usando os indicadores internacionalmente aceitos.

**2. Melhorar a produção de estatísticas de gênero.** A capacidade técnica do sistema nacional de estatística de produzir estatísticas de gênero de qualidade será fortalecida por meio de: (i) apoio técnico direto para compilar indicadores da Faixa I; (ii) identificação de fontes de dados adequadas e apoio técnico e financeiros para coletar indicadores da Faixa II; e (iii) trabalho metodológico para desenvolver padrões que permitam que o sistema nacional de estatística produza indicadores da Faixa III.

**3. Assegurar maior disponibilidade e uso dos dados:** protocolos para a partilha de dados serão fortalecidos e serão fornecidas ferramentas de disseminação. A capacidade de todos os usuários será fortalecida por meio de treinamento e assistência técnica. Diálogos entre usuários e produtores serão institucionalizados, incluindo a criação de fóruns para que o sistema nacional de estatística se envolva com os responsáveis pelas políticas para melhorar o seu entendimento das informações estatísticas e identificar as lacunas de dados para aumentar a acessibilidade, qualidade e demanda por estatísticas de gênero.

5. Relatório da Secretaria Geral da ONU sobre a Revisão e Avaliação da Implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e dos Resultados da 32a Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU.

6. Ibid.

7. Nações Unidas 2013.

8. ONU Mulheres 2015. Progress of the World’s Women 2015-2016.



II. TERMOS DE MUDANÇA: **Melhoria da produção e uso de estatísticas de gênero para uma adaptação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável baseada em evidências**

Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	Estatísticas de gênero são disponíveis, acessíveis e analisadas para orientar a elaboração de políticas, bem como iniciativas de defesa e a prestação de contas no que diz respeito aos compromissos com a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres. Indicadores-chave: proporção de indicadores de desenvolvimento sustentável com desagregação completa (sexo) produzidos nacionalmente; número de indicadores de gênero sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com pelo menos 75% de cobertura nacional; número de países que divulgam pelo menos 75% dos indicadores do conjunto mínimo. Quadros normativos orientadores: CEDAW, Plataforma de Ação de Pequim e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.		
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) existe um ambiente político favorável para assegurar uma implementação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que seja sensível à igualdade de gêneros, bem como um monitoramento eficaz; se (2) estatísticas de gênero de qualidade, comparáveis, regulares e acessíveis estão disponíveis para lidar com as lacunas de dados do país e satisfazer os compromissos em termos de políticas e relatórios sob os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Plataforma de Ação de Pequim; e se (3) todos os usuários analisam os dados para orientar políticas e iniciativas de defesa e para promover a prestação de contas; então (4) as estatísticas de gênero podem contribuir para o processo nacional de elaboração de políticas e prestação de contas baseado em evidências para cumprir com os compromissos de igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres; pois (5) serão satisfeitas as condições para uma avaliação participativa e rigorosa das lacunas de dados, e as medidas que devem ser tomadas para lidar com essas lacunas terão sido tomadas, debatidas e acordadas.		
Consequências	<div><div>1. Ambiente político favorável para assegurar uma implementação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que seja sensível à igualdade de gêneros e um monitoramento eficaz (recursos voltados a melhorar as estatísticas de gênero – como uma % de recursos totais voltados a estatísticas; número de países que possuem mecanismos institucionais formais para a coordenação da compilação das estatísticas de gênero nos níveis nacional, regional e internacional).</div><div>2. Estatísticas de gênero de qualidade, comparáveis e regulares estão disponíveis para abordar as lacunas de dados do país e relatar o cumprimento dos compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a CEDAW e a Plataforma de Ação de Pequim (número de países que produzem indicadores das Faixas I, II e III do conjunto mínimo de indicadores e os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados a gênero; número de países que produzem o conjunto chave de indicadores sobre a Violência Contra as Mulheres).</div><div>3. Estatísticas de gênero são acessíveis a todos os usuários (incluindo governos, sociedade civil, universidades e setor privado) e podem ser analisadas para orientar pesquisas, iniciativas de defesa, políticas e programas, bem como promovem a prestação de contas (número de países apoiados para publicar regularmente informações estatísticas sobre a situação das mulheres em comparação com os homens; número de países e regiões que publicam avaliações de gênero referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável usando os seus indicadores acordados).</div></div>		
Consequências dos Termos de Mudança	<div><div>Se (1) as lacunas de dados são identificadas e se estão em vigor quadros de políticas favoráveis amparados pelos recursos necessários; então (2) os sistemas nacionais de estatística serão capazes de produzir e publicar estatísticas de gênero de qualidade para monitorar a implementação local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; pois (3) os obstáculos políticos, estruturais e financeiros terão sido abordados.</div><div>Se (1) os sistemas nacionais de estatística possuem a capacidade técnica necessária; então (2) serão produzidas estatísticas de gênero de qualidade, comparáveis, regulares e acessíveis; pois (3) os sistemas nacionais de estatística estarão satisfazendo os padrões internacionais.</div><div>Se (1) os dados são amplamente disseminados e acessíveis ao público, se o diálogo entre os usuários e os produtores dos dados é institucionalizado, e se os usuários têm a competência necessária para analisar os dados; então (2) a sociedade civil, as agências governamentais e todos os outros atores envolvidos serão capazes de transformar os dados em informações para a tomada de decisões; pois (3) terão acesso às ferramentas, recursos e habilidades estatísticas necessárias.</div></div>		
Resultados	<div><div><div>1.1 Uma avaliação das estatísticas de gênero e identificação das lacunas é conduzida nacionalmente (a avaliação irá examinar o quadro legal, as políticas e as práticas nacionais que governam a produção regular das estatísticas de gênero; até que ponto as questões de gênero são incorporadas no plano estatístico nacional; recursos financeiros e humanos, incluindo a capacidade técnica disponível nacionalmente; protocolos nacionais para a publicação de dados estatísticos; inventário dos dados disponíveis, fontes de dados e lacunas existentes na produção dos dados de gênero; avaliação de políticas de recuperação de custos; e custos da implementação da coleta de dados).</div><div>1.2 Existem quadros legais, mecanismos institucionais e recursos adequados e favoráveis a estatísticas de gênero (as leis e políticas nacionais de estatística são emendadas e as práticas são transformadas para incluir mandatos fortes e condições para que o sistema nacional de estatística regularmente produza estatísticas de gênero de qualidade; mecanismos institucionais adequados são colocados em prática para assegurar que as estatísticas de gênero sejam sistematicamente incluídas nas Estratégias Nacionais para o Desenvolvimento de Estatísticas; recursos adequados, incluindo orçamentos específicos, são dedicados à produção de estatísticas de gênero; são estabelecidas parcerias com as instituições relevantes).</div><div>1.3 São desenvolvidos planos nacionais para adaptar localmente as metas e os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados a gênero (um plano nacional participativo é desenvolvido com a contribuição do governo, organizações da sociedade civil e todos os outros atores relevantes para adaptar localmente os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados a gênero. Usando como base os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável acordados internacionalmente, uma lista de indicadores adaptados para o contexto nacional é identificada e estabelecida por todos os stakeholders).</div></div><div><div>2.1 Fortalecimento da capacidade dos sistemas nacionais de estatística de compilar indicadores da Faixa I do conjunto mínimo e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (com base nos resultados 1.1 e 1.2, é fornecido apoio técnico direto para permitir a compilação dos indicadores da Faixa 1 (ou seja, indicadores para os quais há definições aceitas internacionalmente).</div><div>2.2 Fortalecimento da capacidade do sistema nacional de estatísticas de coletar indicadores da Faixa II do conjunto mínimo e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (com base nos resultados 1.1 e 1.2 são identificadas fontes de dados adequadas e é fornecido apoio técnico e financeiro direto para permitir a coleta de indicadores da Faixa II (ou seja, indicadores para os quais há definições internacionalmente aceitas, mas cujos dados não são regularmente coletados pela maioria dos países).</div><div>2.3 Fortalecimento da capacidade do sistema nacional de estatística de coletar indicadores da Faixa III do conjunto mínimo e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (um trabalho metodológico para desenvolver conceitos e padrões internacionalmente aceitos é conduzido e testes são realizados em países-piloto para fornecer ferramentas ao sistemas nacionais de estatística para que comecem a produzir indicadores comparáveis da Faixa III, ou seja, indicadores para os quais não há padrões internacionalmente aceitos e cujos dados não são regularmente coletados pelos países).</div></div><div><div>3.1 Maior disseminação de dados nos níveis nacional, regional e global (desenvolvimento de protocolos de partilha de dados, incluindo o trabalho com os atores relevantes para assegurar que os dados são anônimos; publicação regular de dados pelo sistema nacional de estatística sobre a situação das mulheres em comparação com os homens tanto nacional quanto localmente; uso de plataformas, disseminação de dados e ferramentas de visualização online para alcançar um público abrangente nos níveis nacional, regional e global).</div><div>3.2 Institucionalização dos diálogos entre os usuários e os produtores de estatísticas para aumentar a acessibilidade, qualidade e demanda das estatísticas de gênero (criar fóruns para que os escritórios nacionais de estatística se envolvam com os responsáveis por políticas e decisões para melhorar o seu entendimento das informações estatísticas e identificar as lacunas de dados, incluindo o fortalecimento de redes globais, regionais e nacionais de partilha de conhecimentos).</div><div>3.3. Fortalecimento da capacidade da sociedade civil, do governo e dos outros atores de usar e analisar as estatísticas de gênero para orientar o processo de decisão (treinamento é oferecido regularmente para os usuários dos dados sobre o uso e a análise das informações estatísticas para que traduzam os dados e evidências para orientar políticas e assegurar a prestação de contas).</div></div></div>		
Premissas chave	<div><div>- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável acordados oferecem espaço para os sistemas nacionais de estatística melhorarem a produção de dados, incluindo dados sobre as metas relacionadas a gênero.</div><div>- Há vontade política para adaptar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável localmente e traduzir essas metas globalmente definidas para o contexto nacional.</div><div>- Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável servem como incentivo para que os sistemas nacionais de estatística melhorem a sua produção de estatísticas de gênero, incluindo nas áreas em que dados não são tradicionalmente produzidos.</div><div>- A liberdade de informação é respeitada e os governos são cada vez mais abertos à partilha de dados com todos os stakeholders.</div><div>- As estatísticas de gênero serão usadas em vários setores para orientar a elaboração de políticas e orçamentos (particularmente orçamentos sensíveis à questão da igualdade de gêneros – Ver os Termos de Mudança sobre Financiamento Transformador para a Igualdade de Gêneros).</div></div>		
Riscos e obstáculos	<div><div>- Falta de vontade política e limitação das estruturas institucionais e de governança inibem os esforços que levam à inclusão de uma abordagem de gênero às estatísticas.</div><div>- Falta de recursos/fundos atribuídos à produção de estatísticas de gênero.</div><div>- Um apoio fraco aos escritórios nacionais de estatística, falta de financiamentos e habilidades técnicas resultante da frequente rotação de funcionários ou recursos humanos insuficientes para os escritórios nacionais de estatística, reduzindo a sua capacidade de produzir e publicar dados atualizados e periódicos.</div><div>- Liberdades políticas restritas, a falta de uma cultura de diálogo político e envolvimento público não permitem que as organizações da sociedade civil e outros atores participem integralmente do processo de monitoramento, reduzindo a prestação de contas.</div><div>- Falta geral de acesso a tecnologias modernas, reduzindo o escopo da partilha de informações, incluindo a disponibilidade e o uso dos dados.</div></div>		



## I. CONTEXTO

### Avaliação

Financiar compromissos novos e existentes de igualdade de gêneros é fundamental para a implementação e alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos. Vários acordos e políticas internacionais, incluindo a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim, a 23ª Sessão Especial da Assembleia Geral (Pequim+5), a 52ª, 58ª e 59ª Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) e suas conclusões, e a Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento traçam o quadro normativo para o financiamento da igualdade de gêneros. Mais recentemente, na Agenda de Ação de Addis Ababa, os governos *reafirmaram que o alcance da igualdade de gêneros, o empoderamento de todas as mulheres e meninas e a execução completa dos seus direitos humanos são essenciais para que seja alcançado um crescimento econômico sustentável, inclusivo e equitativo e um desenvolvimento sustentável, e reiteraram a necessidade da priorização das questões de gênero, incluindo por meio de ações e investimentos específicos para a formulação e implementação de todas as políticas financeiras, econômicas, ambientais e sociais.*

A recente revisão de 20 anos da Plataforma de Ação de Pequim concluiu que a falta de investimentos na igualdade de gêneros e no empoderamento das mulheres contribuiu para desacelerar e desequilibrar o progresso em todas as 12 áreas de preocupação.<sup>1</sup> Um financiamento inadequado prejudica a implementação de leis e políticas sensíveis à igualdade de gêneros, com os governos dando pouca prioridade para a igualdade de gêneros nos seus orçamentos. Mesmo nos países que são vistos como investidores de recursos significativos na igualdade de gêneros, os dados mostram que os orçamentos variam de meros 0,5% a 21,9% do orçamento nacional. As lacunas de financiamento para a implementação de planos de ação nacionais pela igualdade de gêneros são frequentemente altas, alcançando até 90%.

Da mesma forma, dados de 2012-2013 da OECD indicam que apenas 5% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA) analisadas à luz do Marcador de Políticas de Igualdade de Gêneros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (DAC) foram direcionados à igualdade de gêneros como seu principal objetivo, com déficits significativos nos setores econômico e produtivo, de planejamento familiar e de paz e segurança.

Pesquisas que examinam os gastos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em 55 países nas áreas de agricultura, educação, meio ambiente, gênero, saúde, proteção social e água e saneamento indicam que os gastos diminuíram em termos de porcentagem do PIB nacional ou despesa total em quase todas as áreas e permaneceu estagnado em uma delas (água e saneamento) na grande maioria dos países.<sup>2</sup> Para ilustrar o impacto dessas lacunas, um ano extra de ensino primário pode aumentar os salários das mulheres no futuro em 10-20%<sup>3</sup>, a perda de produtividade resultante da violência contra as mulheres é estimada entre 1,5% e 2% do PIB,<sup>4</sup> e a desigualdade de gêneros no emprego custa aos países de baixa renda 9 trilhões de dólares por ano.<sup>5</sup>

1. Ver E/CN.6/2015/3 em: [http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2015/sg%20report\\_synthesis-en\\_web.pdf](http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2015/sg%20report_synthesis-en_web.pdf)

### Análise

Mobilizar o financiamento necessário para a implementação integral dos compromissos nacionais de igualdade de gêneros enfrenta os seguintes desafios: (1) falta de conscientização e compromisso político em atribuir recursos de todas as fontes e em todos os níveis; (2) falta de coerência entre políticas fiscais e objetivos de igualdade de gêneros com uma capacidade limitada de integrar questões de gênero nos processos de planejamento e orçamento; (3) priorização insuficiente da igualdade de gêneros em outros fluxos de financiamento, tais como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (ODA), financiamentos privados e inovadores; e (4) falta de prestação de contas em relação à implementação integral dos compromissos de igualdade de gêneros.

**1. Falta de conscientização e compromisso político** em atribuir recursos de todas as fontes e em todos os níveis, para a implementação integral dos compromissos de igualdade de gêneros. Isso muitas vezes é devido à falta de dados e estatísticas de alta qualidade sobre a lacuna de financiamento para as questões de gênero e uma falta de envolvimento da sociedade civil nos processos de planejamento e orçamento.

**2. Falta de coerência entre políticas fiscais e objetivos de igualdade de gêneros.** As políticas fiscais, tanto em termos de rendimento quanto despesas, falham em gerar equidade nos sistemas fiscais e em aumentar os gastos em infraestrutura e serviços públicos essenciais que são fundamentais para o bem-estar de mulheres e meninas. Geralmente, os Planos de Ação Nacionais sobre Igualdade de Gêneros não estão alinhados a quadros e processos de desenvolvimento nacional e setoriais mais abrangentes. Como resultado, os princípios e prioridades de igualdade de gêneros não são sistematicamente refletidos nas políticas, práticas e orçamentos nacionais e setoriais.

**3. Priorização insuficiente de investimentos em igualdade de gêneros por parte de doadores, atores privados e mecanismos de financiamento inovadores.** Geralmente, esses investimentos não estão alinhados a estratégias de desenvolvimento e planos de ação de igualdade de gêneros nacionais.

**4. Falta de prestação de contas em relação à implementação integral dos compromissos de igualdade de gêneros.** Normalmente isso é devido a mecanismos de supervisão e capacidade de monitoramento inadequados em relação ao rastreamento das alocações do orçamento e gastos. As organizações da sociedade civil, especialmente organizações de mulheres, muitas vezes não têm acesso às competências necessárias para supervisionar orçamentos e recursos para influenciar as decisões de orçamento e executar funções de fiscalização.

2. Documento não publicado preparado por Debbie Budlender, Matthew Martin e Richard Watts, ONU Mulheres (2013).  
3. Nações Unidas, Força-Tarefa Interagência sobre Mulheres Rurais, Fact Sheet: Rural Women and the Millennium Development Goals.

### Ação

A visão ambiciosa e abrangente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no que diz respeito à conquista da igualdade de gêneros e o empoderamento de todas as mulheres e meninas requer um quadro de financiamento transformador, que aumente significativamente a escala e o escopo dos recursos e investimentos. Para mobilizar o financiamento necessário, esta programação modelo visa:

**1. Criar conscientização e consenso políticos para aumentar o orçamento atribuído aos compromissos de igualdade de gêneros e sua implementação.** Por meio da análise da lacuna de gênero nos orçamentos e na Ajuda Pública de Desenvolvimento (ODA) e das avaliações do impacto dos gastos públicos e custos, a programação modelo irá melhorar a qualidade das evidências e disponibilizar os dados disponíveis sobre as lacunas de financiamento. A capacidade de liderança dos defensores da igualdade de gêneros será fortalecida através da sua participação na análise de gênero de orçamentos, em comitês parlamentares e iniciativas de defesa de direitos iguais.

**2. Promover leis fiscais, políticas e planos de ação nacionais sensíveis à igualdade de gêneros que priorizem a alocação de renda e orçamentos para a igualdade de gêneros.** Serão oferecidos apoio técnico e desenvolvimento de competências para colocar em práticas políticas fiscais progressistas, que eliminam disposições discriminatórias e resultam em uma distribuição mais igualitária dos benefícios socioeconômicos. Além disso, serão fortalecidos quadros legislativos e as capacidades dos Ministros das Finanças no que diz respeito a sistemas de gestão das finanças públicas sensíveis à questão da igualdade de gêneros. As capacidades de ministérios e governos locais em termos de orçamento sensível à igualdade de gêneros (GRB) também serão aprimoradas para facilitar uma atribuição estratégica de orçamentos para fins de igualdade de gêneros.

**3. Mobilizar financiamentos adicionais para a igualdade de gêneros.** A programação modelo irá aumentar o financiamento da igualdade de gêneros por meio da conscientização e aumento da capacidade dos doadores na análise de lacunas de gênero e do fortalecimento dos sistemas de monitoramento e rastreamento de doadores. Também irá aumentar os recursos atribuídos à igualdade de gêneros por meio de esforços para alinhá-los aos compromissos nacionais de igualdade de gêneros.

**4. Exigir a prestação de contas de todos os atores envolvidos para a implementação dos compromissos com a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres.** O estabelecimento de parcerias envolvendo vários stakeholders irá garantir respostas abrangentes para lidar com as lacunas de financiamento. Serão fortalecidas as capacidades desses parceiros de analisar o impacto dos seus investimentos. Defensores da igualdade de gêneros e organizações de mulheres poderão exigir uma maior prestação de contas e transparência sobre as despesas governamentais por meio de uma maior capacidade de análise de gênero dos orçamentos, bem como de iniciativas de defesa de direitos iguais.

4. <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2013/11/25/violence-against-women-exacts-high-economic-price-world-bank-says>  
5. [http://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/publications/womens\\_rights\\_on-line\\_version\\_2.1.pdf](http://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/publications/womens_rights_on-line_version_2.1.pdf)

II. TERMOS DE MUDANÇA: **Financiamento transformador para a igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres**

Pela sua natureza, termos de mudança incluem as ações necessárias de todas as partes para que uma mudança transformadora seja alcançada. O objetivo dos termos de mudança é ajudar a ONU Mulheres a identificar essas ações e parcerias estratégicas. Portanto, o esboço dos termos de mudança refletem intervenções para além daquilo que a ONU Mulheres implementará ela própria.

Objetivo	<b>Compromissos internacionais com a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres, novos e existentes, serão financiados de forma adequada e eficaz</b> <b>Indicadores-chave:</b> % do orçamento nacional atribuído à igualdade de gêneros. Quadros normativos orientadores: quadro internacional dos direitos humanos e outros instrumentos, incluindo a CEDAW, a Plataforma de Ação de Pequim, as Conclusões Acordadas 52, 58 e 59 da Comissão sobre o Status Mulher (CSW), UPR, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ICSECR.			
Declaração do objetivo dos Termos de Mudança	Se (1) é criado um consenso político para lidar com a lacuna de financiamento para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres; se (2) as atribuições orçamentárias priorizam a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres; se (3) são mobilizados financiamentos públicos adicionais para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres; e se (4) há uma maior prestação de contas nos gastos voltados a resultados específicos; então (5) compromissos internacionais de igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres, novos e existentes, são colocados em prática; pois (6) recursos financeiros adicionais para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres estarão disponíveis e serão usados efetivamente.			
Consequências	<b>1. Criação de consenso político para lidar com a lacuna de financiamento para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres</b> (número de países que definem nas suas estratégias de financiamento nacional recursos específicos para implementar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5 e outras metas relacionadas a gênero).	<b>2. Leis fiscais, políticas e planos de ação nacional priorizam atribuições de recursos e orçamentos para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres</b> (número de países com leis orçamentárias com disposições específicas de igualdade de gêneros).	<b>3. Mobilização de financiamento adicional para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres</b> (número de países com medidas para mobilizar recursos de fontes de financiamento privadas, internacionais e inovadoras).	<b>4. Aumento da prestação de contas no que diz respeito a gastos para obter resultados específicos</b> (% de países com sistemas para monitorar e publicar verbas para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres).
Consequências dos Termos de Mudança	Se (1) dados estão disponíveis sobre a lacuna de financiamento de gênero e é criada uma conscientização dos benefícios de maiores investimentos na igualdade de gêneros e no empoderamento das mulheres; e se há maiores capacidades de defesa e lobby em direção a mais investimentos em igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres; então (2) existirá um consenso político para atribuir mais recursos para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres; pois (3) acordos políticos com base em evidências podem ser alcançados.	Se (1) as instituições governamentais integram as questões de gênero nas suas leis e políticas fiscais; e se têm a capacidade de promover arrecadações e gastos sensíveis à igualdade de gêneros; então (2) os orçamentos para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres irão aumentar; pois (3) os orçamentos governamentais irão incorporar a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres por meio de uma nova priorização de recursos novos e existentes.	Se (1) as fontes internacionais de financiamento aumentam as atribuições para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres; e se fontes de financiamento privadas e inovadoras são mobilizadas em favor da igualdade de gêneros e do empoderamento das mulheres; então (2) recursos adicionais estarão disponíveis para reduzir a lacuna de financiamento de gênero; pois (3) todos os atores de financiamento estarão investindo em igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres.	Se (1) mecanismos de supervisão que envolvem diversos stakeholders são fortalecidos; se as organizações de mulheres estão empoderadas para exigir transparência e prestação de contas nos gastos públicos; então (2) é mais provável que os gastos em igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres alcancem os resultados almejados; pois (3) quadros aprimorados de maior prestação de contas e monitoramento melhoram o desempenho.
Resultados	<b>1.1 Maior disponibilidade de dados e evidências sobre as lacunas de financiamento de gênero, incluindo a partir de avaliações de gastos relacionados a gênero existentes</b> (evidências sobre fluxos de financiamento direcionados à igualdade de gêneros e ao empoderamento das mulheres; análise da lacuna de gênero dos orçamentos nacionais/setoriais/locais e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, avaliação dos impactos dos gastos públicos em igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres, custos).  <b>1.2 Criação de conscientização sobre os benefícios da igualdade de gêneros e do empoderamento das mulheres para alcançar um desenvolvimento sustentável</b> (disseminação pública dos dados, análise, iniciativas de defesa, conscientização).  <b>1.3 Maior liderança dos defensores das questões de gênero para aumentar o financiamento da igualdade de gêneros</b> (análise das lacunas de gênero em planos e orçamentos, participação de mulheres parlamentares nos comitês de orçamento, inciativas de defesa de direitos iguais realizadas por organizações de mulheres).	<b>2.1 Políticas fiscais sensíveis à igualdade de gêneros em vigor</b> (desenvolvimento das competências do Ministério das Finanças e das autoridades fiscais para formular políticas fiscais progressistas; análise dos impactos das políticas fiscais; diálogo político sobre a cooperação fiscal; campanhas de defesa de direitos iguais).  <b>2.2 Fortalecimento dos quadros legislativos e da capacidade institucional para gerir e planejar o financiamento público de forma sensível à igualdade de gêneros</b> (emissão de declarações de orçamentos sensíveis à questão da igualdade de gêneros (GRB) pelo Ministério das Finanças; desenvolvimento de capacidade em termos de reformas de orçamentos sensíveis à questão da igualdade de gêneros (GRB) e da gestão do financiamento público; centros e programas de excelência para orçamentos sensíveis à igualdade de gêneros).  <b>2.3 Maior capacidade dos ministérios diretos e governos locais de determinar atribuições estratégicas de orçamento por meio da integração da igualdade de gêneros e do empoderamento das mulheres no seu planejamento e orçamento</b> (análise da lacuna de gênero; custos; desenvolvimento de competências dos ministérios diretos e governos locais sobre orçamentos sensíveis à igualdade de gêneros; aumento dos gastos sociais, eliminação gradual de incentivos financeiros custosos, por exemplo, subsídios para combustíveis fósseis, redução dos gastos militares).	<b>3.1 Maior financiamento internacional atribuído ao combate da desigualdade de gêneros</b> (capacidade e conhecimento dos doadores em analisar as lacunas de gênero, fortalecimento dos sistemas de monitoramento com indicadores sensíveis à igualdade de gênero, aumento da especialidade em gênero, consulta com beneficiários).  <b>3.2 Mobilização de mais recursos para igualdade de gêneros através do setor privado</b> (investimento estrangeiro direto, financiamento combinado, por exemplo, parcerias público-privadas).  <b>3.3 Mobilização de mais recursos para a igualdade de gêneros através de mecanismos e instrumentos de financiamentos inovadores</b> (fundos climáticos, fundos de saúde inovadores, impostos sobre indústrias extrativas e corporações).	<b>4.1 Criação de um ambiente institucional favorável à coordenação e supervisão de gastos pelos diversos stakeholders</b> (grupos compostos por diversos stakeholders para lidar com o financiamento e a prestação de contas das prioridades de igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres, planos de trabalhos práticos elaborados por esses grupos para lidar com lacunas de financiamento de igualdade de gêneros e empoderamento das mulheres).  <b>4.2 Maior capacidade dos diversos stakeholders parceiros na análise do impacto dos seus investimentos em termos de igualdade de gêneros</b> (treinamento técnico sobre avaliações de impacto, avaliações de beneficiários desagregados por sexo, programas sensíveis à igualdade de gêneros e quadros de avaliação de desempenho).  <b>4.3 Maior capacidade dos defensores da igualdade de gêneros e de grupos de mulheres para exigirem transparência e prestação de contas em relação a gastos</b> (campanhas de defesa de direitos iguais, análise de orçamentos e assistências, preparação e disseminação de dados sobre as práticas de doadores e financiamento para incentivar a igualdade de gêneros, auditorias de gênero dos orçamentos locais, cartões de pontuação de gênero (FundHer).
Premissas chave	<ul style="list-style-type: none"><li>• Consenso político pode ser alcançado por meio de dados e evidências.</li><li>• Defensores da igualdade de gêneros, parlamentares e a organização nacional de mulheres (NWM) têm a capacidade de influenciar as decisões nacionais de financiamento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vontade política para aumentar as atribuições orçamentais para a igualdade de gêneros e o empoderamento das mulheres e adotar reformas legislativas.</li><li>• As secretarias locais adotam as diretivas do Ministério das Finanças sobre orçamentos.</li><li>• O governo está disposto a aumentar o papel e o mandato da organização nacional de mulheres (NWM).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vontade política para realizar reformas das políticas fiscais.</li><li>• Os parceiros de desenvolvimento tomam medidas concretas para integrar as questões de gênero em mecanismos inovadores de assistência e financiamento.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• São formados comitês de supervisão e mecanismos de coordenação.</li><li>• Os parceiros de desenvolvimento participam ativamente de mecanismos de coordenação para as principais decisões sobre os gastos voltados à igualdade de gêneros.</li></ul>
Riscos e obstáculos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mudanças no ambiente macroeconômico global em termos de crises financeiras e econômicas.</li><li>• Mudanças nos regimes e políticas governamentais.</li><li>• Falta de acesso das mulheres a fóruns de elaboração de políticas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mudanças no ambiente macroeconômico global e impacto nas prioridades dos orçamentos nacionais.</li><li>• Instabilidade política.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Mudanças em fatores macroeconômicos globais, tais como crises financeiras e econômicas, podem ter impactos negativos nos fluxos de assistência e outras fontes de financiamento.</li><li>• Reformas fiscais não são implementadas.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Irregularidades na supervisão e monitoramento da implementação.</li><li>• Informações sobre as despesas efetivas não são disponibilizadas.</li><li>• Não são conduzidas avaliações de impacto regulares para analisar os resultados.</li></ul>





Entidade das Nações Unidas para a Igualdade  
de Gênero e o Empoderamento das Mulheres